

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em História

***EL PROTECTOR Y SU PUEBLO LIBRE:***

**A representação do caudilho José Artigas  
no centenário de sua morte (1950)**

**Gabriel Sordi**

Dissertação de Mestrado

Área: História Cultural

Linha de pesquisa: Narrativas e representações

Orientador: Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto (IFCH/Unicamp)

Fevereiro / 2009

**So68p**

**Sordi, Gabriel Souza**

**“El Protector y su Pueblo Libre” : a representação do caudilho José Artigas no centenário de sua morte (1950) / Gabriel Souza Sordi. - - Campinas, SP : [s. n.], 2009.**

**Orientador: José Alves de Freitas Neto.**

**Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Artigas, José Gervasio, 1764-1850. 2. Uruguai – História. 3. Caudilhismo. 4. América Latina – História – Revoluções. I. Freitas Neto, José Alves. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**(msh / IFCH)**

**Palavras chaves em inglês (keywords) :** Artigas, José Gervasio, 1764-1850  
Uruguay – History  
Caudillism  
Latin America – History – Revolutions

## Programa de Pós-Graduação: História

GABRIEL SOUZA SORDI

**“EL PROTECTOR Y SU PUEBLO LIBRE”: A REPRESENTAÇÃO DO CAUDILHO JOSÉ  
ARTIGAS NO CENTENÁRIO DE SUA MORTE (1950)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de  
Pós Graduação em História do Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade Estadual de  
Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. José Alves de  
Freitas Neto.

Este exemplar corresponde à redação  
final da dissertação defendida e aprovada  
pela comissão julgadora em 19/02/2008.

BANCA

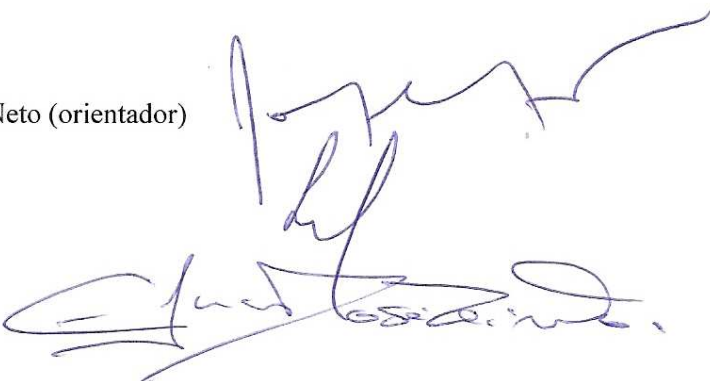
Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto (orientador)

Prof. Dr. Leandro Karnal

Prof. Dr. Eduardo José Reinato

Prof. Dr. Paulo Miceli (suplente)

Profª. Dra. Janice Theodoro da Silva (suplente)



FEVEREIRO / 2009

Agradeço a meu amigo e orientador José Alves  
pelo apoio, confiança e paciência.

Dedico este trabalho a meu pai, meu grande herói,  
e a meus avós Primo e Helena – que tanto intercederam  
na terra, para que eu ingressasse o mestrado,  
e agora diretamente no céu, para que eu o concluísse.

## RESUMO

A presente dissertação analisa como foi apresentado o prócer uruguaio José Artigas nos artigos publicados por historiadores, intelectuais e escritores no jornal *El País*, durante o mês de setembro de 1950, em que se comemorou o centenário de sua morte. Para isso, previamente foram elucidadas questões concernentes ao discurso pátrio latino-americano e à apresentação e rememoração dos heróis responsabilizados pela conquista das independências na América Hispânica – bem como uma análise dos três tomos da obra *José Artigas: Alegato Histórico* (1909-10), de Eduardo Acevedo Vázquez, que auxiliou a configurar, no início do século XX, a figura de Artigas como herói máximo uruguaio.

## ABSTRACT:

This study analyses how the uruguayan hero José Artigas was presented in articles published by historians, intellectuals and writers in the newspaper *El País*, over 1950' september, during the commemoration of his centennial's death. To base the discussion, first was expatietan questions about the latin-american nationalism's discourse and questions about the recall and presentation of the latin-american heroes of the independences from Spanish – beyond a analysis of the three tomes of *José Artigas: Alegato Histórico* (1909-10), a Eduardo Acevedo Vázquez' work, who helps to configurate in Uruguay, in the beginning of XX' century, the image of Artigas like the utmost uruguayan hero.

## ÍNDICE

### INTRODUÇÃO (p.11)

#### Cap. I – A REMEMORAÇÃO DOS LIBERTADORES DA AMÉRICA HISPÂNICA (p.13)

O herói-nação

O caráter heróico regulador, unitivo e condutor

O heroísmo *criollo* e o caudilhismo *gaucho*

O caso uruguaio

#### Cap. II – ARTIGAS NO CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO DE MAIO (p.41)

A opção teórico-historiográfica de Eduardo Acevedo

A cruzada de Acevedo contra Pedro Feliciano Cavia

Representação da excelência heróica de Artigas

A supremacia oriental

Do banco dos réus ao panteão da História

A impostura do Artigas pré-revolucionário, segundo Acevedo

A impostura do Artigas pós-revolucionário, segundo Acevedo

A repercussão da visão idealista

#### Cap. III – ARTIGAS NO CENTENÁRIO DE SUA MORTE (p.103)

*Plan de la obra*

Papá Artigas

A reafirmação da supremacia oriental

A impostura do Artigas pré-revolucionário, segundo o grupo de *El País*

A impostura do Artigas pós-revolucionário, segundo o grupo de *El País*

Sobre a recitação

### CONCLUSÃO (p.143)

## INTRODUÇÃO

“Está morto: podemos elogiá-lo à vontade.”

Machado de Assis, *O empréstimo*

Milênios de utilização do sistema decimal acabaram por transformar, no pensamento ocidental, os conceitos numéricos de cem, mil, milhão também em expressões figuradas relativas a muitos, incontáveis, consideráveis – o próprio vocábulo *milênios* nos remete à idéia de incomensuráveis anos. Da mesma forma configurou-se a divisão de nossa história em séculos, e comemora-se com importância (dificilmente explicável) os aniversários de base 10 de acontecimentos históricos, natividade e morte de personalidades históricas.

O objetivo do presente trabalho é analisar o modo como o herói uruguaio José Gervasio Artigas (1764-1850) foi apresentado pelos historiadores do país durante o período de comemorações do centenário de sua morte. Herói por excelência, no Uruguai, o caudilho é celebrado em todos os livros didáticos de história do país, em veículos de comunicação, em discursos políticos da direita e esquerda uruguaia e, desde 1977, uma imensa estátua equestre na principal praça da cidade, a Plaza Independencia, orna a câmara mortuária daquele que é considerado o pai da nacionalidade oriental.<sup>1</sup>

Para fundamentar essa discussão, primeiramente (capítulo 1) serão evocados alguns estudos, trabalhos e teorias de historiadores e intelectuais acerca da apresentação dos heróis nacionais dentro das histórias pátrias, a fim de embasar as análises posteriores. Serão analisadas também questões referentes à especificidade do trato historiográfico no contexto de lutas pela independência da América Hispânica – como a configuração do caudilhismo e

---

<sup>1</sup> Os habitantes do atual Uruguai também se autodenominam orientais, desde o período colonial, por habitarem a Banda Oriental, parte leste do antigo Vice-reino do Prata.

a liderança dos chefes *criollos* frente a população de inúmeras regiões insurretas no período – e, por fim, questões concernentes à particularidade do Uruguai – abordado pela historiografia como o “algodão entre cristais”, emancipado frente a pretensões de incorporação por parte da Argentina e do Brasil.

Antes do exame da historiografia produzida com o intuito de celebrar o centenário da morte de Artigas (capítulo 3) e da conclusão, será analisada a obra *José Artigas* de Eduardo Acevedo (capítulo 2). Considerada cânone pela historiografia uruguaia, essa foi uma das principais obras que se incumbiram de consolidar a imagem do caudilho como prócer máximo uruguaio, sendo originariamente publicada durante o período das comemorações do centenário da Revolução de Maio, no início do século XX.

Assim, ao mesmo tempo em que esse trabalho pretende evidenciar o modo como se constituiu e se configurou José Artigas como figura paterna para a nação uruguaia, permearão a obra questionamentos acerca da necessidade dessa configuração e do papel de obrigatoriedade com que acaba se caracterizando sua evocação cívica celebrativa, profundamente importante no Uruguai, e como ela foi realizada durante as comemorações dos dois centenários importantes para a história do país e da região, mencionados acima.



## Capítulo 1

### A REMEMORAÇÃO DOS LIBERTADORES DA AMÉRICA HISPÂNICA

“... nós não podemos passar sem grandes homens!”

T. Carlyle, p.193

Neste capítulo demonstraremos algumas características do trabalho historiográfico que se propõe examinar a vida e o papel das personalidades que seriam imputadas como responsáveis pela efetivação das independências na América Hispânica e, especificamente, no Uruguai – constatada a existência, nesses territórios, da veneração ao *herói-nação*, grandes homens que, por serem responsabilizados pela conquista da soberania nacional, expressariam o nacionalismo em si.

Há um grande número de autores que se dedicaram ao tema da construção do herói, em algum momento de sua produção. No presente capítulo faremos referências a historiadores que possuem concepções historiográficas distintas, mas que são referências para o tema. Dessa forma destacaremos a abordagem clássica do idealista Thomas Carlyle e a referência na história sul-americana do argentino Bartolomé Mitre; das últimas décadas destacamos a visão do historiador marxista León Pomer, que possui um trabalho sobre a construção do herói na América Latina, as abordagens pelo viés da história política de José Murilo de Carvalho, assim como as abordagens da história cultural feitas por Alcir Lenharo, Paulo Miceli, Eduardo José Reinato (em seu estudo sobre Bolívar que nos auxiliou a pensar

Artigas) e Jaime de Almeida ao abordar o tema da rememoração às vésperas do bicentenário das independências.<sup>2</sup>

Pelo período em que agiram estes heróis, o início do século XIX, faz-se necessário também elencar alguns pontos específicos sobre a mentalidade política deste século, que enxergou a nação como um objeto cultural digno de investimento político – estendendo-se este investimento a uma série de elementos a ela coadunados, como os heróis pátrios, criando assim a necessidade de heroificação dos caudilhos, os líderes militares dos processos de independência latino-americanos.

### **O herói-nação**

No século XIX, a proliferação de discursos que exaltaram características nacionalistas, no mundo ocidental, contrapondo-as a inferiores características de nacionalidades alheias, foi fator preponderante para a divulgação e vitória de um pensamento que configurou modelos de organização social e política vigentes durante os últimos três séculos. Por tratar de questões de estruturação social e idealizar modelos de organização inter-relacional (o que deve / não deve ser reproduzido, pensado, praticado), podemos afirmar que estes discursos sempre tiveram matiz política.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Para não sermos extensivos em cada momento (o que levaria a discussão para outro lugar) ou para não sugerir (ainda mais gravemente) que haja uma uniformidade entre os referidos autores, registramos esta advertência. Ao longo da dissertação aparecerão outros autores que serão devidamente contextualizados.

<sup>3</sup> Segundo a acepção *política* de Hannah Arendt, em que aquilo debatido publicamente torna-se campo de exibição ideológica, de afirmação de posicionamentos políticos: “sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição” (*A condição humana*, p.11); corroborada pela acepção de Roger Chartier de que toda representação (no caso desta dissertação, dos discursos nacionalistas) denota o posicionamento político de seu apresentador: “as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à

A sacralidade adquirida pela nação, após essa vitória ideológica conquistada ao longo do século XIX, faz mesmo com que o termo sobrepuje os líderes da mesma: os líderes podem falhar e ser substituídos, mas a instituição não é mais questionada – como ironicamente lembra o historiador León Pomer, em *La construcción de los héroes*, “la nación no comete errores” (p.37). A essa falta de questionamento acerca da instituição e de seus princípios ideológicos – o nacionalismo – acompanha a perda de noção sobre sua aparição histórica, atribuindo-se à nação uma existência eterna, aspecto questionado pelo historiador Paulo Miceli:

O que é, no entanto, nacionalismo ou patriotismo senão elaborações mentais que se tenta transformar em coisa material ou palpável? A nação não é uma coisa dada e pronta para todo o sempre, pois depende da criação constante para que possa durar e para que as pessoas acreditem nela... (*O mito do herói nacional*, p.13)

Para que seja creditada, portanto, a nação passa a apresentar elementos singulares (sua bandeira, seu hino, suas datas cívicas, seus heróis, sua história) que terão o caráter de identificar os cidadãos sob uma gama de valores e aspirações comuns,

... algo que haga de personas ajenas, distantes y diferentes, seres reconocibles como socios de un patrimonio histórico, un destino común y un futuro concebido como empresa que involucra a todos por igual. (...) Cuando asimilado (hecho cuerpo), las representaciones que convoca y los sentimientos que despierta son artefactos intelectuales de alta carga emocional. (Pomer, pp.44-5).

A transformação desse símbolos pátrios (que unem, homogenizam, emocionam) em elementos publicamente inatacáveis foi analisada por Alcir Lenharo em seu estudo *Sacralidade da política* – transformação que, ao mesmo tempo que os define como indicativos de determinadas nacionalidades, faz com que sejam mantidos a uma distância preventiva (sacra) da mesma população que representa e que outorga a esta os valores a que

---

custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (*A história cultural...*, p.17).

deve submeter-se frente a tais elementos – o respeito, a obediência, a imitação, práticas que resultariam na aquisição do sentimento de fraternidade, de solidariedade nacional.

A concepção dupla de nação (imaterial enquanto idéia, sentimento; material enquanto corporificada em seus elementos constitutivos) facilitaria o processo de apresentar a mesma sob aspectos divinos – e, por isso, imaculados, incorruptíveis:

Ao mesmo tempo que ente sagrado, a nação também é pensamento, energia, ação, matéria. Estão dadas, portanto, as duas naturezas distintas desse corpo único, religioso e social. Sua dimensão material é focalizada pelos humildes elementos humanos desse conjunto, que vêem sua contribuição, não somente se transformar em necessária para o todo, como necessária uns para os outros. Finalmente, de volta à primeira condição, a nação alça-se a uma posição divina, que tudo vê do alto, por mais insignificante que seja o detalhe, que tudo compreende, que tudo assimila. Enquanto totalidade, a nação parece assemelhar-se à crença cristã da total visibilidade a que o fiel se submete aos olhos de Deus... (Lenharo, pp.191-2) <sup>4</sup>

A comparação entre a fé religiosa e a fé no Estado, no texto de Alcir Lenharo, materialmente desdobra-se na desejável prática de culto que os cidadãos deveriam submeter ao mesmo (sustentando-o dessa maneira) e a seus elementos, desdobrando-se em uma certeza cívica de que “não há salvação fora dele” (p.197) e que, por isso, o Estado-nação está acima de tudo e todos – validando a repressão a seus opositores ou difamadores do corpo simbólico a ele relacionado.

Um dos importantes elementos mantenedores deste Estado-nação é sua história oficial que se estabelecerá, invariavelmente, sob a aprovação de uma historiografia que não contraponha-se aos princípios políticos e demais componentes sustentados pelo poder vigente. Enquanto prática discursiva, podemos estender a asseveração de Pierre Bourdieu à apresentação da nação e sua história oficial congraçando um “sistema de disposiciones durables, estructuras estructuradas dispuestas a funcionar como estructuras estructurantes, esto es, como principio que genera las prácticas y las representaciones” (Bourdieu citado

---

<sup>4</sup> A mesma lógica segue a busca de legitimação do poder político que divulga os elementos constitutivos da nacionalidade – “através do ‘catecismo’ [político], o poder visa autolegitimar-se religiosamente, colocando-se fora da possibilidade de questionamento” (Lenharo, p.194, nota 50).

em Pomer, p.136). À *identidade* gerada por estas novas práticas deverão adequar-se o comportamento de todas as esferas sociais da nação – atingindo, posteriormente, o grau de automatismo quanto à autorizações ou proibições frente aos símbolos pátrios.<sup>5</sup>

Ao longo do século XIX, o discurso acerca da história nacional passou a representar “el papel de la historia escrita como extraordinario soldante, colaborador principalísimo para la constitución del espíritu nacional” (Pomer, p.35). O interesse dos poderes governamentais valorizarem o que remete ao nacional, mancomunado à tentativa discursiva de homogeneizar elementos heterogêneos e conflitantes (ressignificando os componentes culturais em proveito dos novos discursos pátrios), refletiria, por fim, ao desejo de impôr um pensamento político aos receptores de tal discurso.<sup>6</sup>

Contextualizando, em tempo e espaço, o tema da emancipação presente nos discursos nacionalistas que serão analisados nesta dissertação (emancipação efetivada no início do século XIX, América Latina), podemos asseverar com Mónica Quijada que esse novo discurso se edifica sobre duas égides – a vontade da ruptura (negação da continuidade do *status* colonial) e a “inscripción consciente en el paradigma ilustrado del Progreso” – e três conceitos: Estado, nação e soberania (“¿Qué nación? Dinámicas y dicotomías de la nación en el imaginario hispanoamericano”, p.287).

Para que a lealdade coletiva seja transposta do rei europeu à soberania nacional,<sup>7</sup> inicia-se o esforço coletivo de centenas de ensaístas, historiadores, literatos, todos preocupados em responder às novas perguntas “¿que nación?, ¿quién constituye la nación?, ¿cuándo hay nación?, ¿desde cuándo hay nación?” (Quijada, p.288) – surgindo a partir de

---

<sup>5</sup> Apenas ao consolidar seus elementos, portanto, a história oficial de uma nação determina a variação destas autorizações: “la matriz quedará salvada como visión de mundo, representación del existente social, designación de papeles, imagen del pasado y vislumbre del futuro. La Palabra Verdadera será el lugar de partida del universo nacional. De ella se seguirán todas las verdades” (Pomer, p.139).

<sup>6</sup> Sobre o assunto, León Pomer cita o escritor anarquista Rudolf Rocker e seu pensamento de que, por detrás da utilização dos termos nação e Estado, nos discursos nacionalistas, “siempre se hallan las minorías privilegiadas” (Rocker, *Nationalism and culture*, citado em Pomer, p.36).

<sup>7</sup> Eduardo José Reinato refere-se nestes termos à necessidade de se ocupar o vazio criado pela negação à autoridade real espanhola: “Constituir um mito da origem nacional por meio da criação do herói, no contexto americano de diversidade, caos, violência e guerra, significava ocupar o vazio da memória coletiva, aberto após a diluição da figura do rei com o processo de independência” (*El Quijote de los Andes*, p.51).

então as tentativas de imaginar os elementos capazes de singularizar politicamente toda a nação, identificando como homogênea uma “comunidade imaginada”<sup>8</sup> disforme.

Nesse contexto, facilmente o herói pôde ser introduzido como “aquele que faltava” para conduzir a nação atemporal<sup>9</sup> ao seu grande destino: tornar-se independente, soberana – em discursos, no entorno do Prata, que necessitaram também dicotomizar os novos elementos pátrios surgidos não só em oposição ao espanhol, mas ao portenho, como o paraguaio e uruguaio. A apresentação da nação enquanto redentora no século XIX, salvaguarda dos direitos dos cidadãos, refletiu na pregação do herói que possibilitou a soberania da mesma enquanto redentor desta população.

Sendo este herói contemporâneo ao período de origem ou libertação do povo que o identifica e cultua, e sua história atrelada a esta, a narrativa de sua vida tende a confundir-se com a narrativa do próprio estabelecimento dessa origem ou emancipação. A partir do século XIX, a vinculação dos heróis-nação<sup>10</sup> ao desfecho desses episódios históricos acabou por transformá-los em símbolos (sacralizados, como nos lembra Lenharo) dos mesmos:

Discutir seu papel é pôr em questão a Pátria, a Religião, as Forças Armadas, a Revolução, o Partido – enfim, todas essas coisas sagradas e intocáveis, respeitosamente grafadas com inicial maiúscula e inscritas, com força de herói, na consciência das pessoas. Menos na consciência dos heróis, evidentemente, que só viraram heróis por simbolizar a luta contra as imposições que os oprimiam. (Miceli, pp.10-1)

---

<sup>8</sup> Cf. Benedict Anderson, *Nação e consciência nacional*, trad. Lolio Lourenço de Oliveira, São Paulo: Ática, 1989.

<sup>9</sup> Como lembrado por Paulo Miceli, Mónica Quijada também explicita o caráter de eterna existência adquirido pela nação: “si la nación fue el producto de una creación histórica moderna, lo que le dio fuerza y continuidad fue la desaparición en el imaginario colectivo de su carácter de ‘invención en el tiempo’, y su consecuente sustitución por una imagen de la nación propia como algo inmanente, además de singular y autoafirmativo y, en tanto tal, receptáculo de todas las lealtades” (“¿Qué nación?...”, p.289).

<sup>10</sup> Apresentado enquanto tal principalmente a partir da experiência revolucionária francesa, como nos lembra o historiador George Lomné: “A largo plazo, fue el proceso del heroización que impregnó más la mentalidad francesa al permitir el culto a los grandes hombres, como al soldado desconocido, y haciendo del sacrificio a la patria la forma suprema del sacrificio” (“La Revolución Francesa y la ‘simbólica’ de los ritos bolivarianos”, citado em Reinato, p.106, nota 1).

As reviravoltas historiográficas sobre as personalidades heróicas, ao mesmo tempo, evidenciam a ambigüidade da fusão dos diversos valores que estariam presentes no herói – valores que variam conforme a época e a partir de quem reclama sua memória, explicitando na verdade o que esse reclamante desejaria que fosse lembrado, reproduzido. Miceli ainda problematiza o tratamento das questões que envolveriam os heróis, agrupados enquanto classe, conjunto, tipologia: em realidade, os heróis pertenceriam a estruturas históricas muito específicas, e seria desejável que necessariamente fossem sempre ambientados em seus períodos e causas particulares. A mesma crítica poderia ser estendida quanto à rememoração dos mesmos, que muitas vezes procura atender interesses – seja durante a criação, seja durante a manutenção da “mi(s)tificação” heróica – em contextos muito distantes daqueles vivenciados pelo herói (Miceli, p.13).

Constatado o caráter de construção a que são suscetíveis os discursos pátrios e seus heróis, vejamos em que termos se configurou o herói-nação no momento em que inicialmente foi reivindicado como tal.

### **O caráter heróico regulador, unitivo e condutor**

O discurso nacionalista, também carregado de sua carga científica, progressista (como dito por Quijada), ao apresentar positivamente o ato da emancipação, denota a este ato passado como glorioso (imediatamente posterior ao trágico passado de submissão), como possibilitador da fruição de vantagens no presente e futuro. Figurando a nação, o herói que a conduz a tal estado de graça, que proporciona sua independência e principia a nacionalidade, será apresentado neste discurso sob diversos aspectos paternalistas, como nos lembra o historiador Eduardo José Reinato:

Tanto a figura do pai quanto a figura do herói fundador exercem uma função. São imagens que constroem significados ligados à ideia de nação e canalizam valores como o cultivo da honra, do dever e, principalmente, a subserviência à figura da autoridade. (p.53)<sup>11</sup>

Peter Burke, em *Cultura popular na Idade Moderna*, evidencia outros aspectos do herói-nação, representado “com adjetivos como vitorioso, triunfante, glorioso ou invencível... A segunda imagem de governante mostra-o, segundo moldes de Salomão, o juiz sentado em seu trono, o pai do seu povo, descrito com... adjetivos como justo, sábio e misericordioso” (citado em Reinato, p.63).

Em seu estudo sobre a instauração do regime político republicano no Brasil, o historiador José Murilo de Carvalho afirmou que a instituição de uma versão oficial de origem de uma nação, por parte de seus agentes produtores, invariavelmente procura ampliar “ao máximo o papel dos atores principais” e reduzir “ao mínimo a parte do acaso nos acontecimentos” (*A formação das almas*, p.35). Tal posicionamento é factualmente inteligível; nota-se a reverberação da pretensão científica, aqui mencionada, dos séculos XVIII e XIX: repúdio à aproximação das narrativas ficcionais, aspiração à seriedade implícita ou explicitamente regendo o estilo do discurso (por consequência, exclusão do anedotário porventura atrelado aos heróis e aos acontecimentos), o presente não podendo ser encarado como produto de eventualidades sortidas ou sorteadas, com resultado às vezes felizado ou azarado. Carvalho ainda indica o papel de transformação ou construção que, neste processo de apresentação, pode uma personalidade heróica sofrer: “o processo de ‘heroificação’ [nos tempos modernos] inclui necessariamente a transmutação da figura real, a fim de torná-la arquétipo de valores ou aspirações coletivas” (Carvalho, p.14).

Poder-se-ia dividir tal apresentação “transmutada” desses agentes em duas instâncias: a do resgate de antigos heróis (em determinadas nações européias, podendo-se estender tal resgate até a Antigüidade), muitas vezes adequando-os dentro desse novo pensamento político que se desenvolvia no século XIX; e a da exposição de novas

---

<sup>11</sup> Também o meio ao qual insere-se o herói será permeado de atributos correlatos – como, frequentemente, a apresentação equestre do herói em pinturas e esculturas, buscando associar ao mesmo as características aristocráticas da coragem, generosidade, valentia (Reinato, p.75).



personalidades, atores de recentes episódios históricos, principalmente no caso das nações em formação (caso do Uruguai).<sup>12</sup>

Em ambas, contudo, invariavelmente os heróis apresentados aparentam as características paternalistas anteriormente descritas, e a justificação da escolha desses heróis não pôde ser desvinculada do enaltecimento do próprio Estado. À idealização do modelo político *Estado*, nos discursos nacionalistas, como racionalmente perfeito, acompanhou a idealização dos produtores desse Estado também como figuras perfeitas – culminando no processo de idealização / mitificação da figura heróica, de seus atos e pensamentos. A presença de todos esses elementos atribuídos ao herói-nação encontrou sua visão plenamente realizada na versão idealista de heroísmo.

O historiador inglês Thomas Carlyle (1795-1881) elucidou a ideologia da idealização dos heróis e de suas características em seu ciclo de conferências proferidas em 1840 e reunidas na obra *On heroes, hero-worship, and the heroic in history* – traduzida pela editora Melhoramentos, na década de 1960, como *Os heróis*. Segundo sua teoria, os heróis são a principal mola propulsora da história, e o conhecimento da mesma se dá principalmente através do estudo de suas vidas. À teoria hegeliana do desenvolvimento histórico é atrelado o papel dos heróis como únicos catalisadores possíveis para tal avanço, tornando-os indispensáveis aos processos históricos:

... um rei [um guia] é indispensável em tôda parte, em todos os movimentos humanos. (...) Talvez..., de tôdas as pessoas dessa luta puritana, desde princípio a fim, a única indispensável fôsse realmente Cromwell. Via, ousava e decidia; era uma coluna fixa naquele tumulto de incertezas; – um rei entre êles, quer o chamassem assim ou não. (pp.217-8)

---

<sup>12</sup> Sobre as evocações heróicas na Europa e na América Hispânica, o historiador Jaime de Almeida comenta: “O processo mais longo, a época decisiva para a definição do número e do grau de importância dos heróis da pátria foi aquela da *produção em massa das tradições*, que o historiador inglês Eric Hobsbawm situou, para a Europa, entre 1879 e 1914; na América espanhola, é a época conhecida em vários países como *Regeneração*, que prepara e, em certos casos, alcança as celebrações do primeiro centenário da independência” (“O segundo centenário...”, p.2).

As características presentes no herói idealizado, portanto, são aquelas que lhe permitem comandar, conduzir, unificar, extirpar o mal, e unicamente a este grande homem deveriam os demais seguir, observar, espelhar-se:

O comandante de homens; aquele a cuja vontade nossas vontades se têm de subordinar e render, encontrando o seu bem-estar ao fazerem isto, pode ser considerado o mais importante dos grandes homens. Ele é praticamente para nós o sumário de *todos* os vários símbolos de heroísmo... [Ele é dotado de dignidade] para nos *comandar*, ... para nos dizer, para o dia e para a hora, o que devemos *fazer*. (Carlyle, p.187)

Essa teoria de Carlyle acabou, por fim, influenciando gerações subseqüentes de historiadores, por coadunar diversos fatores ligados a concepções políticas em voga no século XIX: a visão romântica do herói incorruptível que dá sua vida pela causa (no caso, a nação); sua predestinação, correlata à predestinação da nação atemporal; a possibilidade de harmonizar o discurso da ordem nacional com a pregação da perfeição moral do herói, aquele que endireita os caminhos da história, o “missionário da ordem” (Carlyle, p.194); e etc.

O formato idealista de interpretação do herói, de seu papel e da lealdade que a ele deveríamos ostentar, bem como a minimização do papel da maioria não-heróica nos processos históricos, não deixaram de levantar questionamentos e receber severas críticas posteriores. Dentre diversos movimentos revisionistas do modo de se conceber e escrever a história – principalmente, da segunda metade do século XX –, o posicionamento idealista de se encarar o herói e seu papel, teorizado no século XIX por Carlyle, pelo caráter extremista de suas afirmações e conclusões aqui expostas, acabou por ser muito censurado, quando não ridicularizado em meios acadêmicos.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Paulo Miceli, por exemplo, de maneira irônica traça um paralelo entre o herói idealizado – o “homem que vale uns milhares de homens” (Carlyle, p.205) – e a massa que o idolatra (ou que é compelida a fazê-lo). Os condutores do destino coletivo – “supergente que vira estátua”, “monstros sagrados” –, segundo a visão idealista criticada, são contrapostos à massa não-heróica, a quem só resta aquiescer-se de sua condição de “imensa multidão de medíocres-anônimos-acomodados” (*O mito do herói nacional*, p.10).

A tônica, contudo, em que constantemente são invocados estes grandes heróis por representações governamentais reflete muito da característica idealista da grandiosidade, correspondente à grandiosidade com que se almeja apresentar também a nação:

En el culto de estos grandes hombres se refleja la adhesión a la nación. A través de las grandezas del ayer, el pasado de la comunidad vive completa e intensamente. En su genio se realiza el genio de la comunidad. En su creatividad reside el impulso creativo de su pueblo. (A.D. Smith, "History and Liberty", citado em Quijada, p.303, nota 50)

Segundo Reinato, a apresentação da figura heróica, com seus contornos idealizados, reflete a busca de unificar o sentimento popular em torno do símbolo que o herói acaba se tornando: "o herói, que devia ser gestado a partir dos anseios das individualidades, na falta delas e diante da diversidade étnica [no caso latino-americano], tem de ser criado como personagem, a fim de dar respostas às diferenças" (pp.63-4).<sup>14</sup>

Encontrar aspectos de identificação comum numa figura humana que permita apresentá-la como heróica constitui, muitas vezes, em esforços políticos que almejam viabilizar projetos de nação, atrelados a esta figura; segundo Francisco Campos,<sup>15</sup> em *O Estado Nacional*, o "mytho da nação, que constituía o dogma central da theoria política... já se encontra abaixo da linha do horizonte enquanto assistimos à ascensão do mytho solar da personalidade, em cuja máscara de Gorgona as massas procuram ler os decretos do destino" (citado em Lenharo, p.192). É esta máscara que deve ser propagada (pela educação, meios

---

<sup>14</sup> Sobre a criação de mitos de origem e a distorção adquirida pelas personalidades históricas envolvidas nestes atos, José Murillo de Carvalho afirmou: "A criação de um mito de origem é fenômeno universal que se verifica não só em regimes políticos mas também em nações, povos, tribos, cidades. Com freqüência disfarçado de historiografia, ou talvez indissolavelmente nela enredado, o mito de origem procura estabelecer uma versão dos fatos, real ou imaginada, que dará sentido e legitimidade à situação vencedora. No caso da criação de novos regimes, o mito estabelecerá a verdade da solução vencedora contra as forças do passado ou da oposição. Se não são abertamente distorcidos, os fatos adquirirão, na versão mitificada, dimensões apropriadas à transmissão da idéia de desejabilidade e de superioridade da nova situação. A mesma distorção sofrerão as personagens envolvidas" (*A formação das almas*, pp.13-4)

<sup>15</sup> O político brasileiro Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968) foi Ministro da Educação e da Justiça do governo de Getúlio Vargas, um dos autores da Constituição de 37 e redator do Ato Institucional (AI-1) do golpe de 64.

de comunicação, etc.) se objetiva-se obter a final submissão ao herói e ao projeto político implícito, confundindo a vontade “das massas” com a vontade política dos que expõe a figura heróica – mesmo permanecendo estabelecida, pela metafórica cabeça do herói condutor, a hierarquia sobre os órgãos a ela submetidos:

O caráter predestinado do líder para intervir na história volta aqui com toda a força; ganha ainda mais realce a afirmação da propriedade deste líder de corporificar em si a complexidade da sociedade e ser capaz, portanto, de desarmar os seus focos geradores de tensão. Fica posto em relevo o dom em posse do líder de intuir e extrair do inconsciente o desejo socialmente contido e realizá-lo. (Lenharo, p.194)

A apresentação da consciência do herói como correta, a que exprime o sentimento popular (e, por isso, permite conduzir o povo), transforma o herói num modelo,<sup>16</sup> no exemplo que os apresentadores dos discursos pátrios almejam incutir nos cidadãos – “el mito, utopía retrospectiva, quiere que los tiempos originarios estén marcados por la ejemplaridad” (Pomer, p.46). É com essa base exemplar que se iniciará o discurso concatenador de um passado a um projeto político de presente e futuro: “con la materia prima que proveen las luchas por la independencia y otras posteriores, la escritura de la historia elaborará los rasgos de lo ejemplar y las señales de lo reprobado” (Pomer, p.136).

Assim, os ideais dos heróis-nação, quando invocados, servem como poderoso indicativo de corroboração política por quem os invoca – sendo adequados a situações políticas ou momentos históricos, quando necessário. O político espanhol Manuel García-Pelayo (1909-1991), em *Los mitos políticos*, define a função do *mitologema* criado em torno dos heróis-nação:

Añade al objeto atributos que no tiene, margina lo que puede poseer de negativo o de positivo..., lo perfecciona con arreglo a su propio patrón, lo abstrae de su condicionamiento histórico hasta darle una realidad intemporal, establece conexiones inexistentes, totaliza un

---

<sup>16</sup> No mesmo sentido, afirma Renato: “Heróis e anti-heróis foram moldados de forma a se firmarem como arquétipos para a sociedade... Essa sociedade inscrevia as bases de um padrão de conduta e de memória. Como nos afirma Lúcia Vassalo, ‘a sociedade que constrói o texto redige-o de modo a que a ação do protagonista que se alçou acima de seus companheiros sirva de exemplo e modelo’” (*El Quijote...*, p.37).

fenómeno parcial, reduce sus complejidades a simplificaciones...; tiene lo deformado por verdad. (citado em Pomer, pp.171-2)

Tal deformação discursiva,<sup>17</sup> ao mesmo tempo que apresenta e indica os elementos que devem compor os panteões nacionais, exclui necessariamente outros elementos, e mesmo algumas características das personalidades consagradas que não pactuam com o ideário heróico:

El Panteón es una forma de memoria, una propuesta de olvido... En la representación que el poder genera de sí la asociación estrecha con los héroes lo proyecta a una verticalidad que lo hace más poder. El poder y el panteón deben conquistar la intimidad de las personas, instalar en ellas una verdad. La escritura de la historia proporciona el texto. (Pomer, p.186)

Quatro conclusões acerca da relação entre o discurso, o poder, o herói e sua nação podem ser extraídas deste trecho de León Pomer: que formatar uma memória propõe o esquecimento do que lhe é conflitante; que a apresentação da memória heróica dignifica (ou almeja dignificar) também seus apresentadores, invariavelmente formatados como continuadores da causa do herói; que desse modo o poder político se projeta através desta dignificação, representação; que o resultado final é a instauração de uma verdade sobre o mesmo herói – que, podemos complementar, depois será o recurso invocado para silenciar outras verdades que almejem sobrepô-la, variando enormemente o grau de liberdade concedida aos opositores da verdade nacional conforme a época, os países e seus regimes políticos. Vejamos como isso se deu na América Latina.

---

<sup>17</sup> Comentando o resgate do caudilho Güemes pelo historiador Bernardo Frías, em sua *Historia de Güemes*, León Pomer constata a modificação unicamente discursiva que foi realizada sobre o herói: “de cuestionador del orden constituído el caudillo pasa a inteligente defensor del mismo. (...) La Palabra ha operado el milagro” (p.159).

## O heroísmo *criollo* e o caudilhismo *gaucho*<sup>18</sup>

No século XX, na independente América hispânica, os exemplos máximos de culto a Bolívar e San Martín<sup>19</sup> não deixaram de reproduzir concepções do XIX sobre a importância do grande homem como dirigente imprescindível, nos discursos acerca do estabelecimento das nacionalidades próprias.

A necessidade da luta armada, no caso das independências latino-americanas, propiciou o surgimento de um tipo militarista de herói, aglutinador dos anseios de libertação e responsável pela promoção da mesma.<sup>20</sup> Conforme nos lembra Eduardo José Reinato, esses líderes, contudo, foram enxergados como heróis apenas quando visualizou-se neles o ideário de herói europeu – que fosse, sobretudo, branco, para serem reconhecidos (o herói e sua causa) também pela Europa. Configura-se assim, além da política e econômica, uma preeminência sócio-cultural dos *criollos* sobre a população hispano-americana.

Na caracterização das histórias pátrias latino-americanas e de seus líderes, relegou-se a um segundo plano, portanto, a participação dos elementos negro e indígena – em

---

<sup>18</sup> Nesse trabalho se utilizará a expressão *gaucho*, sem acento, apenas para diferenciá-la do termo *gaúcho*, que designaria basicamente o mesmo estilo de vida solitário de um arrebanhador de gados, mas, com acento, de um habitante do Rio Grande do Sul. Terminologia consagrada na região platina, serve até de parâmetro – o historiador Eduardo Acevedo explica que os bandeirantes paulistas, ou mamelucos, eram “los gauchos de San Pablo” (I, p.477). A palavra seria derivada do termo quíchua *uájcha*, “pobre, órfão” (*Dicionário da Língua Portuguesa* 2008, Porto Editora, [www.infopedia.pt](http://www.infopedia.pt), acesso em 11/02/2008).

<sup>19</sup> O debate sobre o *criollismo* rondará, em primeira instância, principalmente sobre questões fomentadas acerca dos dois considerados heróis máximos das independências hispano-americanas, para depois ser coestendido a Artigas.

<sup>20</sup> Líderes militares cuja importância popular é constatada no tocante aos acontecimentos – segundo o relatório do jurista norte-americano Theodorick Bland (1776-1846) a John Quincy Adams, ministro de Estado do presidente James Monroe, sobre sua missão diplomática na América Latina, em 1817, “la necesidad de estar constantemente armado y preparado para hacer frente á la metrópoli, inclinó al pueblo á prestar obediencia á los *leaders* militares del momento” (citado em Acevedo I, p.208).

algumas localidades, a maioria étnica.<sup>21</sup> A imagem de Bolívar, por exemplo, “serviu para a construção de um modelo heróico... inviabilizando toda e qualquer possibilidade de um projeto de constituição do Estado-Nação para a América que não fosse o projeto branco, romântico e europeizado” (Reinato, p.17). A este projeto idealizado (espelhado em projetos nacionais europeus) não deixaram de repercutir os elementos já assinalados por Mónica Quijada – as idéias de unidade, pré-destinação da nação e civilização contra a fragmentação, perda da soberania, barbárie, etc.

Segundo o sociólogo argentino Agustín Álvarez (1857-1914), em *South America*, “la geografía indígena va desapareciendo ante la invasión de nombres propios... [a] enfermedad sudamericana por excelencia... [é] el personajismo galopante” (citado em Pomer, p.165). E Reinato evidencia a continuação desse personalismo, dos tempos coloniais ao revolucionário, pela viabilização de um modelo heróico apenas no tocante ao confronto militar contra os espanhóis – pois, passado este período, os conflitos sociais superam a frágil unidade nacional, prefigurando os conflitos que a fala de Bolívar sintetiza em “la América es ingovernable” (citado em Reinato, p.177)

Ao relegar-se, desse modo, aos próceres a responsabilidade pelas independências, subtraiu-se dos discursos a importância do povo que guerreia ou deseja a emancipação – como critica, ainda no século XIX, o general argentino Tomás de Iriarte (1794-1876), em seu *El Congreso de Tucumán* (1864): “la historia suplantada por la biografía...; he ahí el origen de aquellas extrañas opiniones sobre las causas que han contribuido al desenvolvimiento gradual de la Revolución, haciendo desaparecer al pueblo para enaltecer a los prohombres” (citado em Pomer, p.189).

A supressão, em discursos pátrios, do detalhamento acerca de alguns acontecimentos (como o papel da participação popular, reclamado por Tomás de Iriarte), relegados em favor da narração quase exclusiva dos feitos dos heróis *criollos* concernentes à revolução, acabou reduzindo os temas, a capacidade crítica e a amplitude das explicações

---

<sup>21</sup> Como também asseverado por León Pomer: as identidades indígenas “fueron enteramente marginadas de los procesos nacionales y de la construcción de sus imaginarios. Los versos del himno [argentino] que escribió [Vicente] López y Planes con su mención de los incas son un exagerado desplante sin mayor trascendencia” (pp.22-3).

que alguns discursos puderam fornecer frente a diversas questões incutidas pelo ato emancipatório e a instauração de novas nacionalidades. Os historiadores colombianos e venezuelanos, por exemplo, têm de escrever sobre a vida e os feitos de Bolívar para tratar da questão da emancipação de seus respectivos países; mas algumas destas narrativas acabaram por reduzir-se unicamente a estes acontecimentos.

Um outro exemplo paradigmático é o papel desempenhado pela obra historiográfica de Mitre, ao consolidar San Martín como herói máximo argentino. A ênfase com que o apresentou demonstra a clareza do projeto mitreano de seu resgate e exaltação: San Martín foi “el brazo y la cabeza de la hegemonía americana en el período de su emancipación” (*História de San Martín...*, citada em Pomer, p.177). Configurada esta grande importância, como depois relegá-la, como não demonstrá-la (e incumbir-se da necessidade de demonstrá-la) como grandiosa?

Por isso mostrou-se eficiente, concomitantemente, a apresentação das características do herói sob a ótica idealista: “en la segunda mitad del siglo XIX esta concepción [de Thomas Carlyle] tiene adeptos fuertes entre argentinos que piensan la historia como el lugar de las grandes asimetrías” (León Pomer, p.163). O resgate e a idolatria ao herói-nação latino-americano serão evidenciados sob a apresentação de alguns aspectos elucidados anteriormente neste capítulo: a potencialidade de sua condução revolucionária, a vontade expressa de doar a vida pela soberania política, a encarnação da nacionalidade e exemplaridade cívica.

Ao mesmo tempo, o discurso pátrio será modelado pelo material fornecido pela conduta destes heróis. A coragem dos militares presentes nestes conflitos e a obrigatoriedade, por parte dos mesmos, do uso da violência não deixaram assim de ser evocadas como fatores constituintes do imaginário acerca dessas personalidades. Mitre, por exemplo, em sua *Historia de Belgrano*, compõe o quadro de bravura dos heróis do período, comentando que dos 102 caudilhos presentes na Guerra de Republicetas boliviana (1811-1825) apenas nove sobreviveram, sendo que os outros morreram em batalha ou na prisão, jamais algum tendo se rendido (citado em Acevedo I, p.343, que também refere-se a inúmeros exemplos da selvageria e brutalidade do período no capítulo “La edad de piedra en el movimiento revolucionario - Cómo se derramaba la sangre en el resto de América”).



As execuções a mando de Belgrano ficavam, assim, justificadas, inseridas neste contexto; a própria denominação de “guerra a muerte” ao período revolucionário bolivariano, entre 1812-20, dá idéia da tônica da interpretação historiográfica dos feitos independentistas – o termo havia sido divulgado pelo próprio Bolívar em cartas e escritos.

Na região do Vice-reino do Prata, especificamente, o fato dos caudilhos tomarem as rédeas da situação, após as invasões napoleônicas à Espanha, e liderarem a defesa do território platino contra a pretensão inglesa, foi encarado como uma atitude heróica pré-revolucionária pelos discursos nacionalistas – apresentando-se também a substituição que será efetiva, posteriormente, de um poder “opressor” peninsular por um poder “salvador” *criollo*.

A intensidade com que a liderança *gaucha* formatou um modelo de lealdade dos seguidores aos caudilhos também foi utilizada como elemento de exaltação de valores pátrios pré-nacionais:

El caudillo no necesariamente finge o representa un papel [como faz um comandante de ejército]; lo más probable es que se revele tal como es, en su verdad. Por lo demás otorga protección, transmite a sus seguidores el prestigio que lo aureola, la fama de que goza. Es conveniente y es honroso ser parte de su hueste. Y los acaudillados, a cambio de lo que reciben, o esperan recibir, ofrecen sus servicios... Es el precio de un reconocimiento que la sociedad no les otorga.

Algunos quisieron ver en esta relación el modelo de una sociedad más justa. (Pomer, p.154)

O seguimento popular ao caudilho reverberará, nos discursos nacionalistas, na posterior evocação do mesmo enquanto herói pátrio, defensor do povo através de sua luta, de sua busca de uma sociedade mais justa – possibilitando também o resgate de sua figura por grupos políticos que se dizem continuadores dessa luta.

Nesta evocação dos heróis e das histórias emancipacionistas, na América Hispânica, são comuns as comparações das histórias e heróis nacionalistas com os correlatos dos demais países latinos. Segundo León Pomer, essas “comparaciones ayudan a elucidar lo propio. En la confrontación aparecen las diferencias y queda mejor marcado lo que constituye nuestra especificidad”. As diferenças, o que separa e torna maior, são elencadas

junto às semelhanças, que igualam e tornam legítima a separação: “cada caso nacional exhibe singularidades no repetibles; pero siempre hay emergencias sociales, emocionales, culturales y económicas convocantes” (Pomer, pp.32-3). No caso do Uruguai, fundamental será explicitarem-se estas diferenças regionais que o constituíram como tal ao lado de tantos povos “hermanos”.

### **O caso uruguaio**

Conquistada a independência da República Oriental do Uruguai em 1828, inicia-se de modo mais enfático o processo de busca de elementos culturais exclusivamente nacionais, por parte dos intelectuais do país – como um meio de consolidar culturalmente a soberania política.

A divulgação do *eu-uruguaio* passa, portanto, a ser pensada também sob o aspecto de quais personalidades poderiam encarnar esse novo produto cultural, em oposição a qualquer *outro* latino-americano. Assim Artigas, Rivera, Oribe, Lavalleja, foram sob este intuito posteriormente apresentados como os habitantes do panteão uruguaio, erigido em honra aos orientais e em paridade (ou supremacia) a panteões de outras nacionalidades.

Invariavelmente, estes heróis foram apresentados também uniformizados do ponto de vista ideológico, como se representar um desejo pátrio de tencionar o melhor para o Uruguai do passado, presente e futuro representasse querer o mesmo, representar os mesmos interesses e defender as mesmas lutas – mesmo alguns deles tendo, em algum momento, divergido pessoalmente, como Rivera e Artigas, ou Oribe e Rivera.

A questão que se nos coloca é: por que, deste panteão, Artigas é o grande herói? O que possibilitou ser ele, e nenhum outro, o prócer máximo uruguaio? – considerando-se, principalmente, que Artigas não participou da luta que efetivamente libertou o Uruguai do domínio brasileiro, entre 1825-8. Podemos recuperar três aspectos argumentativos que de

modo algum se excluem – pelo contrário, se complementam e possibilitaram coroá-lo como herói uruguaio máximo:

1. Caráter histórico: a primazia quanto às questões concernentes à emancipação do território uruguaio. O estabelecimento de um sentimento próprio, alheio a outras nacionalidades, encontra por primícias os desentendimentos entre Artigas e o governo portenho, gerando a distinção entre os elementos uruguaio e argentinos.

A unicidade uruguaia pôde atrelada através da narrativa de uma série de feitos artiguistas: primeira vitória expressiva contra as tropas espanholas, na região do Rio da Prata (a Batalha de Las Piedras, 1811); divergências contra o outro, a oligarquia portenha, seus dirigentes, militares e representantes (Sarratea, Alvear, Posadas, Pueyrredón), ao longo dos anos 1812-20, que almejava perpetuar o antigo controle político exercido por Buenos Aires; declaração de instituição de um governo separado (1814); luta armada concomitante contra argentinos, espanhóis e luso-brasileiros (1814-20), configurando um grupo de *outros* e implementando a dicotomia que acabou por afirmar o sentimento nacionalista do *eu-uruguaio*.

Documentalmente, a oposição entre as esferas argentina e uruguaia pode ser demonstrada em inúmeras cartas trocadas entre Artigas e os representantes do governo de Buenos Aires (Sarratea, Alvear, Posadas), mas não só nelas; em ofício ao governo do Paraguai, por exemplo, dirigido desde o acampamento de Ayuí, em 21/09/1812, Artigas comenta o que denota traição portenha:

... nunca pudieron figurarse [os orientais] hallar su desgracia en el seno mismo de sus hermanos, no pudiendo estar jamás a sus alcances que el auxilio con que volvía a socorrerlos Buenos Aires para lograr la gran consolidación, presentase a su vista la alternativa execrable de un desprecio el más ultrajante, o de una esclavitud muy nueva, muy singular y mucho más odiosa que la primera. (*Recopilación...*, p.40)

Em uma carta que Artigas dirigiu ao caudilho argentino Martín Miguel de Güemes (1785-1821), em 05/02/1816, se expressa contra o centralismo de Buenos Aires dessa maneira:

Su preponderancia [de Buenos Aires] sobre los pueblos le hace mirarlos con desprecio y su engrandecimiento le sería más pesados que su exterminio. (...) Por fortuna los pueblos se hallan hoy penetrados de sus deberes y su entusiasmo los hace superiores á los peligros. Dar actividad á esta idea sería formar el genio de la Revolución y asegurar nuestro destino. (citada em Acevedo I, p.251)

As *Instrucciones del XIII*,<sup>22</sup> além de conter passagens que preconizam os princípios iluministas da liberdade, igualdade, direito de rebelião e soberania, explicitam no seu 19º e penúltimo artigo uma obstinada oposição ao centralismo do governo portenho – “que precisa e indispensablemente, sea fuera de Buenos Aires donde resida el sitio del Gobierno de las Provincias Unidas” (*Recopilación...*, p.66) – sendo posteriormente esses e outros documentos resgatados em discursos nacionalistas que almejaram configurar o aspecto da oposição patriótica uruguaia contra quaisquer outras filiações.<sup>23</sup>

2. Caráter pessoal: os méritos apresentados em ações e discursos artiguistas demonstram, para a historiografia nacionalista, as qualidades pessoais de liderança desejáveis.

Num ambiente, ao longo dos séculos XVIII e XIX, dividido entre a cidade de Montevideu e a *campaña* oriental, Artigas cumpre uma representação conciliatória entre os interesses urbanos – tendo nascido numa família abastada, crescido e estudado em Montevideu, alçado as bandeiras civilizatórias do liberalismo e republicanismo em sua luta

---

<sup>22</sup> Documento elaborado por congressistas uruguaios reunidos durante o segundo sítio montevidense, em abril de 1813, para ser encaminhado à Assembléia Constituinte que se anunciava em Buenos Aires.

<sup>23</sup> Observa-se, concomitantemente, a inexistência da reprodução, na historiografia uruguaia, dos elogios tecidos ao governo portenho por Artigas, anteriores ao desligamento com o mesmo, e a defesa que fez do governo de Fernando VII, em cartas e documentos de 1811– como quando menciona “las elevadas atenciones de la Excma. Junta de Buenos Aires, que tan dignamente nos regenta” (*Proclama de Mercedes*, 11/04/1811, em *Recopilación...*, p.3); as “sabias disposiciones” da mesma Junta (carta de 21/04/1811, em *Recopilación...*, p.6); ou quando se dirige aos partidários do vice-rei Elío sitiados em Montevideu: “no olvide V.E. que la Excma. Junta provisoria sostiene sólo la causa de nuestro augusto monarca el señor don Fernando VII y la conservación e integridad de estos preciosos dominios de que es una parte ese pueblo” (“Intimación al Cabildo la entrega de Montevideo”, maio/1811, em *Recopilación...*, pp.12-3).

revolucionária – e camponeses – convivendo, defendendo os interesses e combatendo ao lado dos *gauchos* e indígenas.

A polivalência de Artigas demonstra-se também pela fusão, principalmente na documentação escrita a ele atribuída, de características emotivas e racionais; o conteúdo dos considerados documentos artiguistas é permeado também pela exaltação constante de ideais iluministas, permitindo a seus analistas panegiristas fazerem o elogio do mesmo na medida em que louvam as idéias neles presentes.<sup>24</sup>

Em carta ao cabildo de Montevideu de 23/10/1815, por exemplo, assim Artigas se manifesta favorável ao fomento realizado pela imprensa da cidade:

... incite V.S. por medio del periódico a los paisanos que con sus luces quieran coadyuvar a nuestros esfuerzos, excitando en los paisanos el amor a su país y el mejor deseo por ver realizado el triunfo de la libertad. (*Recopilación...*, p.89)

Em sua recusa a levantar o primeiro sítio de Montevideu, logo após a batalha de Las Piedras, afirma que “la causa de los pueblos no admite, señor, la menor demora” (ofício de 20/05/1811, em *Recopilación...*, p.17); entre os ideais que evoca em “Nota ao Gobierno de las Provincias Unidas”, de 31/10/1811, presencia-se: “Señor Excmo., yo creo que no es preciso más que empeñar a favor de estos héroes [os orientais] las virtudes de todo el orbe: la humanidad, la justicia, el honor, todo debe reconocer en ellos el carácter de hijos suyos” (*Recopilación...*, p.21).

A liberdade é recorrentemente citada como finalidade de toda a ação revolucionária do caudilho – que afirma “de todos modos yo soy siempre un esclavo de la libertad” (nota ao governo paraguaio de 10/10/1812, em *Recopilación...*, p.47), ou que “la libertad de la América forma mi sistema y plantearlo mi único anhelo” (carta a Sarate de 25/12/1812, em *Recopilación...*, p.51).

---

<sup>24</sup> Sobre o assunto, em julho de 2006 o autor da presente dissertação apresentou um trabalho no VII Encontro Internacional da Anphlac - Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas, em Campinas/SP, intitulado “O discurso de José Artigas e a identidade uruguaia (1810-1820)” (disponível em [www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro7/gabriel\\_sordi.pdf](http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro7/gabriel_sordi.pdf), acesso em 07/06/2008).

Podemos adiantar que o funcionalismo da invocação dos documentos artiguistas nos discursos panegíricos que depois evocarão sua imagem é proporcionado pela presença de todos esses ideais iluministas e de defensoria popular – apresentados, algumas vezes, sobre líricos e humanitários termos, como em seu “Manifiesto al pueblo de Buenos Aires con motivo de la caída del gobierno de Alvear”, de 29/04/1815:

Yo entretanto sólo ansiaba a hacer servir mis triunfos en favor de la humanidad. (...) Así es que desde el carro de la victoria, yo convidaba a mis adversarios a la paz, yo les extendía mis brazos implorándola, bañando a vista de ellos con mi llanto unas coronas que veía salpicadas con la sangre de mis compaisanos.

... sola [a posteridade] puede disfrutar plenamente de los benéficos frutos de nuestros brazos afanosos, y la pequeña porción que el atraso general deja a nosotros, aumenta en gloria lo que nos rebaja de tranquilidad, dejando al fin a vuestros hijos en nuestros sepulcros el santuario donde deben adorar las virtudes cívicas creadoras de las dulzuras que los acompañarán desde su cuna venturosa. (*Recopilación...*, pp.92-4)

Além da presença destes ideais constantemente exaltados em discursos nacionalistas uruguaios dos séculos XIX e XX (liberdade, democracia, soberania), alguns posicionamentos de Artigas expressos neles puderam ser resgatados como pioneiros ou desencadeadores de processos subsequentes – como o primeiro artigo das *Instrucciones*, que pedem a imediata declaração da independência, três anos antes da declaração argentina de Tucumán:

Primeramente pedirá la declaración de la independencia absoluta de estas colonias, que ellas están absueltas de toda obligación de fidelidad a la corona de España y familia de los Borbones, y que toda conexión política entre ellas y el estado de la España, es, y debe ser totalmente disuelta. (*Recopilación...*, p.62)

Do mesmo documento, podemos retirar vários exemplos de evocação de ideais iluministas consagrados: do artigo terceiro, “promoverá la libertad civil y religiosa en toda su extensión imaginable”; do quarto, “el objeto y fin del Gobierno debe ser conservar la igualdad, libertad y seguridad de los ciudadanos y los pueblos”; do 16º, exigindo a

soberania oriental, “que esta Provincia tendrá su constitución territorial” (*Recopilación...*, pp.62-5).

Baseados nestes exemplos, diversos uruguaios puderam elogiar o pensamento político artiguista, como o político Juan Carlos Blanco Fernández (1847-1910), em uma edição comemorativa dos 130 anos do nascimento de Artigas do periódico *El Siglo*, junho de 1894:

... las Instrucciones de 1813 para asegurar la paz, la libertad, la soberanía de las Provincias Unidas bajo la forma republicana federal, son algo como un sedimento de un terreno superior, encontrado en otro inferior, que deslumbra y trastorna las bases del criterio histórico. Hay en ese documento visión profética de nacionalidades á constituirse, formas de lenguaje que pugnan con su época, adelantándose á tiempos venideros... (citado em Acevedo I, p.252-3)

Outro documento artiguista copiosamente citado em discursos nacionalistas uruguaios e panegíricos do caudilho é o *Reglamento provisorio de la Provincia Oriental para el fomento de su campaña y seguridad de sus hacendados*, de 1815, considerado por algumas correntes historiográficas como articulador de “la primera reforma agraria de latinoamérica”,<sup>25</sup> com cláusulas repletas de “ideales de justicia y distribución equitativa de los bienes” (Flores Mora, p.117) e frases conhecidas por todos os uruguaios – como “que los mas infelices sean los mas privilegiados” (artigo 6º). O 12º artigo, em que se lê “los terrenos repartibles son todos aquellos de emigrados, malos europeos, y peóres americanos que hasta la fecha no se hallen indultados por el Jefe de la Provincia para poseer sus antiguas propiedades” (*Recopilación...*, pp.81-2), permite ainda a leitura de uma efetivação de redistribuição comunista de renda no território da Banda Oriental, ao serem retirados os bens dos “malos americanos” para sua redistribuição popular.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> República Bolivariana de Venezuela – Ministerio de Comunicación e Información, *José Gervasio Artigas, revolucionario del Sur*, Colección Biografías, Caracas, 2005, p.16; na mesma direção, Eduardo Galeano menciona “a primeira reforma agrária da América Latina: um século e meio de derrotas para José Artigas” (*As veias abertas da América Latina*, trad. Galeno de Freitas, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.128).

<sup>26</sup> Valores pátrios ou humanistas podem ser evidenciados também na gradação, feita pelo documento, ao modo como devem ser distribuídas as terras e favorecimentos, ressaltado no artigo 7º: “seran igualmente

León Pomer comenta a conquista de popularidade do caudilho, lembrando também o aspecto da humildade que adotou como postura:

... cuando alguien consigue adhesión popular – y es el caso de Artigas – es porque no posa de propietario de las grandes verdades: se limita a proponer un programa de reformas concretas que atienden a necesidades largamente postergadas, a ambiciones tan legítimas como puede ser el poseer un pedazo de tierra y las herramientas para trabajarla. (Pomer, p.128)

Esse posicionamento de Artigas, que em alguns momentos dispôs de seu poder e logrou ser novamente aclamado por seus seguidores como *Jefe de los Orientales*, permitiu o resgate de sua imagem como líder popular – bastando para isso, por exemplo, a menção de frases como “mi autoridad emana de vosotros y ella cesa por vuestra presencia soberana” (*Oración de Abril*, em *Recopilación...*, p.55), com que Artigas inicia seu discurso no Congresso de Abril de 1813.

3. Caráter construtivo: para ser apresentado nos discursos enaltecedores da pátria como o fomentador da grandiosidade do povo e nação uruguaia, foram também resgatados discursos contemporâneos ao caudilho que exaltaram suas características.

Uma das passagens mais difundidas / conhecidas sobre Artigas, por exemplo, é a descrição da simplicidade do caudilho – que facilita o processo de aproximação e aceitação popular –, retirada das *Letters on Paraguay* (1839) dos irmãos ingleses John e William Parish Robertson. Sobre uma visita ao acampamento de Purificación, um dos irmãos relata:

Y allí (les ruego que no pongan en duda mi palabra) ¿qué les parece vi? El excelentísimo señor Protector de la mitad del nuevo mundo, estaba sentado en una cabeza de buey, junto á un fogón encendido en el suelo fangoso de su rancho, comiendo carne del asador y bebiendo ginebra en un cuerno de vaca! Lo rodeaba una docena de oficiales andrajosos, en posición parecida y ocupados en la misma tarea que su jefe. Todos fumaban y charlaban ruidosamente. (citado em Acevedo I, p.199)

---

agraciadas las viudas pobres si tubieren hijos o seran igualmente preferidos los casados a los americanos solteros, y estos a cualquiera extranjero” (*Recopilación...*, p.81).



Toda a descrição conseguinte desta obra edifica o caudilho, do ponto de vista da construção de sua figura calma e simples, ao mesmo tempo sábia e imponente: segundo J. P. Robertson, o chão da grande cabana, edifício-sede do Estado federalista, estava forrado de cartas e documentos; dali, Artigas calmamente “fumaba, comía, bebía, dictaba, conversaba y despachaba” documentos a regiões, sob sua jurisdição ou não, que chegavam a distar 1500 milhas, e nestas tarefas era acompanhado por diversos secretários e oficiais, que faziam tudo à vontade, “en razón de que no había cuartos distintos para realizar separadamente cada tarea”; todos “se reían, se dirigían recíprocamente chanzas, daban gritos de aclamación”, mas, ao dirigirem-se a Artigas, o faziam “con evidente afecto y á la vez con el nombre familiar de ‘mi general’”; os “artigueños” se compunham, em sua maioria, de índios advindos das antigas missões jesuíticas, que haviam sido destruídas; Purificación, por sua vez, é descrita como um conjunto de tendas e cabanas de couro e barro, com alguns poucos chalés; a recepção de Artigas a John P. Robertson, dotada de uma cordialidade e educação que lhe causaram espanto; enfim, Artigas “era el terror y la admiración de los vecindarios”, “el hombre más extraordinario, después de Francia, entre todos los que figuran en los anales de las repúblicas del Río de la Plata”, “el Robin Hood de Sud América” (*Letters on Paraguay*, citado em Acevedo I, pp.195-201).

Um dos capitães de Artigas, Joaquín Suárez (1781-1868), que chegou a presidir o Uruguai entre 1843 e 1852, assim desculpa o caudilho, em sua autobiografia:

... el general Artigas ha sido el primer patriota oriental... Si cometió algunos errores, no ha sido por ambición miserable, sino por llegar á ver á su patria independiente. En este sentido ha obrado siempre como hombre honrado; jamás faltó a su palabra: no era sanguinario y sí muy sensible con los desgraciados. (citado em Acevedo I, p.164)

Dom Dámaso Antonio Larrañaga (1771-1848), diplomata e religioso, responsável pela organização da primeira biblioteca pública uruguaia (sob permissão de Artigas), relata em seu diário seu encontro com o caudilho no acampamento de Purificación, em 31/05/1815, para depois concluir:

[Artigas] conoce mucho el corazón humano, principalmente el de nuestros paisanos, y así no hay quien le iguale en el arte de manejarlos. Todos le rodean y todos le siguen con amor, no obstante que viven desnudos y llenos de miseria á su lado, no por faltarle recursos, sino por no oprimir á los pueblos con contribuciones... (citado em Acevedo I, p.169)

Um dos considerados como maiores historiadores do Uruguai, Francisco Bauzá, ressaltou os aspectos políticos disseminados pela luta artiguista, em um discurso que proferiu durante a cerimônia cívica em homenagem aos 130 anos do caudilho, 19/06/1894:

La gloria de Artigas consiste no solamente en haber encabezado el movimiento que echó las bases de una nacionalidad sobre el terreno convulsionado y movedizo, sino en haber franqueado la frontera de los pueblos vecinos, derramándose entre ellos con sus huestes para proclamar el gobierno republicano. (citado em Acevedo I, p.255)

Desse modo, o herói sem defeitos, humanitário e, imerso no século XIX, imbuído dos ideais iluministas, são todos aspectos que habilitam-no para ser evocado enquanto líder máximo uruguaio e expressão personalista da causa nacional. Do outro lado do Prata, contudo, por Artigas representar o principal caudilho que se opôs ao governo centralista portenho:

... la imagen de Artigas es construida cuidadosamente: deberá ingresar en la futura memoria nacional hasta lograr que la palabra caudillo tintinee con todas las resonancias negativas de que ha sido dotada. (...) Y si no integró el Olimpo argentino, fue porque recibió demasiadas denigraciones y además los uruguayos lo adoptaron. En la historia oficial argentina su tentativa de reforma agraria pasa ignorada; tuvo el atrevimiento de pensar en los indios, en los negros, en las viudas, en los huérfanos. (Pomer, pp.151 e 153).

As atas oficiais do senado uruguaio, de abril de 1853, já indicavam a controvérsia platina sobre a figura de Artigas e seu papel enquanto herói oriental. Durante discussões acerca da homenagem que se lhe faria, rebatizando a pequena cidade de Arredondo com seu nome, e também sobre uma possível transladação de seus restos mortais a Montevideu (fato consumado três anos depois),

... el señor senador [Antonino Domingo Costa] demostró que los hechos que tanto aquí como en Europa se atribuían al general [Artigas], en nada absolutamente le pertenecían, ... porque eran contrarios á su carácter franco y humano de que dio muchas pruebas. (...) “Yo desmiento estos hechos [as maldades atribuídas a Artigas]: yo desafío á que se me cite un solo ejemplo. Los que le han atribuido una atrocidad semejante, no han conocido de cerca al general Artigas...” El señor senador concluyó pidiendo que constasen en el acta sus reflexiones, para que se viera que aún existe un anciano oriental testigo de todo lo ocurrido, que puede desmentir esos hechos, falsa ó maliciosamente propalados. (Ata Oficial do Senado Uruguaio, 21/04/1853, citada em Acevedo I, p.228)

Para resgatá-lo, a série de episódios e princípios que serão então evocados pelos discursos nacionalistas uruguaioos deverão ser retransmitidos pelas vias educacionais, da tradição, da comunicação, como uma espécie de doutrina. Tal doutrinação específico nacional uruguaioo ocorrerá em meio a essa tentativa de individualizá-lo de outros discursos nacionais, com fatos relevantes que lhe sejam próprios e com personalidades exclusivas, caso do prócer José Artigas.

Entre os aspectos revelados pelo pensador francês Michel Foucault realizados pela doutrinação, como a proibição ao louvor de elementos externos, encontra-se também “uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam” (*A ordem do discurso*, p.43). Enquanto se consolida, portanto, a doutrina vai se fechando em um núcleo dificilmente possível de ser extravasado e questionado.

Os discursos produzidos, contudo, precisaram constantemente apresentar fundamentação para justificar as novas análises ao herói José Artigas. No contexto da comemoração do centenário de sua morte em seu país natal, por exemplo, fez-se necessário algumas observações, como justificativas para a manutenção de seu caráter apologético. À primeira vista, o resgate de Artigas realizado nos momentos de comemoração de datas celebrativas pátrias cumpriu também o papel de recriar e apresentar sua história de maneira a enaltecer a grandiosidade da nação uruguaia em novos contextos políticos.

Por isso, podemos adiantar que a historiografia uruguaia da primeira metade do século XX pouco se distanciará da construção do mito inicial. Mesmo considerando as diferenças históricas dos momentos analisados – tendo o país já consolidado sua

independência política formal frente às demais nações, no século XX –, as referências a Artigas seguirão canônicas. Observa-se que, no entanto, sendo a necessidade de construção de uma identidade uruguaia não mais latente, outras necessidades serão oportunamente exploradas pelos discursos panegíricos do caudilho, como a reafirmação de valores e exaltação de feitos já inquestionavelmente consolidados como componentes do imaginário nacional.

Assim, por ter-se configurado, por parte dos biógrafos uruguaio, uma exposição impositiva dos atos de Artigas como os verdadeiramente responsáveis pelos positivos resultados históricos obtidos por toda a Banda Oriental, incluindo a gênese do Estado uruguaio, Artigas manter-se-á inabalável em seu papel de herói nos períodos que analisaremos nos próximos capítulos.

## Capítulo 2

### ARTIGAS NO CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO DE MAIO

“¡Era el hombre de la época!”<sup>27</sup>

Santiago Vázquez

Ao aproximar-se a data da comemoração do centenário da morte do *Jefe de los Orientales* (1950), diversas empreitadas foram idealizadas em honra de sua memória. Em termos de repercussão, uma obteve grande destaque:

A mediados del año pasado, [1950, o jornal] “El País” resolvió realizar un homenaje extraordinario a Artigas en ocasión del centenario de su muerte. Dicho homenaje consistiría en una página diaria que se publicaría durante todo el mes de setiembre, dedicada a algún aspecto fundamental de la personalidad del Prócer, página que aparecería bajo la firma de un especialista. (Narancio, p.5)

Inevitavelmente, esses estudos se depararam com alguns produzidos anteriormente e já consagrados, principalmente do início do século XX:

Los artículos que EL PAÍS publicará en conmemoración del centenario de su muerte resumirán los resultados de los últimos estudios en torno a su figura y a su época, posteriores a los trabajos que culminaron en los libros de Eduardo Acevedo y Juan Zorrilla de San Martín. (Gallinal, p.8)

---

<sup>27</sup> Frase retirada do discurso do diplomata uruguaio Santiago Vázquez, de 04/10/1825, no Congresso Geral Constituinte das Províncias Unidas, acerca da migração do povo oriental em 1811, liderado por Artigas – reproduzido em Acevedo II, p.260.

Como apontado pelo político e historiador uruguaio Gustavo Gallinal, no prólogo para a edição que compilou os artigos de *El País*, o grande amparo para os trabalhos historiográficos acerca de Artigas realizados até então foram as duas obras do início do século XX, escritas por Eduardo Acevedo e Zorrilla de San Martín, preparadas para a comemoração de outro aniversário referente às atividades do prócer: o centenário do marco inicial das lutas pela independência de todos os territórios pertencentes ao antigo Vice-reino do Prata, a Revolução de Maio de 1810.

O reconhecimento destas obras como grandes referências leva-nos, antes da análise propriamente dita à produção historiográfica acerca de Artigas durante as comemorações do centenário de seu falecimento, a tratar previamente em um capítulo a construção da visão de Artigas que se consagrou como a mais aceitável, tanto pelos historiadores quanto pelos organizadores da publicação – bem como correspondente às expectativas de sua imagem entre a própria sociedade uruguaia e seus agentes políticos.

O organizador da série publicada em *El País*, Edmundo Narancio, cita aqueles que foram os estudos artiguistas clássicos, ou pelo menos “los más notables” até então: *Historia de la dominación española en el Uruguay* (seis tomos, 1880-2), de Francisco Bauzá; *Artigas: Estudio Histórico* (1883), de Clemente L. Fregeiro; *Artigas: Debate entre “El Sud America” de Buenos Aires y “La Razón” de Montevideo* (1884), de Carlos María Ramírez; *El General Artigas y su época* (três tomos, publicados entre 1885-6), de Justo Maeso; *El federalismo de Artigas y la independencia nacional* (1939), de Pablo Blanco Acevedo; além das obras de Eduardo Acevedo e Zorrilla de San Martín (Narancio, “Plan de la obra”, p.6).

*La epopeya de Artigas: Historia de los tiempos heróicos de la República Oriental Del Uruguay*, de Juan Zorrilla de San Martín (1851-1921) e *José Artigas: Su obra cívica; Alegato histórico*, de Eduardo Acevedo Vázquez (1857-1948),<sup>28</sup> são duas gigantescas obras editadas entre 1909 e 1910, seguindo os padrões da época: a primeira, em cinco tomos, totalizando mais de 1.900 páginas; a segunda, em três tomos, totalizando mais de 2.000.

---

<sup>28</sup> Não confundir o historiador com seu pai, o jurista e político Eduardo Acevedo Maturana (1815-1863), nem com seu famoso primo Eduardo Acevedo Díaz (1851-1921), literato considerado o pai da novela histórica no Uruguai, com as obras *Ismael*, *Nativa* e *Grito de gloria*, entre outras.

Pela extensão de ambas e pela relevância maior à de Acevedo naquele instante, optamos pela análise rigorosa desta obra neste trabalho. A sugestão para esta escolha parte do próprio Narancio:

La mención del nome del doctor Acevedo no podía ser omitida en estas páginas... [Eugenio Petit Muñoz]<sup>29</sup> como el que esto escribe, supo valorar todo lo noble que había en la amistad de aquel ciudadano, y pudo también aquilatar directamente su inquebrantable espíritu de justicia, rasgo saliente de su personalidad que lo llevó a escribir su “Alegato histórico”, que hace inolvidable su figura de historiador. (“Plan de la obra”, p.6)

A proximidade da morte de Eduardo Acevedo Vázquez (1948) explica o tom em que essa nota foi redigida, mas para a presente dissertação as características importantes a serem observadas serão as desenvolvidas por Acevedo que ajudaram a configurar José Artigas como prócer máximo uruguaio no início do século XX, através da composição de seu *José Artigas*.

Essa extensa obra será então examinada não apenas pela época de sua produção (a véspera das comemorações do centenário da Revolução de Maio), mas por ter sido considerada posteriormente como cânone da historiografia uruguaia e ter contribuído para a consagração de uma visão sobre o assunto – cuja posterior repercussão e utilização por parte dos escritores da década de 50 será o assunto do próximo capítulo.

A análise, portanto, identificará o modo como José Artigas foi apresentado pelo historiador Eduardo Acevedo, e sua consagração e ulterior reprodução permitirá concluir como a visão fomentada por essa análise acerca de Artigas contribuiu para a elaboração da visão mais conhecida e difundida pela geração subsequente.

No início do primeiro tomo de *José Artigas*, de 1909, Eduardo Acevedo justifica sua produção, de reabilitação da figura de Artigas:

---

<sup>29</sup> Eugenio Petit Muñoz (1896-1977), bisneto de Fructuoso Rivera e um dos fundadores do partido político uruguaio Frente Amplio (1970), mencionado aqui também como amigo pessoal de Acevedo, foi outro célebre historiador uruguaio convidado a escrever um artigo para El País em 1950; publicou diversos estudos sobre Artigas, como *Artigas y el federalismo en el Río de la Plata*, *Artigas y su ideario a través de seis series documentales* e *Artigas y la función pública*.

Se aproxima... el centenario de la independencia, y el más acentuado de los caracteres de ese glorioso movimiento cívico continúa bajo la máscara de bandido con que sus ilustres adversarios resolvieron exhibirlo al público... (I, p.8)

O subtítulo da obra de Acevedo (*Alegato histórico*) e o ato de explicitar a necessidade de reabilitação já nos dão indicativos sobre o tom em que foi produzido seu discurso: um público confronto aos detratores do caudilho – portanto, a produção de um discurso de aclamação a alguém que já foi difamado. Os modos particulares com que este autor realizou tal exaltação (principalmente nos momentos de defesa a Artigas) serão os principais objetos de estudo deste capítulo.

### **A opção teórico-historiográfica de Eduardo Acevedo**

Duas características discursivas salientam-se ao longo dos três tomos da obra de Acevedo. A primeira seria uma recorrente adjetivação, por parte de Acevedo, sem uma contígua comprovação do que é então afirmado.<sup>30</sup> Característica não só de sua obra, mas também de outros escritos panegíricos do mesmo período, facilmente destacamos diversos exemplos do uso dessa adjetivação – que poderíamos agrupar, ao lado de sua intencionalidade, em quatro grupos:

1. Supervalorização de ações ou pensamentos do caudilho, seus partidários e da própria Banda Oriental:<sup>31</sup> Acevedo descreve a “actuación principalísima” de Artigas, ao expulsar os invasores portugueses, enquanto capitão de Blandengues, no período anterior à

---

<sup>30</sup> Praticamente, uma traição à própria opção teórica que mencionará seguir posteriormente, a de sempre comprovar suas afirmações de exaltação a Artigas citando algum documento.

<sup>31</sup> A parte “la más preciosa del territorio nacional”, comenta Acevedo (I, p.419), justificando o interesse lusitano a essa região platina.



revolução (I, p.145); seu “prestigio avasallador en toda la campaña” (II, p.249); comenta “cuando el vecindario y las autoridades de Montevideo asumieron la iniciativa de la reconquista [de Buenos Aires] y mandaron una expedición brillantísima que rindió á la guarnición británica” (II, p.43), o combate aos ingleses “con brillo y con honor”, e sua “heroica comisión”, de Artigas, de regressar com a notícia de uma vitória, durante as invasões inglesas de 1806-7 (I, pp.147-8); e a “gloriosa actuación de Artigas en la batalla de Las Piedras, el primer triunfo importante de la Revolución de Mayo y el que más entonó las energías cívicas de la época” (I, p.41): em sua narrativa, o passo dado por Artigas acaba sendo invariavelmente o primeiro, o melhor, o que mais entusiasmou os ânimos revolucionários, mesmo que sua ação seja a de transportar uma notícia – como, também, Acevedo faz questão de frisar a iniciativa artiguista, e não portenha, de sitiar Montevideu em 1811, após a Batalha de Las Piedras: “Habían transcurrido catorce días de asedio, cuando el general Rondeau llegó con su ejército y asumió el mando de la línea sitiadora” (II, p.226).

Acevedo ainda assevera que a boa conduta de seu herói dificilmente seria mantida por outro, que ocupasse o mesmo posto – posição análoga à idealista de que, sem o herói, seria impossível a obtenção dos mesmos resultados:

¡Qué poderoso influjo el de Artigas para desviar y vencer la tendencia al desorden, ingénita en el paisanaje de la época, en medio de ardorosas luchas contra las invasiones porteñas y portuguesas que lo acosaban sin descanso, y que á otro de sentimientos menos fuertes lo hubieran arrastrado al camino de las represalias y venganzas! (I, p.55)

Outras passagens evidenciam a extensão dessa adjetivação a ideais e grupos ligados a Artigas, como ao padre José Benito Monterroso (1780-1838), a quem Acevedo tributa como “uno de los inteligentísimos secretarios de Artigas” (I, p.105), e a Larrañaga,<sup>32</sup> “sin disputa alguna el más virtuoso y el más sabio de todos los hombres que actuaron en el Río de la Plata durante el período de la independencia” (I, p.165); mesmo a diversos enaltecedores do caudilho, como ao famoso político argentino Juan Batista Alberdi, a quem

---

<sup>32</sup> Dom Dámaso Antonio Larrañaga (1771-1848), diplomata e religioso, responsável pela organização da primeira biblioteca pública uruguaia (sob permissão de Artigas).

Acevedo menciona reproduzir os “magistrales” e “hermosos párrafos” em que, polemizando com Mitre, Alberdi defende a causa artiguista (I, pp.181-2); ou ao jurista Theodorick Bland, que elogia Artigas, a quem Acevedo caracteriza como um “testigo inteligentísimo y absolutamente imparcial” (I, p.213); e, de maneira geral, “forman legión..., y brillantísima legión, los contemporáneos que han dejado constancia en páginas memorables de las virtudes cívicas y privadas y de las condiciones sobresalientes del personaje [Artigas]” (Acevedo I, p.275).

A mesma supervalorização é encontrada, invariavelmente, em todas as referências de Acevedo a ações de Artigas, apresentadas sempre como aquelas que despenderam os maiores esforços – o herói é mencionado, por exemplo, como um homem que “despachaba personalmente todos los asuntos del vasto y complicado mecanismo de las provincias sometidas á su autoridad y protección” (I, p.205), como se fosse o único capaz de fazer funcionar tal vasto e complicado mecanismo, “desplegando en el manejo de los negocios públicos una inteligencia verdaderamente extraordinaria” (I, pp.277-8).

2. Reconhecimento de atributos de grupos ou ideais vencidos por Artigas, acabando por reverter essa valorização à atuação e ao pensamento do próprio caudilho, que venceu esses grandes inimigos – como quando Acevedo afirma que “tenía que luchar Artigas contra la inteligentísima oligarquía monarquista” (I, p.17).

Ao reconhecer atributos alheios, sejam eles no campo militar ou político, Artigas como vencedor é ainda mais ressaltado, haja vista que os adversários – na forma como são representados por Acevedo – não eram frágeis.

3. Menosprezo aos ideais dos grupos vencidos por Artigas, utilizando-se do mesmo recurso discursivo, justificando as ações do caudilho contra tais ideais: “El sistema colonial implantado por la España, era todo lo más monstruoso que podían producir los cerebros de la época” (I, p.496); os atos dos membros da Junta argentina, por sua vez, são classificados como de uma “saña feroz”, de “un encarnizamiento terrible”, porquanto “la teoría y la práctica de los próceres de mayo pedían á la vez torrentes de sangre” (I, p.337); ou ainda: “Entre la Logia [Lautaro, loja maçônica portenha], que era profundamente monarquista, y

Artigas que era grandemente republicano, hubo siempre radicales antagonismos” (II, p.174).

Observa-se que o reconhecimento da capacidade de organização, evidenciada na característica anterior, não significava reconhecimento de qualquer superioridade das idéias combatidas por Artigas. No relato de Acevedo há a perpetuação de um combate, pelas armas e letras, que foi vencido pelo prócer.

4. Reconhecimento dos atributos de grupos ou ideais que se sobrepuseram a Artigas, para evidenciar dificuldades do heróico exército oriental e justificar as derrotas do Protetor dos Povos Livres – como mencionando “las enormes miserias del soldado artiguista en 1818” (I, p.414) ou ao “cataclismo del año 1820” (II, p.182). Em determinado ponto, Eduardo Acevedo refere-se ao “desgraciado Artigas, que en los momentos en que se publicaba el libelo [de Pedro Feliciano Cavia] retrocedía desesperadamente ante la avalancha portuguesa”; em seguida, comenta o emancipacionismo artiguista opondo-se a “numerosos actos de encumbrados coetáneos de Buenos Aires á favor del reconocimiento del trono español ó del sometimiento á cualquier outra monarquia del Universo” (I, p.40).

Nesta forma de escrever cria-se um determinismo (ou um fatalismo) da visão posteriormente produzida. As forças artiguistas, por melhor que fossem seus ideais, princípios e capacidade de organização, seriam suplantadas por enfrentar adversários ainda mais preparados e fortes. A escolha de Acevedo não é gratuita, pois atribui a Artigas o pressuposto dos que defendem um princípio, mesmo diante de adversidades impossíveis de serem superadas.

A diferença de disponibilidade de recursos, na pobreza da *campaña*, é então também evidenciada por Acevedo, com a finalidade de expôr o valor, bravura e constância de Artigas:

¿No resulta un contraste enorme entre la conducta de Pueyrredón, rodeado de recursos y sin otras guerras internas que las que él mismo quería decretarse, y la conducta del jefe de los orientales, atacado por el hambre, atacado por los invasores portugueses, atacado por los invasores argentinos, y sin embargo amparando á la vez que la vida, los intereses de todos los habitantes de la extensa zona que estaba bajo su dirección y protectorado? (I, p.415)

Destacar, reiteradas vezes, a penúria do exército oriental, taxar o exército inimigo de “avalancha portuguesa”, os opositores de Artigas de “encumbrados coetâneos” e dizer que estavam propensos a aceitar o domínio de qualquer outra monarquia do universo são exagerações discursivas que poderiam mesmo ser classificadas como dispensáveis. Sobre a ajuda portenha, para a Batalha de Las Piedras, Acevedo afirma que “fué pobríssimo el concurso que le prestó la Junta Gubernativa” (II, p.245).

Na maioria dos casos citados, destaca-se o reiterado uso dos advérbios de modo para exaltar ou diminuir a importância dos grupos ou pessoas que se defende ou ataca. Constatada a época em que escreve, Acevedo não é destoante quanto ao estilo empregado – estilo que, na atualidade, poderia ser criticado enquanto explicitamente parcial e tendencioso. Mas, mesmo assim, utilizar tais recursos retóricos não deixa de ser uma tentativa pouco ortodoxa de corroboração das idéias expostas em seu texto – heterodoxia dissonante à pretensão científica de seu trabalho.

Tal pretensão remete à segunda marca da obra de Acevedo: as infindas citações de obras sobre o período e sobre o caudilho. A crença na veracidade extraída do número, a verdade buscada apenas através da recopilação de documentos foi estilo historiográfico comum na virada dos séculos XIX-XX e, nesse período, por vezes aceito como o único admissível. Acevedo ancora-se em Mitre para justificar sua prática historiográfica, citando-o:

... los documentos, de cualquier género que sean, constituyen más que su protoplasma [da história], su substancia misma, como aquélla [a filosofia da história] constituye su esencia: ellos son lo que los huesos, que dan consistencia al cuerpo humano, y lo que los músculos al organismo á que imprimen movimiento vital: la carne que los viste y la forma plástica que los reviste, esa es la historia... Y cuando decimos documentos, ... nos referimos... á un conjunto de ellos que formen sistema, que se correlacionen y contrasten entre sí, se expliquen ó corrijan los unos á los otros y presenten los lineamientos generales del gran cuadro que el dibujo y el colorido complementarán. (Bartolomé Mitre, *Comprobaciones históricas*, citado em Acevedo I, pp.12-3)

Acevedo, historiador uruguaio, personifica-se como exemplo da influência exercida pela teoria historiográfica mitreana na região platina. Com essa citação de Mitre, procura justificar dois posicionamentos de sua própria produção: a imensa quantidade de citações que realizará e o papel de correção histórica que sua obra pretende realizar da figura de Artigas – através da apresentação de documentos que neguem, que se contraponham aos documentos difamatórios da imagem do caudilho.

Mitre, no entanto, foi um declarado anti-artiguista. Acevedo rapidamente comenta a famosa contenda teórica entre Mitre e Vicente Fidel López, sobre o modo como se deveria escrever a história,<sup>33</sup> para acrescentar que “sólo en un punto pusieron de acuerdo los ilustres contendientes” – a saber, pela transcrição de uma carta de Mitre ao dr. López, inserida pelo último em seu *Manual de la historia argentina*:

Los dos, usted y yo, hemos tenido la misma predilección por las grandes figuras históricas y las mismas repulsiones por los bárbaros desorganizadores como Artigas, á quienes hemos enterrado históricamente. (Carta de Mitre ao dr. López, citada em Acevedo I, p.13)

Mesmo Mitre tratando-se de um anti-artiguista,<sup>34</sup> Acevedo não poderia confrontá-lo do ponto de vista teórico. Mitre, para a literatura hispano-americana, representa o triunfo de um estilo adotado também por Acevedo: a exumação historiográfica de Artigas, a comprovação de seu heroísmo seria cientificamente realizada através da exposição do

---

<sup>33</sup> Detalhadamente, o embate entre os historiadores argentinos foi analisado por MADERO, Roberto, *El origen de la historia: sobre el debate entre Vicente Fidel López y Bartolomé Mitre*, Buenos Aires: FCE, 2001; Freitas Neto comenta a vitória de Mitre, a vitória do cientificismo histórico: “O relato de Mitre foi editado e considerado como ideal, pois com ele triunfaram a estratégia de que a ciência é o único modo possível de se conhecer, e a nação era o único objeto da memória” (“As histórias de Mitre...”).

<sup>34</sup> Mitre escreveu suas obras históricas com o objetivo de projetar seu ideal político como consequência natural do desenvolvimento de uma gloriosa história argentina; suas narrativas, em nenhum momento, opuseram-se às anteriores pretensões políticas de Buenos Aires e da Argentina. Ao tratar do período emancipacionista, portanto, Mitre não poderia demonstrar simpatias por Artigas ou pelo artiguismo: na década de 1810, Artigas foi o principal representante do movimento federalista (tentando implementá-lo na Banda Oriental, conjuntamente aos territórios de Santa Fe, Corrientes e Entre Ríos), liderando a oposição ao ideário de centralismo portenho.

registro documental, não ao que a tradição havia produzido até o momento – aferir maior importância aos feitos memorados pela tradição era a premissa teórica de López, perdedor da contenda historiográfica na Argentina.

Os dois historiadores, Mitre e López, foram abundantemente citados nos três tomos da obra de Acevedo. Embora o historiador uruguaio se mostre parcialmente favorável a Mitre<sup>35</sup> e contrário a López, a citação de ambos cumpre o papel de ratificar interpretações acerca dos fatos históricos que vão sendo narrados por Acevedo, desde o período pré-revolucionário à reclusão artiguista – reafirmando a importância que detêm enquanto historiadores platinos. Apenas quando os dois posicionam-se contra Artigas, a Banda Oriental ou contra Montevideu, Acevedo remete prontamente à defesa do caudilho, dos moradores da região e da cidade, com outras citações.<sup>36</sup>

Surge então a necessidade de justificar, principalmente, a reação do consagrado historiador Mitre frente ao herói uruguaio. Para isso, Acevedo busca transferir a responsabilidade de todo o pensamento pejorativo reproduzido até então sobre Artigas para seus primeiros difamadores – Mitre teria sido apenas mais um ludibriado por uma historiografia vil e torpe, que precisava ser corrigida. Nessa busca das origens dos erros e injustiças para com Artigas, Acevedo elege um criador para a *leyenda negra*, que deveria por isso mesmo ser o principal desmentido: Pedro Feliciano Cavia (1776-1849), autor de *El Protector Nominal de los Pueblos Libres, D. José Artigas*, de 1818.

---

<sup>35</sup> Íntima e respeitosamente, Acevedo costuma referir-se a ele como “el general Mitre”, “el más concienzudo de los historiadores argentinos y el más apegado á las pruebas escritas” (Acevedo I, p.93).

<sup>36</sup> Após recorrer às impressões dos dois historiadores sobre as invasões inglesas de 1806-7, por exemplo, Acevedo complementa: “Como medio de ilustrar este importante incidente histórico, acerca del cual se muestran tan pocos los grandes historiadores argentinos [Mitre e López], vamos á reproducir el testimonio de varios contemporáneos de la reconquista, que si algún interes podían tener al escribir sus impresiones, no era ciertamente el de exaltar las glorias de Montevideo á expensas de Buenos Aires” – desse papel, citando tais autores supostamente imparciais, encargava-se Acevedo (II, p.17).

## A cruzada de Acevedo contra Pedro Feliciano Cavia

“El proceso artiguista – Cargos y acusaciones” e “El proceso artiguista – Descargos y justificaciones” são os títulos dos primeiros capítulos do primeiro tomo da obra de Acevedo; nestes, o jogo de provas / contraprovas se estabelece em meio a citações de detratores e panegiristas de Artigas. Acevedo, em todas as ocasiões possíveis, tenta provar o que foi escrito por estes e reprovar o dito daqueles, explicitando que almeja escrever uma

... obra de reparación histórica, que consideramos urgente. Sólo nos proponemos formular un alegato, con la transcripción textual de todas las acusaciones y de todos los elogios de que ha sido objeto Artigas y el examen de las pruebas producidas. (I, p.9)

Acerca do motivo que levou diversos escritores (principalmente argentinos) a se posicionarem contra Artigas, Acevedo cita um trecho dos *Apuntes históricos* de Larrañaga e Raymundo Guerra – publicados no periódico *La semana* de setembro de 1857 – para exemplificar o ponto de vista que defende como principal motivo que originou a necessidade de se difamar o caudilho, seu embate político com Buenos Aires:

... esta máquina [a independência das províncias] supo conducirla Artigas con tanta sagacidad y destreza, que á pesar de ser muy reducidos y escasos sus medios y recursos disponibles, ha puesto en consternación y ha contrabalanceado el poder de Buenos Aires no una vez sola.

Se han escrito de Artigas por esta razón cosas que horrorizan, tratando de describirlo por meras anécdotas, pero no se puede dudar que este caudillo montaraz... es extraordinario y original en todos respectos: á lo menos debe decirse así en honor de las armas que no desdeñan medirse con las suyas. (citado em Acevedo I, p.168)

É contra esta série de mentiras e calúnias, tecidas unicamente (segundo esse ponto de vista) para tomar partido de Buenos Aires, que Acevedo se posiciona. Prontamente, sentencia o argentino Pedro Feliciano Cavia (1776-1849) como o criador da *leyenda negra*, o acusador pioneiro a quem deve desmentir. Cavia publicou o panfleto *El Protector Nominal de los Pueblos Libres*, sob o pseudônimo “El amigo del orden”, com a intenção

explícita de difamar Artigas – não só em Buenos Aires e na Banda Oriental, mas também internacionalmente.

A ocasião política elucida a necessidade da produção deste panfleto: em 1818, Cavia era um dos oficiais de Juan Martín Pueyrredón, Diretor Supremo das Províncias Unidas do Rio da Prata, e Buenos Aires recebia a visita de uma comissão do governo norte-americano, que recolhia informações para posteriormente decidir sobre o reconhecimento da independência argentina. Execrar Artigas e sua revolução separatista significava enaltecer a causa portenha, de tentativa de unificação e controle de todo o território do antigo Vice-reino do Prata.

Para auxiliá-lo em seu processo de desmentir Cavia, Acevedo elenca a lista de acusações tecida pelo libelista, quando se refere a Artigas:

... dispensador de los preceptos 5, 6 y 7 del Decálogo; principio, medio y fin de la maldad; inmoral, corrompido, libertino, promotor de la guerra civil, renovador y continuador de ella; (...) nuevo Atila de las comarcas desgraciadas que ha protegido; lobo devorador y sangriento bajo la piel del cordero; (...) y para decirlo de una vez hablando en otro lenguaje, plaga terrible de aquellas que envía Dios á las naciones cuando quiere visitarlas en su furor. (Acevedo I, pp.46-7)

As refutações a essas acusações, sempre procurando desculpar Artigas e desmentir Cavia, são realizadas em 4 instâncias por Eduardo Acevedo:

1. Seguindo a teoria que prometeu adotar, Acevedo, em diversos casos, apenas rebate algumas críticas de Cavia a Artigas mencionando a falta de documentos que comprovem suas reiteradas acusações. Ao se deparar até com a acusação de estuprador, Acevedo defende Artigas comentando que “cualquiera diría que el autor [Cavia] ha estado copiando ó extractando documentos que tenía por delante. Pues no, señor” (I, p.42).

Em realidade, Cavia, em seus relatos, diz ter em mãos o diário de uma testemunha ocular dos acontecimentos, que comprovaria todas as acusações (e, principalmente, as de assassinato) contra Artigas; Acevedo censura o fato de nunca ser mencionado o nome dessa pessoa, alegando que, certamente, o diário seria uma invenção por parte de Cavia.



2. Justificando como necessárias algumas atitudes rígidas adotadas por Artigas e seus subalternos; sobre a lista de assassinatos descrita por Cavia,<sup>37</sup> assim Acevedo defende Artigas:

Salvo el caso de Perugorria [do capitão correntino Genaro Perugorria], ... todos los demás hechos de la relación [de assassinatos] son de carácter común; y aun suponiéndolos ciertos, es absurdo cargárselos á Artigas, que ni siquiera podía ocuparse de la organización de sus policías, porque el Gobierno de Buenos Aires lo hostilizaba en todas partes y en todos los momentos con revoluciones é invasiones de las que más contribuyen al fomento de la criminalidad en la campaña. (I, p.54)

Desse modo, Acevedo inverte a questão da responsabilidade dos crimes de homicídio para a questão da necessidade de fazê-los. Não se trata de negá-los, mas amenizar e justificar tais práticas, também afirmando que Artigas não poderia interferir pessoalmente nas ações de todos seus subalternos, por estar sempre ocupado – enfrentando os portenhos ou os portugueses, os fomentadores da guerra e verdadeiros responsáveis pelo extremismo a que se recorreu.

3. Relegando a interpretação de Cavia a um segundo plano, expondo outro ponto de vista sobre os mesmos assuntos: a dupla acusação de Cavia, por exemplo, à dominação *imposta* por Artigas (que, juntamente à sua dissimulada simplicidade e desprendimento, justificaria o respeito às suas decisões no território oriental) e sua infantilidade em crer no bom funcionamento de um sistema autônomo federativo, é complementada, por Acevedo, somente com a afirmação de que Cavia pretende desprestigiar um homem que está “en la cumbre de su influencia y que levanta, por encima de las ambiciones imperialistas de la oligarquía de Buenos Aires, la bandera de las autonomías locales” (I, p.44). Ou seja: teoricamente (ou empiricamente), as acusações não são aqui refutadas, são deixadas de lado – apenas são mencionadas outras prerrogativas acerca da mesma conduta artiguista.

---

<sup>37</sup> Apelidada por Acevedo de *tablas de sangre*, em comparação à famosa (e também questionável) lista de assassinatos inculcados ao ditador Juan Manuel de Rosas (1793-1877), levantada por seu desafeto político José Rivera Indarte (1814-1845).

Outro exemplo – talvez máximo – da disposição de Cavia em qualificar como infame qualquer ação de Artigas, e da oposta disposição de Acevedo em contornar qualquer acusação contra o mesmo, está presente no subcapítulo “Clasificación de Artigas”, do primeiro tomo (iniciando com uma citação de Cavia e seu *El Protector Nominal...*):

“Algunas personas que han estado acerca de Artigas aseguran que cuando se le da la noticia de alguna degollación que se ha hecho por su mandato, se entenece y sensibiliza. Seguramente és como el cocodrilo, que llora sobre la víctima que acaba de despedazar.”  
¿Qué más se quiere que esta confesión de los humanitarios sentimientos de Artigas, desfiguradas por los insultos que vomita el libelo? (Acevedo I, p.48)

Essa citação deixa claro como, em realidade, o que muda em relação à interpretação das ações do caudilho é apenas a posição adotada pelo relator; em outras palavras, diversas ações do caudilho podem ser vistas como execráveis ou glorificáveis, dependendo unicamente do ponto de vista de quem as conta.

4. A través de citações que desmentiriam, diretamente, as afirmações de Cavia, expostas em todo o capítulo “Descargos y justificaciones” – como as do diplomata Theodorick Bland (1776-1846), enviado pelo governo dos EUA ao Rio da Prata para colher informações e mediar negociações durante o ano de 1817, convulsionado pelas guerras. Acevedo afirma que, enquanto

El libelo infamatorio de Cavia era vomitado en esos momentos por la imprenta oficial... [Bland] previene que es necesario separar todos los vituperios y recriminaciones con que aparecen mezcladas las causas verdaderas y fundamentales de ese antagonismo [entre Artigas e Buenos Aires]. El libelo de Cavia, queda enterrado con esas palabras... Cortada así la parte pútrida, el eminente observador [Bland] pudo ver con absoluta claridad que la causa única de los antagonismos y de la guerra era de índole constitucional... (I, p.213)

Ao mesmo tempo, Acevedo procura também justificar algumas afirmações que encontra nestes supostos defensores de Artigas, para ajustá-las ao seu ponto de vista. Bland, por exemplo, afirma que Artigas, por conta dos constantes ataques de portenhos,

portugueses e espanhóis “tiene á toda la población de la Banda Oriental sometida al imperio de su voluntad y se encuentra facultado, gracias á ese pretexto plausible, para gobernar á todos con la arbitrariedad de un cacique indio” (citado em Acevedo I, p.212). Acevedo complementa, em seguida, que

... si en los territorios de su dependencia inmediata [Artigas] no regía constitución alguna, era porque las exigencias de la defensa nacional lo tironeaban en todas direcciones, frente al triple peligro de la invasión española, de la invasión portuguesa y de la absorción porteña. (Acevedo I, p.214)

Alternando a defesa do caudilho entre os quatro posicionamentos acima descritos, Acevedo insiste na injustiça da reprodução do libelo de Cavia – “repiten inconscientemente sus palabras algunos escritores extranjeros que sólo de oídas conocían á la Banda Oriental” (I, p.496). Segundo Acevedo, as influências do pensamento de Cavia são demonstradas em uma grande lista de obras: no *Ensayo histórico sobre la Revolución del Paraguay* (1827), da dupla de naturalistas e médicos suíços Johann Rudolph Rengger e Marcelin Longchamp; nas memórias do general inglês William Miller;<sup>38</sup> na *Historia de la revolución hispano-americana* (1829) do espanhol Mariano Torrente; na *Historia da fundação do Imperio Brasileiro* (7 volumes, editados a partir de 1864), do brasileiro João Manuel Pereira da Silva; em *Apuntes para la historia de la República Oriental del Uruguay* (1864), do também brasileiro Antonio Deodoro de Pascual; na *Historia del Paraguay* (1871), do político norte-americano Charles A. Washburn; em *Chili, Paraguay, Uruguay, Buenos-Ayres* (1840), do cônsul francês César Famin; na *Galería contemporánea de hombres célebres de las repúblicas del Plata* (1877-9), do uruguaio Antonio Díaz;<sup>39</sup> nas famosas

---

<sup>38</sup> Também conhecido como Guillermo Miller (1795-1861), capitaneou tropas, a mando de San Martín, durante as batalhas de libertação do Chile e do Peru. Escritas por John Miller, irmão do general, as *Memoirs of General Miller, in the service of the Republic of Peru* foram publicadas ainda no final da década de 1820.

<sup>39</sup> Tio de Eduardo Acevedo Díaz e filho homônimo do militar, político e escritor Antonio F. Díaz (1789-1869) – um dos participantes da cruzada dos “33 orientais”, processo que culminou na reconquista da independência uruguaia, frente ao governo brasileiro. Posteriormente, o militar ocupou o cargo de ministro da fazenda, guerra e marinha, durante o governo do presidente Manuel Oribe, em 1838. Suas memórias serviram

*Historia de Belgrano* (a quarta edição, ampliada, é de 1887), de Mitre, e *Historia de la República Argentina* (10 tomos, publicados entre 1883 e 1893), de López;<sup>40</sup> no *Bosquejo histórico de la República Oriental del Uruguay* (1874), de Francisco A. Berra; e em *El federalismo argentino* (1889), do sociólogo e juiz argentino Francisco Ramos Mejía.<sup>41</sup>

De fato, tais obras reproduzem, sob diversos aspectos, a figura de Artigas traçada por Cavia. Embora algumas não cite diretamente *El protector nominal...*, Acevedo, em sua narrativa, converte em tese a hipótese de que a obra “debía tomarse como un evangelio por viajeros que no estaban ni podían estar interiorizados en las disenciones intestinas de que esa publicación surgía” (I, p.56).

Em algumas interpretações acerca da vida de Artigas (cujos desdobramentos de modo algum foram univocamente compreendidos, variando mesmo a interpretação dentro dos grupos de biógrafos separados entre contrários e favoráveis ao caudilho), nota-se a possibilidade de conciliação entre a difamação e o elogio a diferentes características artiguistas, como a realizada nas memórias do gal. Miller:

---

de base para que o filho escrevesse sua *Galería contemporánea* – Acevedo, no entanto, analisa essa obra sob o subtítulo de “Continúa la repetición de Cavia” (I, p.84).

<sup>40</sup> É intrigante notar, neste capítulo “Cargos y acusaciones” de Acevedo, a falta de referências a Domingo Faustino Sarmiento e seu *Facundo o Civilización y Barbarie*, de 1845, já que este também famoso historiador argentino teceu diversas críticas a Artigas e, de uma forma geral, ao que caracterizou como ideologia *gaucha* de governo. Apenas depois Acevedo comentará a indisposição de Sarmiento contra Artigas (a quem Sarmiento classificou de “*Macabeo* de la insurrección”), quando comenta a falsa imputação, por parte de Sarmiento, à suposta ordem artiguista de executar, por semana, dois espanhóis, dois portenhos (na falta de espanhóis), ou quaisquer outros (na falta de ambos), “á fin de conservar la moral” – palavras de Sarmiento, segundo Acevedo I, pp.239-40.

<sup>41</sup> Além das obras influenciadas diretamente pelo libelo difamatório de Cavia, segundo Acevedo, outras duas são citadas como compondo o grupo das obras que fazem menção detratadora da imagem do caudilho, compostas por dois escritores mundialmente famosos: *La Nueva Troya* (1850), do dramaturgo francês Alexandre Dumas, e *Il delitto politico e le rivoluzioni* (1890), do criminólogo italiano Cesare Lombroso, onde Artigas é classificado como pertencente ao grupo de caudilhos alcoólatras que incluía Rosas, Quiroga e Francia – todos vítimas do *delirium tremens* causado pelas bebidas alcoólicas: “su impulsividad mórbida y su aparente genio les atraen admiradores y les colocan á la cabeza de las revoluciones. La seguridad social exige su internación en manicomios criminales” (Lombroso, citado em Acevedo I, p.126).

... su trato frecuente [de Artigas] con los forasteros de más baja condición, le hicieron adquirir unas maneras licenciosas... hasta que al fin, asociándole absolutamente con los bandidos, llegó á ser el terror de todo el país. Superando á sus compañeros en... fuerza corporal, en montar á caballo y en valor así como en talento, vió pronto adquirir el ascendiente que en tales circunstancias dan estas cualidades, únicos títulos para mandar. ... [Artigas reunia] el lenguaje de paz á una inclinación natural á la discordia; ... un grande amor á la independencia, á ideas extravagantes en el modo de obtenerla. (Miller, citado em Acevedo I, pp.61-3)

A citação desses trechos, por parte de Acevedo, mostra-se duplamente interessante, pois ele os recuperará nos momentos de exaltação a Artigas. Miller, explicitando que a origem desse ideário dúbio remete ao deão Funes,<sup>42</sup> ainda atribue a prática dos *enchalecamientos* ao caudilho oriental. Basicamente, a técnica consistia em amarrar um prisioneiro no couro fresco, deixando apenas a cabeça de fora, e expô-lo ao sol, até que o couro secasse e a vítima morresse espremida.<sup>43</sup>

Segundo Acevedo, os historiadores brasileiros também difamam Artigas “copiando servilmente el libelo de Cavia, porque le[s] era necesario justificar de algún modo la invasión portuguesa de 1816, encaminada á la conquista de la Banda Oriental” (I, p.69) – nesse caso, realmente o brasileiro Deodoro de Pascual chega a copiar literalmente o texto do libelista Cavia. Por sua vez, os autores europeus, como César Famin, são acusados de facilmente reproduzirem visões (incluindo a detratora de Artigas) e escreverem sobre coisas que desconhecem da América, sendo desejável ao governo oriental, segundo Acevedo, o

---

<sup>42</sup> O deão Gregorio Funes (1749-1829), ao lado de Mariano Moreno, Saavedra, Belgrano e outros, foi componente do primeiro grupo *criollo* que reivindicou o governo do território do Vice-reino do Prata, a partir da Revolução de Maio de 1810, conhecido como “Junta Grande”.

<sup>43</sup> A afirmação da prática desumana do *enchalecamiento* remete imediatamente à defesa do caudilho, por parte de Acevedo. Contudo, ele a realiza apenas comentando que “las memorias de Miller se limitan á reproducir con algunas variantes el libelo infamatorio de Cavia”, e que erros históricos tão crassos (como afirmar que Artigas venceu a batalha de Las Piedras com apenas 200 soldados, ou que ele morrera em 1826) denunciam, “hasta por el lujo de los detalles, el más profundo menosprecio por las investigaciones históricas” (I, pp.64-5). Mais uma vez, a questão é deslocada para o descrédito que se deveria ter a alguém que não cita suas fontes, e a questão da veracidade das acusações sobre os *enchalecamientos* permanece não debatida.

combate a tais obras que circulam fora do Uruguai com o incentivo à reprodução de obras “verdadeiras”, que prestigiem sua história e a figura de José Artigas.

No momento em que expõe as acepções difamadoras de Mitre e López, Acevedo as discute mais espaçosa e pormenorizadamente. Mitre chamou de “bandas indisciplinadas y mal armadas [as] que acaudillaba don José Artigas”; afirmou que o ideal de federação “estimulaba poderosamente las ambiciones locales” e que Artigas, um “anarquista antinacionalista”, o “nuevo Átila”, foi o “progenitor de los caudillos de la federación del Río de la Plata” (trechos de *Historia de Belgrano*, citados em Acevedo I, pp.86-92).<sup>44</sup> Segundo Acevedo, quando Mitre

... escribió su “Historia de San Martín”, del Archivo General de la Nación pasaron á su mesa de trabajo más de diez mil documentos. Y los documentos fueron utilizados tan completamente, que ha podido decirse sin exageración que en dicho archivo está comprobada cada línea de la historia del héroe de los Andes. ¿Por qué no procedió del mismo modo con el jefe de los orientales? La explicación es sencilla y la hemos podido comprobar nosotros mismos en los archivos: porque invariablemente los documentos son favorables al jefe de los orientales. De ahí, el silencio persistente de los historiadores argentinos! (Acevedo I, p.93)

Sobre essa questão, posteriormente Acevedo indicará uma outra contenda famosa de Mitre, desta vez com Juan Bautista Alberdi, para corroborar seu ponto de vista. Favorável a Artigas, e afirmando que “pocos se atreven á escribir” a história baseados unicamente em documentos, “de miedo de lastimar la vanidad del país con la verdad”, Alberdi complementa:

... los documentos... se muestran con frecuencia indisciplinados y tirando hacia la *democracia bárbara* sacuden la autoridad del excelentísimo autor [Mitre] y aclaman á

---

<sup>44</sup> Mesmo citando as diversas críticas feitas a Artigas, e correspondendo ao posicionamento anterior de encomiar Mitre, Acevedo utiliza, favoravelmente a seu ponto de vista, alguns pontos da obra mitreana, como a do gal. Miller – citando, por exemplo, a afirmação de Mitre acerca da oposição dos federalistas a Buenos Aires, por culpa da capital: “Las demás provincias profundamente conmovidas por el odio á Buenos Aires y al gobierno central, cooperaban indirectamente á los progresos del terrible caudillo [Artigas], cebando así la fiera que debía devorarlos” (*Historia de Belgrano*, citada em Acevedo I, p.87).

Artigas, á Güemes, á las provincias sometidas y humilladas en nombre de la patria, poniendo en derrota al general historiador. (*Escritos póstumos*, citados em Acevedo I, p.182)

Ancorado em Alberdi, Acevedo conclui que a exposição da figura de Artigas, por Mitre, foi toda construída com base na tradição da visão detratora de Cavia, não autenticada por documentos segundo Acevedo. Este apelo à noção de documento, típica da concepção historiográfica do XIX e início do XX, é o ponto central da argumentação usada por Acevedo contra outro importante historiador argentino crítico de Artigas, Vicente Fidel López.

López foi enfático em suas três obras analisadas por Acevedo. Dialogando com seus leitores, afirma que “nosotros no tenemos la menor intención de negar que execramos la persona, los hechos y la memoria de este funestísimo personaje” (López, *Historia de la República Argentina*, citada em Acevedo I, p.94); mesmo o nome da capital fundada por Artigas, Purificación, era “alusivo á las aflicciones de degüello, cepos, azotes, chalecos de cuero con que él y sus tenientes debían purificar la tierra de porteños y aporteñados” (*La revolución argentina*, citada em Acevedo I, pp.94-5). López chega mesmo a fazer o elogio da obra de Cavia, tirando qualquer dúvida sobre o contato com a mesma.

Para difamar Artigas, com alguns dos poucos documentos que cita, o jogo realizado por López segue o sentido oposto do realizado por Acevedo; para construir a figura de Artigas como traidor, López menciona os elogios, presentes em cartas e decretos artiguistas antes de 1813, feitos à Junta Governativa de Buenos Aires “que tan dignamente nos regenta”, a quem os orientais deveriam um “ciego obedecimiento á las superiores órdenes”.<sup>45</sup> A mudança de posição, por parte de Artigas, quanto ao governo portenho, demonstraria “los dobleces y las perfidias que lo constituían moralmente” (López, *Historia de la República Argentina*, em Acevedo I, p.98).

Acevedo constrói a defesa de Artigas do mesmo modo como frente a alguma difamação por parte de Cavia, invertendo sua interpretação; afirma que essa acusação de López,

---

<sup>45</sup> Trechos de cartas subscritas por Artigas antes de 1813, citadas na obra *Historia de la República Argentina* de López (reproduzidas também em Acevedo I, p.98).

... si algo prueba, es que Artigas entro á la Revolución, dispuesto á servir lealmente á la Junta Gubernativa, y que habría perseverado en su propósito, si la política absorbente del Gobierno de Buenos Aires no se hubiera encargado de cavar abismos que fatalmente tenían que ensangrentar al país... (I, p.99)

Concluindo a tarefa de expôr o pensamento de todos os detratores de Artigas – embora fatigante, necessária, segundo Acevedo –, baixo o subtítulo “¿Qué fundamento tienen las acusaciones?” afirma que todos os desafetos de Artigas, “de Cavia abajo”, não exibiram um só documento que comprovasse suas acusações, concluindo que “la pasión y el interés de círculo han contribuído á formar al jefe de los orientales... Tal es el invariable bagaje de los detractores de Artigas: la tradición” (I, pp.128-9).

Contra essa tradição antiartiguista, disseminada principalmente pela fama das obras de Mitre e López, Acevedo se propõe expôr os motivos pelos quais Artigas pode ser considerado um herói. Isso é realizado pela – também exaustiva – citação de todas as obras panegíricas que Acevedo pôde recopilar.

A apresentação das obras encomiastas do caudilho (algumas delas já citadas no primeiro capítulo desta dissertação), logo após a revista das obras detratoras de sua imagem, cumbre o papel de defesa favorável a Artigas, desmentindo, segundo Acevedo, todas as inculpações que lhe foram atribuídas – “purificando-o”, e já adiantando seu processo de sacralização para, enfim, concluir por sua perfeição heróica.<sup>46</sup>

A simples inversão dessas apresentações biográficas, contudo, poderia constituir a defesa da versão difamadora. Um autor que elencasse o pensamento dos panegiristas e dissesse que iria desmentí-los, citando depois seus detratores, inverteria também a conclusão de Acevedo. Além de culpabilizar a procedência não-documental das conclusões de alguns autores, a credibilidade concedida a outros é que permitiu a Acevedo concluir pela valorização de Artigas.

---

<sup>46</sup> Sobre seu procedimento, Acevedo comenta, mais uma vez se utilizando de um recurso discursivo exagerado: “En el próximo capítulo, reproduciremos el testimonio decisivo de respetables contemporáneos, que en todo sentido valen más, muchísimo más, que el libelista Cavia, que se envolvía en el anónimo para copiar documentos anónimos, doble delito que quita toda autoridad á su proceso” (I, p.130).



Além desse jogo de citações, a recuperação de outros documentos e o modo como os analisou conferiram certas características ao Artigas exposto por Acevedo, culminando na representação de uma figura admirável e impreterível para a efetivação de rupturas que proporcionaram duas novidades na região do Prata: a propagação do sistema político federalista e a configuração de uma nova nacionalidade, a uruguaia.

O próximo tópico trata dessa interpretação particular adotada pelo autor do *Alegato Histórico* sobre os documentos que elogiaram as ações artiguistas, conjugando-os Acevedo para apresentar seu herói como moralmente imaculado, característica que lhe proporcionou ser o único catalisador possível para as benéficas mudanças revolucionárias.

### **Representação da excelência heróica de Artigas**

Uma das maiores excentricidades da teoria idealista do herói é a de que, destacando-se um homem dos demais, este seria grande se atuasse em quaisquer outras áreas; que em todo grande homem haveria “o político, o pensador, o legislador, o filósofo”; ainda, que essa polivalência seria derivada do fato de que todos os grandes homens são “originariamente do mesmo estôfo” (Carlyle, pp.79-80 e 47).

Desdobramento desses pensamentos é de que, constatada a existência de um herói, se imputa que este sempre agiria como tal, em todos os momentos de sua vida (quando necessitasse lutar, escrever, julgar). As ações do herói, na visão idealista, nunca seriam falsas ou dissimuladas; premissa da atitude heróica seria a *sinceridade*, a impossibilidade de agir de outra forma que não resultasse em uma ação-exemplo de conduta iluminada, benéfica ou mesmo salvífica para determinado grupo de pessoas, povo, nação.

Encarnar Artigas como símbolo da gênese e da própria nacionalidade uruguaia também pressupôs construir a imagem idealizada de um amor fraternal que ele devotaria aos orientais de todos os tempos, e a imagem recíproca de um amor que a ele deveria ser

devotado pelos seus conterrâneos posteriores – uma questão de dívida patriótica. Justificar a necessidade de veneração implica também insistir na confiabilidade ao mesmo, ao herói-irmão.<sup>47</sup>

A mensagem, em ações ou palavras, vinda do construtor Artigas, não poderia portanto conter contradições que levassem a dissensões entre os uruguaios (seja na época da independência, seja posteriormente). Tanto a unicidade de conduta como a exaltação do herói oriental, por parte de Acevedo, foram apresentadas no mesmo patamar da unicidade e exaltação que se idealizava para o Uruguai do início do século XX, período em que o país se encontra com a independência já consolidada – assim como, na época da independência, “todo el heroico vecindario de campaña... acababa de levantarse como un solo hombre” (Acevedo I, p.41).

A figuração do modelo de cidadão urguiaio, em “um só homem”, para Acevedo, é realizada em Artigas. A excelência heróica a ele atribuída foi, então, reproduzida em todos os aspectos, principalmente os morais. Para comprovar essa perfeição moral, Acevedo passa a citar panegiristas do caudilho e relatos de contemporâneos.

Podemos destacar seis características morais lhe são dessa forma (documentalmente) asseguradas:

1. Compromisso com a vontade e soberania populares; como evidenciado nos *Apuntes históricos* de Larrañaga e José Raymundo Guerra:

... cuando por adversidad ó por contradicciones llegaba [Artigas] á considerar crítica su situación, ocurría al efugio de manifestar que renunciaba su autoridad en manos del pueblo y que ellos libremente eligieran personas más á propósito para ejercerla. En estas demostraciones de desprendimiento, podía muy bien obrar el arte, mas siempre

---

<sup>47</sup> Carlyle, por exemplo, exalta a afinidade imediata que sentimos ao ler um poeta consagrado, ou ao depararmos com o discurso de profetas cuja validade seria eterna: “As almas verdadeiras, em tôdas as gerações do mundo, que observem êste Dante, encontrarão nêle um irmão; a profunda sinceridade dos seus pensamentos, das suas angústias e das suas esperanças evocarão nessas almas a sua própria sinceridade... Os antigos profetas hebreus, sob uma vestimenta muito diversa da nossa, ainda falam ao coração de todos os homens, porque falam do fundo do coração do homem. É o único segredo de continuarem memoráveis por muito tempo” (Carlyle, p.98).

correspondió un mismo resultado: *quedaba reelecto y cada vez más afianzado en la representación superior y en el afecto y confianza de sus gentes*. (publicados em *La semana* de setembro/1857, citados em Acevedo I, p.167)

2. A justiça; como na transcrição de uma proclamação de Artigas a seu exército, em dezembro/1811, por conta da execução de três ladrões confessos:

Si aún queda alguno [ladrão] mezclado entre vosotros que no abrigue sentimientos de honor, patriotismo y humanidad, que huya lejos del ejército que deshonra y en el que será de hoy más escrupulosamente perseguido... La inflexible vara de la justicia, puesta en mi mano, castigará los excesos en la persona que se encuentre... para temible escarmiento y vergüenza de los malevos, satisfacción de la justicia y seguridad de los buenos militares y beneméritos ciudadanos. (citada em Acevedo I, p.237)

3. A comiseração; desenvolvida no subcapítulo “La vida de los prisioneros era sagrada para Artigas” (I, pp.239-40), em que Acevedo afirma ser a Batalha de Las Piedras a primeira da revolução em que, posterior e humanitariamente, se realizou a troca de feridos com o exército perdedor. A corroboração documental advém da transcrição de uma carta de Artigas à Junta de Buenos Aires, de 20/04/1811, comunicando a vitória em Las Piedras:

La tropa enardecida [sob seu mando] hubiera pronto descargado su furor sobre la vida de todos ellos [os espanhóis rendidos], para vengar la inocente sangre de nuestros hermanos... pero ellos al fin participando de la generosidad que distingue á la gente americana, cedieron á los impulsos de nuestros oficiales empeñados en salvar á los rendidos. (citada em Acevedo II, p.220)

No papel de juiz, Artigas é também aclamado como misericordioso na ocasião em que lhe remetem sete militares partidários a Alver – a mando do 4º Diretor Supremo das Províncias Unidas, Ignacio Álvarez Thomas –, em 1815, para que Artigas os fuzilasse ou punisse de outro modo. Artigas se prontificou a garantir sua proteção, e um dos sete, o general Antonio Díaz, relata o fato em suas memórias:

El general Artigas, asombrado de un proceder tan indigno de la autoridad de un pueblo civilizado [Buenos Aires], rechazó el horrible presente declarando que no tenía motivo

alguno para quitarnos la vida, pues que como militares habíamos cumplido con nuestro deber haciéndole la guerra que el gobierno le había declarado, siendo éste el único responsable de ella... se destaca á grandes rasgos el proceder del jefe de los orientales. (citado em Acevedo I, p.176)

4 e 5. Sua ousadia / bravura e o amor fraterno que devotaria aos orientais da *campaña*; aspectos destacados em duas citações das memórias do coronel Ramón Cáceres:

Artigas se opuso [ao armistício de 1811] diciendo que él no podía abandonar á la furia y saña de los españoles tantos orientales como había comprometido... don Francisco Javier de Viana objetando á Artigas por su tenacidad, le dijo que con qué recursos pensaba resistir á los portugueses que venían tan bien fardados, armados y equipados, y Artigas le contestó que con palos, con los dientes y con las uñas. (citada em Acevedo II, pp.232-3)

Na segunda, sobre o suborno dos oficiais Eusebio Valdenegro, Ventura Vázquez, Baltasar Vargas e outros, por parte de Sarratea, que lhes ofereceu dinheiro para abandonarem Artigas e incorporarem outros destacamentos do exército revolucionário:

Artigas los entregó sin decir una palabra, mas quedó muy resentido por la conducta de unos hombres en quienes había depositado su mayor confianza, y desde entonces quizá tuvo cierta predilección por los gauchos, pues le he oído decir que había encontrado más virtud ó constancia en ellos que entre los hombres de educación. (citada em Acevedo II, p.293)

6. O desprendimento; como quando Acevedo afirma que Artigas “con su sangre, su constancia, su heroísmo, su desinterés, su carácter y sus principios políticos... despertó sus sentimientos cívicos [dos orientais] y educó el carácter nacional en la escuela del sacrificio á los intereses generales” (III, p.863). Documentalmente, esse desprendimento é referido na transcrição da entrevista entre Robertson e Artigas no acampamento de Purificación, já reproduzida no primeiro capítulo dessa dissertação.

Além de evidenciar essas características morais supremas, as ações de Artigas são, invariavelmente, interpretadas por Acevedo como aquelas que iniciaram ou desdobraram os outros acontecimentos importantes da revolução no antigo Vice-reino do Prata – como se

todas essas características compusessem o melhor estrategista e líder de toda a revolução. Após a Batalha de Las Piedras, por exemplo, a facilidade em sitiar Montevidéu, reduto realista, foi proporcionada por “Artigas [que] había rendido á las mejores tropas españolas y eso bastaba para que los sitiados alejaran toda idea de nuevas salidas” (II, p.227). Para Acevedo, também o posicionamento emancipacionista foi defendido por ele, primeiramente; a bandeira federalista foi erguida por Artigas, pela primeira vez; e assim por diante.

A dupla consagração apresentada por Acevedo – o heroísmo e primazia de Artigas frente à vilania dos adversários que enfrentou – é estendida a outros contextos, para enaltecimento também da causa artiguista, do território e do povo pelo qual lutou. Ao passo em que defende a ideologia artiguista, tratando-se do conflito entre Artigas e Buenos Aires, Acevedo também cria um adversário que é criticado em outros momentos, quando porventura discorre sobre as diferenças entre Montevidéu e a cidade portenha.<sup>48</sup> Nessa dualidade estabelecida por Acevedo, o favorecimento recairá sempre ao quarteto federalismo / Montevidéu / Banda Oriental / Artigas, superiores ao centralismo político / Buenos Aires / Argentina / e aos próceres de Maio.

---

<sup>48</sup> A defesa de Montevidéu segue a linha de uma diferenciação já culturalmente estabelecida, também mencionada por Mitre e López; em seu *Manual de la historia argentina*, López afirma que o ódio de Artigas pelos portenhos não derivava de divergências políticas, mas que sempre os *gauchos* odiaram Buenos Aires pela fiscalização aduaneira exercida, pela capital do antigo Vice-reino, em todo o território. Sendo os moradores da capital odiados pelos contrabandistas, López ainda afirma a injustiça desse sentimento – como era estendido a todos os portenhos, “pagaban justos por pecadores” (citado em Acevedo I, pp.102-3).

## A supremacia oriental

“Busque usted los principios y en los resultados no hallará más diferencia, que lo oriental y lo porteño. Rivadavia y Artigas: Agüero y yo. Aquéllos laudados hasta en el Almanaque. Nosotros condenados de hecho y de derecho. ¡Qué importa! Si ellos instituyeron, nosotros les enseñamos el camino”<sup>49</sup>

Monterroso

Para afirmar o posicionamento da supremacia oriental, em inúmeras ocasiões, ao longo do *Alegato histórico* de Eduardo Acevedo, a cidade de Montevideu é apresentada como superior a Buenos Aires – como descrito nos dois primeiros capítulos do segundo tomo de sua obra, “Prodomos de la emancipación – Las invasiones inglesas” e “Prodomos de la emancipación – La Junta Gubernativa de 1808”. Conforme defende, na expulsão dos ingleses, em 1806-7, foram os montevidéanos, e não os portenhos, responsáveis pela reconquista de Buenos Aires – e, após esse “glorioso hecho de armas del vecindario y de la provincia de Montevideo”, “Buenos Aires no auxilia a Montevideo” (Acevedo II, pp.24 e 27), dada a segunda invasão inglesa, de 1807. A rivalidade entre as duas cidades é atribuída, por Acevedo, como culpa de Buenos Aires, iniciada por essa recusa em auxiliar os montevidéanos contra a Inglaterra, e reafirmada por conta da perene soberba portenha. Mesmo a invasão portuguesa à Banda Oriental, a partir de 1816, é atribuída como resultado de negociações entre a Corte de D. João e o governo portenho (II, pp.188 e 656).

Todo um capítulo do primeiro tomo de *José Artigas*, “Motines y revoluciones”, já havia sido escrito para mencionar diversas reviravoltas e contendas governamentais envolvendo Belgrano, Güemes, Alvear, Rondeau, Paz, Pueyrredón e outras personalidades políticas e militares de Buenos Aires. Nele, Acevedo cita Mitre para corroborar seu ponto de vista, a corrupção e o pérfido emaranhamento em que se encontrava a política portenha (embora Mitre o fizesse no intuito de exaltar como Belgrano pôs fim a tais convulsões):

---

<sup>49</sup> Carta do frei Monterroso, um dos antigos tenentes de Artigas, a seu parente F.Gadea, de 25/02/1835 (período em que estava exilado na Espanha, por opôr-se ao governo de Rivera) – citada em Acevedo I, p.273.

El anhelo de todas las provincias era la reunión de un Congreso supremo. Convocado el 25 de Mayo [1810], refundido luego en el Poder Ejecutivo, suplido provisoriamente por las asambleas eventuales que nacieron enfermizas y desaparecieron al nacer, disueltas por el Triunvirato, la realización de esta promesa se postergaba de día en día y el régimen provisorio y arbitrario iba desacreditándose en la misma proporción en que crecía aquel achelo. (*Historia de Belgrano*, citada em Acevedo I, p.422)

O próprio Belgrano é citado por Acevedo, quando em 1816 declara francamente: “no hemos conocido más que el despotismo bajo los gobernadores y virreyes, bajo las juntas, triunviros y directores” (em Lucas Ayarragaray, *La anarquía Argentina y el caudillismo*, citado em Acevedo I, pp.434-5). A equiparação da perniciosidade do governo peninsular com o governo portenho é explorada por Acevedo para justificar a iniciativa dos orientais em busca de sua emancipação. Mesmo o armistício com os espanhóis, em 1811, durante o primeiro sítio de Montevideu – justificado pelos portenhos como necessário para recompôr o exército revolucionário, após as derrotas no Alto Peru –, é interpretado por Acevedo como uma desculpa: se a cidade fosse tomada, certamente Artigas – que “había adquirido considerable prestigio” entre os orientais – e seu projeto de autonomia local seriam aclamados em toda a Banda Oriental (Acevedo II, p.241).

Os atos louváveis de Buenos Aires, por outro lado, são indicados sempre como copiados aos de Montevideu:

... todos los movimientos fundamentales del período que examinamos, arrancan de este lado del Plata.

Cuando Buenos Aires desconoce y depone sucesivamente en dos memorables cabildos abiertos al virrey Sobremonte, da el segundo paso de la jornada autonómica realizada virilmente por el Cabildo oriental del 18 de julio de 1806, al reivindicar facultades privativas del monarca; y cuando afronta más tarde, rebosante de heroísmo, la defensa contra la segunda invasión inglesa, reanuda simplemente el impulso comunicado por el vecindario de Montevideo en la reconquista de la capital [durante a primeira invasão] y en el asalto de la plaza. (II, p.42)

Sobre a Junta Governativa independente estabelecida em Montevideu, em 1808, Acevedo afirma que foi ela quem deu as bases para o movimento de Maio de 1810. Dentre

diversas Juntas Governativas instaladas em toda a América hispânica (Alto Peru, Caracas, Buenos Aires), a partir da invasão napoleônica, Acevedo cita alguns autores que também afirmaram o pioneirismo de Montevideu, ao instalar tal instituição<sup>50</sup> – Carlos María Ramírez em seu *Juicio crítico del Bosquejo histórico del doctor Berra*; Andrés Lamas em *Colección de Memorias y documentos para la Historia*; e uma carta do cabildante José Pérez Castellano. Mesmo tratando-se de uma Junta partidária a Fernando VII, encabeçada pelo governador Javier de Elío, Acevedo procura exaltá-la pois ela se formou opondo-se à decisão portenha de depôr o vice-rei Sobremonte e substituí-lo pelo francês Santiago de Liniers.

O aspecto popular e independentista (em relação às decisões portenhas) desta Junta é então ressaltado por Acevedo enquanto precursor dos caracteres da Junta portenha de 1810, relegando-se seu princípio político monarquista e de continuação da situação colonial – este último, princípio reacionário criticado por López, por exemplo. Aqui, Acevedo defende a posição hispânica de Montevideu, enquanto em Buenos Aires, traiçoeiramente, “españoles y americanos optaban por la expectativa ante la caída de la dinastía borbónica y la aceptación sin protesta de la influencia napoleónica” (II, p.60).<sup>51</sup> Contudo, ao relatar pormenorizadamente os acontecimentos de Maio de 1810, em Buenos Aires, é justamente a “máscara de Fernando”, a justificativa de estabelecer um governo autônomo em nome do rei prisioneiro, o aspecto ao qual Acevedo se apoiará para difamar a revolução portenha. Segundo Acevedo, inclusive, “no hay ni puede haber progreso sobre el movimiento realizado en Montevideo, dos años antes, que surge entonces como el modelo perfecto que los próceres de mayo resolvieron copiar” (II, p.136).

---

<sup>50</sup> Acevedo não comenta, contudo, o fato do escrivão da ata de criação da Junta montevidiana, em *cabildo abierto* de 21/09/1808, ter sido Pedro Feliciano Cavia.

<sup>51</sup> A idéia separatista, segundo Acevedo, não seria concebida nem em Montevideu, nem em Buenos Aires; só apareceria alguns anos depois, advinda do posicionamento de seu herói: “Ni en 1808, ni en 1810 existió, sin embargo, en ningún grupo del Río de la Plata la idea de la independencia... á nadie habrían asaltado tales ideas, como no asaltaron en muchos años, hasta que Artigas, que en todo había de ser el primero, las erigió públicamente en condición de incorporación de la Provincia Oriental á las Provincias Unidas del Río de la Plata...” (II, p.73).



Para completar a difamação da Junta de Maio, Acevedo cita uma circular do Cabildo portenho de 29/05/1810, que anuncia a instalação e juramento da Junta Governativa e afirma ser este “el gobierno que se ha erigido provisionalmente hasta la reunión de los diputados de todas las provincias” (reproduzida na época por *La Gaceta de Buenos Aires*, citada em Acevedo II, p.106) – descreditando-a Acevedo como ilusória, pois não executou este projeto posteriormente. Mesmo alguns argentinos, como o político Lucas Ayarragaray, confirmariam a tese de Acevedo, interpretando negativamente a política portenha pós-Maio de 1810:

Y se llega á Rosas [em 1829], después de haberse agotado durante veinte años los procedimientos más irregulares y monstruosos, sin el precedente de una elección legal, sin la práctica leal de un derecho político, sin una renovación de poderes, que no hubiera tenido por origen, ó el motín militar, ó las maquinaciones del fraude; más aún, habiéndose encarnado en los hábitos, la legitimidad de todos los excesos demagógicos. (*La anarquía Argentina y el caudillismo*, citada em Acevedo I, p.435)

Quem, em verdade, buscou concretizar todas as bandeiras de Maio de 1810 foi o herói de Acevedo, superior a Belgrano:

Con la batalla de Las Piedras se afirma definitivamente la Revolución de Mayo. Era la primera vez que las simples milicias se medían con las tropas de línea y las derrotaban... ese resultado á raíz de las derrotas de Belgrano en el Paraguay, tenía que levantar y levantó poderosamente el espíritu y la moral de la Revolución en todas las provincias del extinguido virreinato de Buenos Aires. (II, p.211)

O menosprezo a Buenos Aires e aos considerados grandes feitos portenhos é realizado também pela comparação com o processo revolucionário em outras esferas do mundo hispano-americano. Acevedo lembra que o Congresso da Venezuela, em 5 de julho de 1811, sob “altiva declaración” proclamava já a sua independência, enquanto “el movimiento de mayo, los agentes principales y la masa á que ellos daban impulso, no estaban orientados en favor de la independencia absoluta” (II, pp.134-5).

Ao insistir na malevolência política e moral portenha, admitida até pelos próprios argentinos, a construção discursiva de Acevedo assume o tom de polarizar essa conduta,

conferindo a Montevideu o outro lado da moeda. Quando Artigas sitia Montevideu, contudo, ou quando a altivez das decisões do Cabildo contrastou com a simplicidade e benevolência campesina oriental, a polaridade é invertida, e os montevidianos assumem a postura malévola.<sup>52</sup> O jogo de polarização é invertido constantemente, ao longo dos três tomos, sempre que se mostra favorável a reafirmar, primeiro, a superioridade de Artigas frente a todos os seus adversários – bem como àqueles consagrados posteriormente também pelos uruguaios, como San Martín e Rondeau, e que haviam sido contaminados pela “ambición de la oligarquía porteña” (Acevedo I, p.439); e, em segundo lugar, a superioridade sócio-histórica de Montevideu frente a Buenos Aires.

A superioridade de ambos é atestada, para Acevedo, até por alguns dos detratores de Artigas, que acabaram por ser *obligados* a elogiá-lo – como López, em *Historia de la república argentina*, ao confirmar que “el elemento ilustrado de Córdoba era netamente artiguista”, diante dos fatos – o oferecimento da cidade como sede da capital federalista, ou mesmo a transposição da Universidad de Córdoba para Purificación (Acevedo I, p.440).

Além de confirmar a exaltação dos escritores panegiristas, essas poucas ressalvas, como a de López, dos historiadores argentinos que se posicionaram contra Artigas, são exploradas por Acevedo na medida em que cumprem o papel de tornar seus relatos contraditórios, auxiliando o processo de descreditá-los.

A primazia e iniciativa dos valores políticos artiguistas, frente aos portenhos, também é defendida por Acevedo. Ao deparar-se com um dos detratores artiguistas já aqui mencionados, Francisco Ramos Mejía, e sua atribuição da origem do pensamento federalista, na região do Prata, a Mariano Moreno, Acevedo obsteve-se prontamente, reforçando sua posição favorável a Artigas. De opinião compartilhada por diversos historiadores argentinos, Ramos Mejía se utilizou de vários escritos de Moreno para exaltá-

---

<sup>52</sup> Outro exemplo de inversão, desta vez de interpretação, para favorecer seu ponto de vista: segundo Acevedo, os ingleses que permaneceram algum tempo em Buenos Aires, durante as invasões inglesas de 1806-7, foram tão bem tratados, que “hubiérase dicho que no existía antagonismo, sino perfecta afinidad entre conquistados y conquistadores, y que las colonias cambiaban simplemente de amo: en vez del amo español, el amo inglés”. Já quando os ingleses se instalaram em Montevideu, prestigiaram “por medio de la imprenta y del comercio ideas de libertad que debían encontrar y encontraron terreno favorable para arraigarse y difundirse” (Acevedo II, pp.39-41).

lo enquanto partidário do federalismo: “disueltos los vínculos que ligaban á los pueblos con el monarca, cada provincia era dueña de sí misma, por cuanto el pacto social no establecía relaciones entre ellas directamente” (Moreno em *La Gaceta*, 28/11/1810, citado em Acevedo I, p.121).

Prontamente, e em defesa do pioneirismo de Artigas, Acevedo cria um pequeno processo contra Mariano Moreno,<sup>53</sup> citando passagens em que Moreno defenderia a violência como instrumento político e o sistema monárquico como o mais racional a ser aplicado – para governar o caos em que se encontrava a região do Prata, segundo suas próprias palavras. Nos subcapítulos “¡Hay que cortar cabezas y verter sangre!” e “La autoridad debe ser sanguinaria y muy cruel”, Acevedo cita o que Moreno escreveu acerca da violência revolucionária:

Los cimientos de una nueva República nunca se han cimentado sino con el rigor y el castigo, mezclado con la sangre derramada de todos aquellos miembros que pudieran impedir sus progresos... ¿por qué pintan á la libertad ciega y armada de un puñal? Porque ningún Estado envejecido ó provincias, pueden regenerarse, ni cortar sus corrompidos abusos, sin verter arroyos de sangre.

... en tiempo de revolución, ningún otro delito debe castigarse, sino el de infidencia y rebelión contra la causa que se establece; y todo lo demás debe disimularse.

... la menor semiplena prueba de hechos, palabras, etc., contra la causa debe castigarse con pena capital... (Moreno, em um “plan de operaciones que el gobierno provisional de las Provincias Unidas del Río de la Plata debía poner en práctica para consolidar la libertad y la independencia”, escrito entre julho e agosto/1810, citado em Acevedo I, pp.284-7)

A defesa do uso da violência continua, com Moreno afirmando que as pessoas mais importantes, inteligentes ou ricas, que fossem contra-revolucionárias, deveriam ser decapitadas, pelo entrave que se elimina, pelo exemplo que se dá e pelo triunfo que se conquista. No mesmo “pavoroso” e “sangriento” documento (classificações de Acevedo no tomo I, pp.295-6), Moreno projeta fórmulas para fazer com que Montevidéu se

---

<sup>53</sup> Que havia testemunhado favoravelmente a Artigas, em seus escritos, computando-o como um dos líderes mais aptos para ajudar a consolidação do processo de independência – mas Moreno faleceu a 04/03/1811, antes das contendas entre Artigas e o governo de Buenos Aires.

desentendesse com Portugal e Inglaterra, e a Inglaterra se indispusesse com Portugal – tudo isso, em benefício político de Buenos Aires, para que continuasse exercendo total controle sobre o território do antigo Vice-reino do Prata.

Acevedo cita, na continuação, a defesa que López e Mitre fazem de Mariano Moreno e das ações repressoras da Junta de Maio (incluindo execuções a mando de San Martín). No subcapítulo “Glorificación del crimen”, afirma: “Los grandes historiadores argentinos, echan sobre esa sangre una piadosa palada de tierra, invocando por todo atenuante, los rigores de la época” (Acevedo I, p.307).<sup>54</sup>

Apenas para contrapor López e Mitre, Acevedo rejeita o tipo de defesa que depois invocará sobre Artigas, quando o insere no contexto sangüinolento da revolução. A consagração, o reconhecimento público do heroísmo de Moreno na região do Prata, contudo, obrigam mesmo a Acevedo desculpá-lo: “las ideas que él [Moreno] estampaba en su célebre informe, pertenecían al medio ambiente del período revolucionario” (I, p.296). Tudo isto acaba por exemplificar a dificuldade latente de Acevedo de se opôr aos portenhos e detratores de Artigas, mas não poder difamar os já consagrados heróis do processo de independências hispano-americanas.<sup>55</sup>

Talvez mais problemática, no esquema difamatório arranjado por Acevedo, seja a menção da defesa realizada por Moreno sobre o sistema monárquico e a continuação da obediência ao rei espanhol, já que ele é considerado pelos historiadores argentinos como o *numen* da Revolução de Maio, desencadeadora do processo de transformação da Argentina

---

<sup>54</sup> Mas, quando detecta qualquer objeção de Mitre ou López aos considerados heróis argentinos, Acevedo prontamente os cita, para descreditar tais heróis – como neste caso em que Mitre interroga-se acerca do posicionamento político de Moreno e do futuro presidente Bernardino Rivadavia (1780-1845): “Tan indecisa era la opinión de los partidos en aquel momento [1809], que don Mariano Moreno, el futuro repúblico y numen político de la Revolución, era considerado como afecto al partido español... Es un hecho digno de meditar que los dos grandes hombres civiles que haya tenido la Revolución argentina, Moreno y Rivadavia, fueron señalados en un tiempo como poco simpáticos á ella... (*Comprobaciones históricas*, citada em Acevedo II, p.52).

<sup>55</sup> Moreno acaba sendo excluído, posteriormente, do grupo a quem Acevedo se opõe: “Moreno pudo ver á través del estandarte que tremolaba la Junta la independencia de España. Pero los otros próceres de mayo eran devotos ‘del misterio de Fernando’ y aspiraban á mejorar la condición de la colonia sin romper los marcos de la monarquía española” (II, p.244).

num país soberano e republicano.<sup>56</sup> Essa defesa é explícita em diversas passagens, extraídas de editoriais de *La Gaceta de Buenos Aires* escritos por Moreno, a partir de 25/05/1810:

Hemos jurado al señor don Fernando VII, y nadie sino él reinará sobre nosotros.

... la pérdida de la España no causará otra novedad que la disminución del territorio del rey Fernando.

(...)

¿La América podrá establecer una constitución firme, digna de ser reconocida por las demás naciones, mientras viva el señor don Fernando VII á quien reconozco por monarca? (Moreno, em Acevedo II, pp.77-78)

Segundo Acevedo, o ideal monárquico era tão generalizado que, “en la imposibilidad de negar el echo, se han creído obligados los grandes historiadores argentinos [Mitre e López] á formular el elogio del monarquismo en holocausto á los próceres de la Revolución” (II, p.141). Além de exercer essa defesa, Mitre e López confirmam em suas obras que o ideário federalista não emanou de Buenos Aires, e que o governo revolucionário assumiu características centralistas e despóticas – a citação dessas passagens, por parte de Acevedo, finaliza o trabalho de desprestigiar o governo revolucionário portenho e demonstrar a preeminência política oriental:

El partido demócrata, que debía su origen al genio de Moreno, aspiraba á la centralización política... para utilizar los elementos de poder del régimen colonial... Esta tendencia centralista... tenía en vista el triunfo material de la Revolución... (Mitre, *Historia de Belgrano*, citada em Acevedo II, p.82)

---

<sup>56</sup> Não só Moreno, mas também os próceres San Martín, Saavedra, Belgrano, Castelli, Pueyrredón são considerados partidários (ainda mais ferrenhos) do sistema monárquico. Acevedo menciona o plano de reconhecimento de Carlota Joaquina como rainha do Prata, inicialmente apoiado por Saavedra e Belgrano, e as missões de Belgrano e Rivadavia, pela Europa, em busca de apadrinhamento real inglês, espanhol, francês ou português para o governo platino, no capítulo “Los planes de monarquía en el Río de la Plata”, tomo II de *José Artigas*. Ainda, embasado em López, Acevedo afirma que a declaração da independência em 9 de julho de 1816, pelo Congresso de Tucumán, foi sugerida pelo então Diretor Supremo Pueyrredón como forma de acabar com os rumores de entrega do território argentino a alguma destas coroas.

El partido federal se elaboraba entonces de una manera anónima fuera de la capital. La bandera bárbara y disolvente con que apareció, vino traída de los desiertos en manos hostiles á los partidos engendrados dentro de la Revolución de Mayo.

(...)

Para llenar su terrible cometido, la Junta Gubernativa de 1810 tuvo que ser armada con todas las facultades ilimitadas que asume un poder revolucionario. El partido nativo que concentraba el poder ejecutivo en una forma simple y despótica, se desviaba de los principios constitutivos de mayo...

(...)

Era cuestión de vida ó muerte; y bien sabido es que en estos casos no hay lugar para la libertad ni para otra lucha que la de las dos banderas que se disputaban la soberanía.

Imposible fué en los diez primeros años, de 1810 á 1820, asegurar sobre un terreno sólido el sistema de garantías y de procedimientos que constituye el gobierno representativo.

(López, *Historia de la República Argentina*, citada em Acevedo II, pp.83, 97 e 101)

A reiteração da primazia de Artigas, da Banda Oriental e Montevideú, apesar de não necessária, entre os historiadores uruguaiois, invariavelmente é realizada pela necessidade de posicionar-se ao lado do herói oriental e justificar o desejo de emancipação da Banda Oriental, validando a luta e conquista da soberania política. Cumprida a comprovação do pioneirismo oriental frente a Buenos Aires, Acevedo passa a buscar garantir tal primazia também a Artigas – e, para isso, precisa defendê-lo de diversas acusações, antes de poder equipará-lo aos grandes heróis.

### **Do banco dos réus ao panteão da História**

No contexto de exaltação dos valores artiguistas, o biografado foi então despido por Acevedo, como dito, de contrastes que atestariam sua condição humana, para ser revestido da perfeição, pureza e sacralidade exigidas, ingressando e presidindo o panteão uruguaio. Em sua obra, por vezes o caudilho idealizado foi inserido em contextos que *exigiram* dele a

realização de atos que não seriam costumeiramente classificados como heróicos, justificando assim ações que poderiam demonstrar alguma suposta falha do herói.<sup>57</sup> Acevedo evoca o romântico francês Alphonse de Lamartine (1790-1869) para corroborar tal ponto de vista: “Para comprender á César, ha escrito Lamartine, es necesario conocer la época de César” (Acevedo I, p.14).

Conhecendo-se a época em que viveu Artigas, Acevedo acredita que serão justificadas suas ações. Desse modo, o subcapítulo “El medio ambiente”, na introdução da obra de Acevedo, e o capítulo “La Edad de Piedra en el movimiento revolucionario – Como se derramaba la sangre en el Río de la Plata”, exploram a questão da inserção de Artigas em um contexto sanguinolento, conturbado, bárbaro, onde as leis não eram cumpridas. A situação na região platina no início do século XIX explicava as ações de Artigas, que entretanto, se destacaram “en medio de los charcos de sangre que todos los demás factores de la Revolución formaban á su alrededor” (I, p.279).

Diversos historiadores são também citados como partidários da idéia de que o ambiente político da época exigia as ações radicais – como o primo de Acevedo, Eduardo Acevedo Díaz, que encabeça um manifesto de louvor ao caudilho em nome dos “orienta<sup>2</sup>□□□residentes en la ciudad de La Plata”: “si fué [Artigas] instrumento de fuerza, fué porque su tiempo era de lucha... y porque la tierra casi virgen y por todos disputada sólo pertenecía á los más valientes” (citado em Acevedo I, p.256).

Eis algumas das outras 16 citações dos “cuadros de sangre” de Acevedo, acerca da sangüinolência revolucionária (a maioria, ditada ou praticada por militares argentinos): declaração de pena de morte a espanhóis em Buenos Aires; proclama de “exterminio de artiguistas” do general Miguel Estanislao Soler, de 28/12/1814; execução de Manuel Dorrego; execuções a mando de Belgrano (sobre quem Acevedo comenta que “no alcanzaron á librarse del sangriento empuje ni los más puros factores de la Revolución”); críticas dirigidas a Juan Francisco Borges, por não ter saqueado um carregamento de armas

---

<sup>57</sup> Outra estratégia mitreana; como citado no primeiro capítulo desta dissertação, a inserção de Belgrano (em *Historia de Belgrano*) será coestendida à inserção de San Martín num meio sanguinolento, a América Latina do início do século XIX, para se explicar ou enaltecer algumas de suas atitudes, em *Historia de San Martín* – nesta obra Mitre também evoca, por exemplo, a matança generalizada de espanhóis realizada pela revolução bolivariana, para depois afirmar que San Martín nunca executou um prisioneiro.

inimigo, “una prueba clásica de su incapacidad como caudillo” – como escreveu o general José Maria Paz, em *Memorias Póstumas*; críticas dirigidas a Belgrano, por não ter “degollado” os habitantes da cidade de Salta, quando a conquistou; e, finalizando, o relato da brincadeira que os soldados de Rondeau fizeram com o cadáver do brigadeiro espanhol Vicente Muesas, “extrayéndole el graso para untar sus botas”, segundo Mariano Torrente em *Historia de la Revolución Hispanoamericana* (citados em Acevedo I, pp.311-36).

Por conta deste contexto, Acevedo irá desculpar todas as atribuições de uso de força desmedida por parte de Artigas, e ainda glorificá-lo:

¿Hay algo parecido á esas carnicerías, en el campamento de Purificación, donde los españoles sospechosos no sufrían otras torturas que las del trabajo de labranza para ganarse el sustento, mientras los criollos morían en defensa de su libertad?

(...)

¿Por qué [Cavia] no transportó el infierno [de sua *leyenda negra*] á Purificación? Porque la mentira habría resultado demasiado burda... (Acevedo I, p.387)

Poucas foram as ações enérgicas artiguistas do porte das citadas atitudes beligerantes de portenhos, *criollos* e espanhóis, e algumas delas atribuídas a ele injustamente por Cavia, “porque ni de eso hay pruebas” (Acevedo I, p.328). Acevedo ainda afirma que, “fuera del fusilamiento de Perugorria... ni la historia, ni la tradición de la época atribuyen á Artigas afición á la sangre” (I, p.338).

A obrigação de mencionar essa exceção, pela firma de Artigas no documento original da sentença de morte do militar correntino José Genaro Perugorria, pôde cumprir o papel de assegurar a veracidade do *Alegato histórico*. Narrar esse tipo de infortúnio, em verdade, acaba por auxiliar Acevedo a conferir legitimidade a seus relatos; em meio a ininterruptos louvores, a narrativa dessa adversidade, ao mesmo tempo em que não esquiva a abordagem de nenhum dos fatos da vida do herói (rigoriedade teórica prometida no início da obra), cumpre o papel de explicitar o compromisso de autenticidade do relato frente aos leitores, de demonstrar que não se está escondendo nada.<sup>58</sup>

---

<sup>58</sup> Papel análogo é desempenhado por Acevedo quando explica o título do seu trabalho, *José Artigas*, sendo que, comumente, os uruguaios o aclamavam por *general* José *Gervasio* Artigas: além de dizer que Artigas



Mesmo assim, não escondendo esse ato infame, Acevedo não comenta o motivo que levou Artigas a praticar tal exceção. Essa complacência de Acevedo com Artigas é também estendida ou utilizada para explicar as atitudes realizadas pelos chefes auxiliares artiguistas, que são constantemente criticadas por seus detratores. Sobre esta questão, Acevedo inocenta Artigas citando as *Letters on South America*, dos irmãos Robertson, que presenciaram os acontecimentos na cidade de Corrientes:

Cierto es que Artigas no autorizaba esos crímenes, pero los toleraba... á fin de evitarse los gastos de manutención y de satisfacer á la vez instintos vagabundos y hábitos de pillaje, Artigas licenciaba sus tropas... (citado em Acevedo I, p.188)

A finalidade com que as tropas de Artigas agiam, e a moralidade de tais atos, também são evidenciadas neste trecho das memórias do coronel Ramón Cáceres, dissidente das fileiras artiguistas em 1820:

Ni todos los jefes de Artigas eran como Otorgués y Encarnación... Quizá Artigas ignoraba muchas cosas de las que hicieron... y tal vez los toleraba por necesidad, pues precisaba de hombres que le habían dado tantas pruebas de adhesión y que tenían algún partido en el gauchaje del país... en quienes encontraba más resignación, constancia y consecuencia. (citado em Acevedo I, p.170)<sup>59</sup>

---

nunca assinava seu sobrenome Gervasio, Acevedo comenta que o próprio, alcançando militarmente o título de coronel, rejeitou o título de *capitán general* concedido pelo Cabildo de Montevideu em 1815: “En oficio datado en Purificación el 24 de febrero de 1816, reprochándole al Cabildo su afición por los honores, [Artigas] se expresaba en estos hermosos términos: ‘Los títulos son los fantasmas de los Estados... Enseñemos a los paisanos á ser virtuosos. Por lo mismo, he conservado hasta el presente el título de un simple ciudadano, sin aceptar la honra con que el año pasado me distinguió el Cabildo que V.S. representa. Día vendrá en que los hombres se penetren de sus deberes y sancionen con escrupulosidad lo más interesante al bien de la provincia y honor de sus conciudadanos’.” (Acevedo I, p.30). Mesmo aqui, nesta explicação da simplificação do título, em nome da verdade, Acevedo acaba por abrir novo ensejo para citar outra altaneira atitude de Artigas.

<sup>59</sup> Pouco mais à frente, nas pp.178-9, Acevedo cita uma passagem das memórias do general Antonio Díaz (1789-1869), em que é relatada a substituição dos governantes de Montevideu e Colônia, respectivamente comandadas por Otorgués e Encarnación, por Rivera e Lavalleja, a mando de Artigas.

A citação desses documentos, por parte de Acevedo, ao mesmo tempo que cumpre o papel de inserir o problema do comportamento das tropas artiguistas, desculpando-o, reverte o discurso da barbárie para a assimilação positiva de características *gauchas*: a resignação, a constância, a coerência moral.

Partindo da premissa da observância dessas características no comportamento de Artigas, Acevedo propicia também a comparação do seu herói a personalidades já consagradas pelas mesmas características. O emudecimento de Artigas frente a acusadores contemporâneos, por exemplo, é apresentado como a mais nobre autodefesa que o caudilho poderia ter praticado; como o Cristo frente a Pilatos, “Artigas no contesta á sus acusadores” – título utilizado por Acevedo para o subcapítulo em que cita várias demonstrações da resignação e boa conduta artiguistas frente a atitudes de seus acusadores.<sup>60</sup> A postura artiguista do silêncio lhe garante, por parte de Acevedo, nova equiparação:

[Para seus adversários,] Artigas vivía en un antro de corrupción y de sangre, comiéndose en el asador á los porteños, á los españoles, á los portugueses y á sus propios compatriotas disidentes.

Lejos de defenderse, había adoptado la regla del silencio, poseído de aquella ciega confianza en la integridad de su conducta con que Guizot desafiaba á la oposición en las Cámaras Francesas: “por más que hagáis, no elevaréis vuestras injurias hasta la altura de mi desdén”. (I, p.17)

A explícita comparação das atitudes de Artigas com as do político e historiador francês François Guizot (1787-1874), e mesmo a anterior citação de Lamartine (sobre César), por parte de Acevedo, refletem sua intenção de elevar o caudilho ao mesmo patamar dos grandes homens da história da humanidade, panteão catalogado desde a Antiguidade.

Tal intenção também se expressa por outras citações, equiparando Artigas aos grandes generais e até a Vercingetórix:

---

<sup>60</sup> Carta de Artigas a Güemes: “... el tiempo es el mejor testigo y él justificará ciertamente al jefe de los orientales”; carta de Artigas a Andrés Artigas (Andresito), 27/08/1815: “Deje usted que hablen y prediquen contra mí. (...) Mis operaciones son más poderosas que sus palabras...”; carta de Artigas a Rivera, 17/12/1814: “Tome de mí un ejemplo: obre y calle, que al fin nuestras operaciones se regularán por el cálculo de los prudentes” (citadas em Acevedo I, pp.17-8).

[Artigas] parecía un hombre abstraído del bullicio, y era de este solo punto de vista, si me es permitida la alusión, semejante al más grande de los generales de nuestros tiempos. (J.P. e W.P. Robertson, *Letters on Paraguay*, citado em Acevedo I, p.200)

Ante la historia... surge la figura severa de Artigas, si no con los contornos clásicos de un Washington, que es único en la historia, con los rasgos viriles, imponentes de aquel generoso galo, Vercingetorix, que defendía con heroísmo insuperable la libertad, la independencia de su patria. (Domingo Aramburú, *El Siglo* de junho/1894, citado em Acevedo I, pp.253-4)

Aproximando o debate ao contexto histórico específico das lutas de independência hispano-americanas, Acevedo compara a trajetória e o papel desempenhados por Artigas, no Uruguai, à trajetória de San Martín na Argentina.<sup>61</sup> ambos teriam sofrido perseguições nos territórios que depois os acolheram como personalidades magnas de seus processos de independência. Mesmo a intenção de Acevedo, ao escrever *José Artigas*, pode ser equiparada à de Mitre, que intentou também desmentir calúnias contra o herói dos Andes em suas *Historia de San Martín* (publicada entre 1887 e 1890 também em 3 tomos, como será *José Artigas* de Acevedo, 20 anos depois) e *Nuevas comprobaciones históricas*.

Acevedo cita inclusive trechos da obra de Mitre e escritos de San Martín, para exemplificar a dificuldade interna de atuação que enfrentaram as lideranças *criollas* nas guerras pela independência da região do Prata – como a seguinte carta do herói argentino, inserida no subcapítulo “Las facciones internas y su obra destructora”:

¡Y cuánto cuesta á los hombres de bien la libertad de su país! (...) ... pero después que llamé la reflexión en mi ayuda, hice lo que Diógenes: zambullirme en una tijada de filosofía y decir: todo esto es necesario que sufra el hombre público para que esta nave llegue á puerto. (Carta de San Martín a Tomás Godoy, 1815, citada em Acevedo I, p.20)

---

<sup>61</sup> Semelhante equiparação, por parte de Acevedo, à realizada a Mariano Moreno, através da citação de um trecho de Alberdi: “Artigas, como Moreno, creó la biblioteca de Montevideo” e “fundó la prensa” na mesma cidade (*Escritos póstumos*, em Acevedo I, p.183). Nesta citação, Artigas é exposto como integrante de um grupo que agiu em favor do benefício social, como um produtor de mudanças possibilitadas apenas após as ações de Maio de 1810 – ou seja, integrando esse movimento.

Ao realizar tal comparação, Acevedo procura demonstrar a importância de Artigas a partir do prestígio de San Martín, equiparando a necessidade de exaltar o segundo com a de reabilitar o primeiro.

Não deixa de portar uma problemática particular essa comparação, feita por Acevedo, de Artigas com San Martín – como o trato dispensado pelo autor aos próceres de Maio, ou ao papel desempenhado por Buenos Aires no processo de independência de todo o antigo Vice-reino do Prata. A situação problemática decorre do fato de Artigas, inicialmente, ter servido à causa de Buenos Aires – numa época “en que todavía no se habían desatado las furias de la oligarquía porteña” (Acevedo I, p.68) – e, a partir de 1812-3, posicionar-se contrário à política centralista portenha.

Uma ruptura análoga é, então, estabelecida por Acevedo, e as ações de San Martín têm que ser desvalorizadas, pois competem ao conjunto das obras portenhas: no subcapítulo “San Martín y la política del engaño”, o prócer argentino é então inculcado de praticar o subversivo ato de espionagem no território de Mendoza (Acevedo I, pp.329-30); sobre o modo como obtinha dinheiro, para financiar tropas, Acevedo cita um escrito do próprio San Martín: “Me veo en la necesidad de tocar medios tal vez violentos, sin los trámites debidos. (...) Empeños contraídos con las tropas y donativos recolectados por el Cabildo, multas arrancadas con infernal substanciación, préstamos de particulares, todo se ha tocado” (em Mitre, *Historia de San Martín*, citado em Acevedo I, pp.403-4);<sup>62</sup> e, para destacar a violência do exército de San Martín, Acevedo cita as memórias do advogado Bernardo de Monteagudo, seu secretário: “Cuando el ejército libertador [de San Martín]... llegó á las costas del Perú, existían en Lima más de diez mil españoles: poco antes de mi separación no llegaban á seiscientos. Esto era hacer revolución” (citada em Acevedo I, p.355).

---

<sup>62</sup> Afirma depois Acevedo, para contrapor e exaltar Artigas: “Siquiera Artigas, cuando Robertson denunció el apresamiento y saqueo por ignorados subalternos de Corrientes, expidió en el acto órdenes terminantes para la restitución de los intereses arrebatados!” (I, p.408).

San Martín justificou tais faltas, como necessárias para prosseguir a revolução; Acevedo, após citar essas desculpas,<sup>63</sup> afirma que Artigas não caiu na tentação de imitar tais exemplos. San Martín também aludiu, em cartas, à impossibilidade de se considerar a implementação do regime republicano nos territórios que libertou. Acevedo cita Mitre para corroborar o que caracterizou de “el monarquismo de San Martín”, compondo o quadro da supremacia artiguista:

Hasta el mismo San Martín, no obstante su sencillez espartana, acusó en su representación externa esta influencia enfermiza. Su retrato reemplazó al de Fernando VII en el salón del gobierno. (...) Por este tiempo [1821], empezó á atribuirse á San Martín por la vulgaridad la ambición insensata de coronarse rey. El pueblo en sus canciones lo aclamaba emperador... Los principales jefes de su ejército, miembros todos ellos de la ‘Logia Lautaro’, ligados hasta entonces á su destino, empezaron á conspirar contra él y en sus conversaciones íntimas sólo le designaban con la denominación burlesca de ‘El rey José’. (*Historia de San Martín*, citada em Acevedo II, pp.168-9)<sup>64</sup>

Um caminho mais fácil, percorrido por Acevedo, são as citações e comparações feitas com Bolívar, cujas ações ou planos políticos em nenhum momento confrontaram-se diretamente com Artigas ou com a execução de seu plano federalista. Mesmo Bolívar idealizando uma concepção monarquista de governo (em sua defesa da presidência perpétua), esse ideal se sobressairia ao de San Martín por almejar um governante americano, e não europeu, como os próceres de Maio haviam planejado trazer para o Peru.

---

<sup>63</sup> “‘La necesidad de existir’, había dicho el héroe de los Andes en oficio de 14 de agosto de 1815, justificando uno de sus desmanes, ‘es la primera ley de los gobiernos. (...) Los remedios se adoptan según el carácter de los males; y cuando peligra la salvación, todo es justo, menos dejarla perecer’” (Acevedo I, p.413).

<sup>64</sup> Outro comentário de Mitre é explorado por Acevedo, para enaltecer Artigas frente a San Martín. Segundo Acevedo, Mitre afirmou que San Martín era intelecto e culturalmente medíocre: “pero [Mitre] se apresura á agregar... que también Cromwell decía tonteras y hacía grandes cosas, porque no es la inteligencia, sino la voluntad, el atributo esencial de los hombres de acción y de pensamiento. Aunque el personaje del campamento de Purificación... está muy arriba intelectualmente del nivel de mediocridad á que se refiere Mitre, la profunda observación... le es hasta cierto punto aplicable, porque efectivamente la voluntad fué siempre el atributo descollante en toda su larga y ardorosa campaña” (Acevedo I, p.205).

Para equiparar a figura de Artigas com a de El libertador, Acevedo cita, entre outros, um dos últimos escritos bolivarianos, logo após sua expulsão de Bogotá:

He sido víctima de mis perseguidores, que me han conducido á las puertas del sepulcro... Si mi muerte contribuye á que cesen los partidos y se consolide la unión, yo bajaré tranquilo al sepulcro. (Carta de Bolívar de 10/12/1830, citada em Acevedo I, p.25)

Para Acevedo, o mesmo martírio heróico sofrera Artigas – em formato de suplício, no exílio. E, novamente, o caudilho oriental sobrepõe-se também a Bolívar, pelo coração humanitário, imutável mesmo frente a um contexto beligerante (prenunciando Acevedo a conclusão de louvor máximo e exaltação, acima de todo e qualquer herói latino-americano, que fará de Artigas, no final do terceiro tomo de sua obra):

¡Triste suerte la de Artigas! Mientras él defendía la vida de los prisioneros, con más ahinco que la suya propia, casi todos los prohombres de la guerra de la independencia mataban sin piedad á los rendidos y algunos de ellos mataban hasta hartarse, como Bolívar. (Acevedo I, pp.387-8).

Acevedo, ao evocar os ocasos de San Martín e Bolívar, utilizou-se das visões já consagradas destes heróis para inserir seu discurso de exaltação a Artigas – acrescentando ao lado destes, portanto, o seu herói. Após retomar suas perseguições, conclui:

Basta de grandes injusticias. [Se aconteceu com San Martín e Bolívar] ... ¿cómo no había de ser estrangulado Artigas, el apóstol del régimen republicano federal, por la oligarquía monarquista que actuó casi sin solución de continuidad en el gobierno de las Provincias Unidas del Río de la Plata, desde 1810 hasta 1820? (Acevedo I, p.26)

Desculpado Artigas de ações sanguinolentas e comparada sua figura à dos grandes heróis, o que mais poderia ter proporcionado ataques furibundos ao caudilho, que obrigaram Acevedo a exercer sua advocacia? Os principais argumentos utilizados pelos detratores de Artigas, acerca de sua suposta personalidade imoral, e divididos primariamente em 3 instâncias – “derramamiento de sangre, confiscaciones de propiedades particulares y defraudación de rentas aduaneras” (Acevedo I, p.14) –, encontram-se distribuídos principalmente quando se trata de relatar sua atuação pré e pós-revolucionária.

As heróicas ações do período 1810-20, em que o caudilho teria combatido os inimigos dos interesses orientais e exercido o controle da Banda Oriental, não necessitam posteriores explicações – salvo quando foi, por algum autor detrator, taxado de excessivamente violento, cruel, desumano, sanguinário.

A seguir analisaremos como, a respeito destes dois momentos, o anterior e o posterior à insurreição artiguista, Acevedo intentou dissipar as contradições que rondariam a vida do caudilho.

### **A impostura do Artigas pré-revolucionário, segundo Acevedo**

A defesa do molde de perfeição do herói Artigas exigiu explicações quanto à sua vida no período anterior à Revolução. Isso porque, unanimemente, seus biógrafos o atestam como contrabandista de gado, durante o fim do século XVIII.

Acerca desta questão, as distintas abordagens quanto ao que representaria a incontestável prática da venda ilegal de gado por Artigas é que diferenciam, principalmente, os detratores dos panegiristas do caudilho. Segundo a relação estabelecida pelo libelista Cavia, por exemplo, Artigas foi um “capitán de bandidos, jefe de changadores y contrabandistas, ocupó todas las plazas en el rol de la iniquidad” (citado em Acevedo I, p.35). Para López, *Historia de la República Argentina*, “en esa escuela [do roubo de gados], como es sabido, se formó el famoso Artigas” (citada em Acevedo I, pp.478-9).

Entre os partidários de Artigas, portanto, houve a necessidade latente de desvincular o vocábulo contrabandista com o de bandido, fora-da-lei, ou justificar tais atos. Acevedo, especificamente, chega a afirmar a não necessidade de discorrer sobre essa questão: citando Juan Batista Alberdi – que, ao referir-se a Belgrano, disse ser inútil transcorrer sobre sua vida antes de 1810 –, Acevedo complementa que também “es inútil echarse á buscar

antecedentes relativos á la vida de Artigas, antes de su incorporación al movimiento activo del coloniaje y de la independencia” (I, p.132).

Mesmo assim, Acevedo remete-se à vida de Artigas ainda no século XVIII, cumprindo o papel de explorar todos os aspectos de sua vida – e afirmando, em sua visão idealista, que suas aptidões heróicas lhe acompanharam desde sempre.

Para isso, Acevedo compõe rapidamente o quadro familiar de onde se originara o prócer. Tanto o avô, Juan Antonio Artigas, como o pai, Martín José Artigas, são apresentados sob as mesmas características do rebento: Juan Antonio, espanhol, chefe de uma das sete famílias portenhas designadas a povoar Montevidéu em 1723, “como capitán de una compañía de milícias á caballo... inició en 1730 excursiones al interior [da Banda Oriental, partindo de Montevidéu] en defensa de los propietarios, contra los indígenas y malhechores” (I, p.134). Seguindo os passos do avô, setenta anos depois José Artigas protegeria os proprietários orientais, combatendo infiéis e malfeitores.

Já Martín José Artigas, componente do Cabildo de Montevidéu (como seu pai), também conquistou “el empleo de capitán de milícias, que era el cargo más alto á que podia aspirar los criollos de entonces”, e capitulou “heroicamente” frente a 600 portugueses, em 1776, por falta de víveres e munição – uma capitulação “con todos los honores de la guerra” (ibidem).

Composto o encargo de heroicidade congênita, Acevedo passa a relatar os primeiros anos da vida pública de Artigas, anteriores ao período em que ingressa o Corpo de Blandengues, um regimento militar espanhol em Montevidéu. Devido à quantidade de acusações sobre um suposto passado criminoso, Acevedo vê-se como obrigado a, pormenorizadamente, desvincular / justificar os atos de Artigas antes de se incorporar aos Blandengues. Em sua obra, realiza essa defesa de duas maneiras já exploradas: a primeira, alegando a falta de documentação por parte de libelistas como Cavia; a segunda, pela inserção do caudilho em seu meio. Para Acevedo, Artigas age normalmente ao contrabandear gado nos limites da Banda Oriental com o Brasil, como centenas de outros *gauchos*. O título do capítulo VIII, do tomo I, “Aislamiento de las colonias – El contrabando como ley de la época”, explicitamente apresenta a prática como natural, e até necessária.



Neste capítulo, Acevedo cita algumas representações de fazendeiros e comerciantes portenhos e montevidéanos de 1793 e 1794, dirigidas a autoridades espanholas e requisitando maior liberdade de produção e comércio de trigo e gado, bem como uma de 1809, escrita por Mariano Moreno (ambasado em Adam Smith e Jovellanos), defendendo o contrabando (o livre comércio da época) como único meio viável de adquirir bens importados e exportar os produtos platinos, durante as guerras napoleônicas.<sup>65</sup> Ao fazer essas citações, Acevedo estende a defesa de Artigas e enaltece as atitudes do caudilho: ao praticar o contrabando, Artigas enfrenta o domínio espanhol, burlando as leis metropolitanas – uma atitude pré-revolucionária daquele que libertaria os orientais também da opressão hispânica.

O pressuposto do desrespeito a leis metropolitanas é construído, aqui, em meio a um discurso que estabelecerá também a crise do sistema colonial e a fundação de uma busca pela soberania. O contrabando, na importação e exportação, aparece como “una profunda necesidad de la época, una verdadera ley de salvación común impuesta por las torpezas y las arbitrariedades del gobierno español” (Acevedo I, p.468).

Citando as defesas que Mitre, López e outros historiadores também realizaram do contrabando, Acevedo conclui favoravelmente a esta prática como “un medio irremplazable de vida, al que no debía ni podía aplicarse, en consecuencia, el criterio con que en la actualidad es encarado ese acto por todas las naciones y por todos los moralistas” (I, p.469). Desculpa-se Artigas, assim, de todos os encargos pejorativos que poderiam advir de sua prática contrabandista. Tal comércio, por estabelecer contatos com outros pontos do território americano, é inclusive elogiado, e constitui mais uma contribuição benéfica realizada pelo futuro chefe dos orientais:

---

<sup>65</sup> Nesse ponto, a citação de um trecho dessa representação escrita por Moreno serve também para Acevedo ressaltar as contradições deste herói argentino, pois ele refere-se à inabalável lealdade à Coroa espanhola um ano antes da Revolução de 1810: “La consideración en que más insiste el apoderado del Consulado de Cádiz y que hasta los pulperos repiten entredientes, es que concediendo á los ingleses lo comercio con las Américas, es de temer que á vuelta de pocos años veamos rotos los vínculos que nos unen con la península española... Yo me voy exaltando insensiblemente al ver la grave injuria que reciben estos pueblos por la menor sospecha de su fidelidad” (Moreno, “Representación de los hacendados de 1809”, em *Escritos de Mariano Moreno*, t.I, citada em Acevedo I, p.462).

... dadas las reglamentaciones industriales y comerciales vigentes, las colonias del Río de la Plata sólo podían vivir á expensas del contrabando; y el contrabando, lejos de ser vituperable, desempeñaba una función social de la más alta importancia, impidiendo la completa desaparición de poblaciones llamadas á adquirir gran desarrollo y dando sus únicos impulsos á la obra civilizadora de los núcleos urbanos.

(...)

Quiere decir, que si en su juventud hubiera realizado Artigas actos de contrabando, habría tenido que limitarse la historia á referir el hecho como una consecuencia fatal é ineludible del propio ambiente. (I, pp.495-6)

Uma última inculpação é desmentida dessa maneira por Acevedo – cumprindo aqui também o papel de assegurar a veracidade de seu relato, ao não esconder nenhum fato sobre a vida do caudilho:

En el período comprendido de 1792 á 1796, consta que Artigas estuvo procesado. ¿Por qué causa? Es lo que se ignora. La única noticia encontrada hasta ahora, es una frase incidental de una nota del marqués de Avilés,<sup>66</sup> según la cual Artigas se acogió al indulto concedido por Carlos IV el 22 de diciembre de 1795... Si Artigas hubiera sido procesado por alguna causa grave, Cavia lo hubiera revelado... el proceso debía ser por algo de muy poca monta. (Acevedo I, p.138)

A idoneidade de Artigas, anteriormente a 1797 (ano em que ingressa, ainda como soldado, nos Blandengues), é afirmada por Acevedo apenas pela falta de acusações de Cavia, relegando o motivo pelo qual haveria sido processado.

A admissão de Artigas a este corpo militar é alvo de outra polêmica; seus críticos lhe dirigem novos ataques, afirmando que Artigas foi forçado a ingressar nessa corporação para expiar diversos crimes que havia cometido contra a Coroa espanhola – o contrabando, assassinatos, etc. Acevedo, além de novamente mencionar a falta de documentos comprovando essas acusações, complementa:

---

<sup>66</sup> Gabriel de Avilés y del Fierro (1735-1810), vice-rei do Prata entre 1799 e 1801.

Es sencillamente absurdo que la autoridad española, tan celosa en todo lo relativo al honor de la milicia de línea, y tan prevenida contra los criollos, manchara desde su origen el brillo del Regimiento de Blandengues otorgando las charreteras de ayudante mayor á un bandido famoso, á un monstruo incomparable cargado de sangre y de robos.

(...)

[Artigas]... ingresó como soldado raso y... de ese modesto nivel fué subiendo por obra de sus servicios. [Assim, também]... a leyenda se derrumba, si se pretende que al temible jefe de una cuadrilla de asesinos que administra cuantiosos intereses de contrabando, se le haga cambiar de rumbo mediante el ofrecimiento de una plaza de soldado raso! (I, pp.37-8)

Nenhum documento, portanto, é apresentado para comprovar em que verdadeira instância Artigas teria sido contratado pelo governo espanhol. Terminar a exposição do assunto com asseverações favoráveis a Artigas apenas pressupõe que as segundas desmentiriam as primeiras; de maneira inversa – principiando pelos encômios, secundados pelas acusações –, novamente pode-se pensar como facilmente construir um processo de inculpação do caudilho.

Sobre o período, e para guiar a narrativa no sentido de exaltação final da personagem, começa a ser listada uma série de ações heróicas realizadas “com maestria” por Artigas, enquanto cumpriu seu dever de apaziguar a *campaña* oriental. Acevedo afirma que “antes de la creación del Regimiento de Blandengues, la campaña era teatro de toda clase de tropelías” (I, p.136); e cita um documento redigido por representantes “del cuerpo de hacendados del Río de la Plata”, de 18/02/1810, segundo o qual “se portó [Artigas] en ella [missão de perseguir os malfeitores da *campaña*] con tal eficacia, celo y conducta, que... experimentamos dentro de breve tiempo los buenos efectos á que aspirábamos” (citado em Acevedo I, p.138-9). Artigas ainda ganhou, desse grupo de orientais, uma gratificação de 500 pesos pelo seu desempenho.

Iniciada a Revolução de Maio de 1810, Artigas abandona seu posto de capitão dos Blandengues para trasladar-se a Buenos Aires: novo ensejo para a classificação de desertor por alguns de seus críticos, ou de indeciso – após maio, Artigas relutou durante um período até incorporar as tropas patrióticas. Aqui, novamente é utilizada a tática discursiva de desculpar o caudilho comparando-o com personalidades já consagradas, não discorrendo-se pormenorizadamente sobre o assunto:

Ninguna importancia tiene el hecho de que durante los primeros meses del movimiento revolucionario, siguiera Artigas en su empleo de ayudante de Blandengues. (...) San Martín y Alvear continuaron en la Península incorporados al ejército español, hasta un año después, sin que á nadie se la haya ocurrido decir que al regresar á Buenos Aires é incorporarse á las filas de la patria incurrieran en el delito de desertión que se increpa á Artigas. (I, p.39)

Desse modo, procurando desculpá-lo em todos os momentos necessários, qualquer das práticas de Artigas, antes de vencer a Batalha de Las Piedras (18 de maio de 1811, ato considerado iniciador de sua ação revolucionária), foram apresentadas como moralmente corretas, preparando o caráter daquele que guiaria heróicamente os orientais em sua batalha pela soberania política.

### **A impostura do Artigas pós-revolucionário, segundo Acevedo**

Em sua conferência acerca do culto de divinização nórdico, Thomas Carlyle afirmou:

... considerai o que o mero tempo faz...; porque se um homem foi grande enquanto vivo, torna-se dez vezes maior quando morto. Que enorme ampliador de *câmara escura* é a tradição! (...) ... em trinta ou quarenta anos, se não existissem livros, qualquer grande homem se tornaria *mítico*, uma vez que os contemporâneos que o tivessem visto, estivessem todos mortos. E em trezentos anos, e em três mil anos – ! (p.31)

Essa relação estabelecida entre a morte / heroificação (análoga à relação morte / consagração, delineada na introdução desse trabalho) pode também ser observada quanto ao trato historiográfico dispensado à morte de Artigas. A tradição cristã consagrou, no pensamento ocidental, o martírio como formato de produção semi-instantânea de heróis. O

herói que morre defendendo a causa não necessita de maiores justificativas por parte daqueles que o vangloriam; seus últimos momentos são co-estendidos a toda sua existência (“ele nasceu pra fazê-lo”); o herói é fundido à causa, falar a favor dele é falar a favor dela.

José Artigas foi destituído de seu cargo de chefe dos orientais em 1820, consolidada a anexação da Banda Oriental ao império lusitano, mas só morreu em 1850.

Em *O mito do herói nacional*, Paulo Miceli expôs alguns atributos que são geralmente coadunados a todo herói nacional, por parte de seus apologistas. Além da coragem artiguista e de sua perseverança frente às intempéries revolucionárias, o herói é comumente apresentado também nutrindo um orgulho nacionalista pelo resultado final obtido por sua pátria: a independência e soberania. No período histórico que percorre o princípio do século XIX ao princípio do XX, a luta de Artigas representa o início da série de transformações que culmina no Uruguai republicano, democrático e independente da época de Acevedo. Sempre almejando, com sua bandeira, o melhor para o povo oriental, o maior herói nacional não deixaria de aprovar as conquistas e etapas desse benéfico processo político.

Como se posicionou então o herói Artigas, segundo Acevedo, nesse percurso percorrido entre as décadas de 1820-50?

Em primeiro lugar, Acevedo interpretou a derrota de Artigas em 1820 como inevitável, pois seria impossível vencer, conjuntamente, as forças hispânicas, portuguesas e argentinas – a inevitável menção dessa derrota, em meio a infindas glorificações, também auxilia o processo de conferir legitimidade ao relato de Acevedo.

Instiga-nos pensar, contudo, o modo como agiriam os panegiristas de Artigas caso ele houvesse triunfado, dissipado a invasão estrangeira e consolidado seu governo, exercendo o controle do Uruguai até a ocasião de sua morte – isto poderia ser apenas, então, novo pretexto para congratulação do herói oriental.

Acevedo nos dá pistas sobre essa reflexão:

Si hubiera vencido, en el triunfo habría encontrado su instantánea rehabilitación histórica. Pero, cayó rendido en los campos de batalla, y la leyenda del ogro cobró nuevos bríos y ya pudo repetirse de boca en boca, sin que nadie arriesgara una réplica. (I, p.19)

... este “Alegato Histórico”... [revela] una tradición de glorias con rumbo á grandes destinos, de los que todavía se encuentran alejados los orientales, apresurémonos á decirlo, por efecto de factores personales de perturbación que jamás habrían llegado á actuar si Artigas hubiera salido triunfante en su gigantesca lucha de 1811 á 1820. (III, p.868)

No primeiro caso, Acevedo lamenta a derrota, que acabou por alimentar a *leyenda negra* artiguista – e, para refutá-la sob este aspecto, como já visto, Acevedo invoca as perseguições também sofridas por San Martín e Bolívar em seus territórios pátrios, equiparando a história de vida de Artigas a destes grandes heróis. Os casos são singularmente parecidos: nenhum dos três heróis morreu em campo de batalha, e suas ações nos períodos que compreendem do término de suas lutas a seus respectivos falecimentos foram utilizados, invariavelmente, como alvo das críticas de seus respectivos detratores (San Martín e Artigas, inclusive, morreram no mesmo ano, 1850, nenhum deles em seu país de origem).

No segundo caso, no último parágrafo de sua obra, Acevedo remete a culpa acerca das dificuldades contemporâneas uruguaias ao simples fato de Artigas ter sido derrotado, como se a vitória de sua luta houvesse de trazer a solução para todos os problemas econômicos, políticos e sociais vindouros no Uruguai.<sup>67</sup> Inversamente, a presença de Artigas é que assegurou o acertado caminho político adotado posteriormente pelas repúblicas do Prata – imaginando também Acevedo o que aconteceria em sua ausência, a adoção do sistema monárquico na região, e mesmo a continuação do regime colonial:

Suprímase á Artigas del escenario de la Revolución, en el período de 1811 á 1820, que es también el período de formación vigorosa de los pueblos del Río de la Plata, y las provincias argentinas habrían constituido lógica y naturalmente una monarquía, y no una monarquía autónoma, sino una monarquía tributaria de otras más fuertes que habrían reanudado con ligeras variantes el régimen del coloniaje español. (III, p.855)

---

<sup>67</sup> O vaticínio é estendido, por Acevedo, aos dois países: “No ha llegado todavía la República Argentina á realizar el ideal patriótico de Artigas. En el hecho, soporta el unitarismo dentro de los mismos moldes federales... Pero los obstáculos del camino, que no son particulares al régimen federal, sino que afectan todavía en toda la extensión de ambas márgenes del Río de la Plata á la verdad misma del régimen democrático, no amenguan los prestigios de esa bandera que enarbolaba Artigas...” (III, pp.859-60).

Lidando com os fatos, portanto, os historiadores uruguaiois se depararam com o herói Artigas não morto em campo de batalha. Seus feitos heróicos que possibilitaram o desligamento de Buenos Aires, durante a década de 1810, não necessitaram justificativas, apenas a menção e exaltação (aí os feitos “falaram por si”). Contudo, o período final de sua vida, seus últimos 30 anos, por parte de seus panegiristas, foi alvo de certa variação interpretativa.

O fato de Artigas não estar mais presente no Uruguai após 1820, e até sua morte, torna-se algo a ser justificado por seus panegiristas, até pela interpretação que foi realizada por críticos artiguistas como Mitre, para quem o caudilho abandonou “para siempre á su patria, á la que dejó en poder del extranjero cuya invasión había provocado con su política brutal” (*Historia de Belgrano*, citada em Acevedo I, p.93).

Além de se tratar da análise de um extenso período (inclusive no qual se efetivou a real independência e se prolongaram as lutas por um governo soberano), não se pôde quebrar, por parte dos que idealizaram sua figura, toda uma construção realizada até então, de sempre enaltecer os atos do caudilho. O ancião Artigas não podia não corresponder ao líder Artigas; não haveria justificativas para uma mudança de posição, ou elas entrariam em choque com uma exaltação final da personagem.

Nas primeiras páginas do primeiro tomo de sua obra, Acevedo cita um contemporâneo de Artigas, o uruguaio Andrés Lamas, que escreve em meados do século XIX, durante a reclusão paraguaia do caudilho:

En medio de la tormenta revolucionaria que aún nos sacude tan reciamente y que ha despedazado ó consumido los archivos públicos ó particulares, van desapareciendo también uno tras otro los actores de nuestras grandes épocas, sin haber gozado de la tranquilidad del hogar y del espíritu, que muchos de ellos esperaban para reducir á escritura los recuerdos, los conocimientos y las lecciones de que eran depositarios. (citado em Acevedo I, p.6)

A reprodução dessa afirmação, logo no início de sua obra panegírica, leva à conclusão de que, para Acevedo, se em três décadas Artigas não relatou suas desventuras, ele não pôde gozar “de la tranquilidad del hogar y del espíritu”. Algumas páginas à frente,

após expôr as críticas a Artigas presentes nas memórias do general Miller – onde afirma-se erroneamente, como já comentado, que o caudilho morrera em 1826, na Candelaria, aos sessenta anos de idade –, Acevedo complementa que “era tan notorio que Artigas estaba secuestrado por el dictador Francia á un centenar de leguas de ese punto y en toda la plenitud de su vida, como que recién falleció en 1850” (Acevedo I, p.65).

O impedimento ao livre arbítrio de Artigas, provocado por Francia, é uma afirmação de alguns dos biógrafos artiguistas; mas não existe documentação que comprove uma iniciativa no sentido de mobilizar, durante 30 anos, as ações de Artigas, para que ele não mais interferisse na política platina, como indica a afirmação de seu suposto seqüestro. Acevedo apenas cita outros panegiristas que apontam as causas de Artigas encontrar-se no Paraguai, após 1820 – evidenciando, por exemplo, a resignação artiguista, como destacada neste trecho do político uruguaio Domingo Aramburú: “Artigas... representa la resistencia indomable... que no pacta, ni transige jamás y que prefiere á ella la muerte violenta de las batallas y la proscripción eterna, esa muerte lenta y más amarga aún que la primera” (*El Siglo* de junho/1894, citado em Acevedo I, p.254).

Outros historiadores, como Bauzá, são citados por Acevedo por serem da opinião de que o ancião Artigas felicitou-se pelos desdobramentos posteriores da política uruguaia, fortalecendo a visão de um Artigas cívico, patriótico: “aunque vencido al fin y expatriado á las soledades del Paraguay, donde nuestra ingratitud lo dejó morir mendigante, pudo consolarse antes de entrar á la eternidad con el triunfo visible de sus ideas” (em *El Siglo* de junho/1894, citado em Acevedo I, p.255).

Sobre o assunto, e para manter o posicionamento encomiasta do caudilho, Acevedo afirma que mesmo os difamadores de Artigas tecem elogios sobre sua conduta, no Paraguai:

Es interesante agregar que cuando el ministro Washburn [autor da *Historia del Paraguay*], falto de sus ponzoñosas guías históricas, busca testimonios más serios, se encuentra obligado á dejar escapar frases de elogio de las altas condiciones morales del jefe de los orientales:

“En sus últimos años, después de la muerte del dictador [Francia], el Protector dejó sus cultivados campos, *testigos de sus obras de caridad nunca oídas en el Paraguay*, y se fue á Ibiráí, donde pasó sus últimos días.” Y como arrepentido de ese elogio agrega: “En su



juventud su vida había sido la de una bestia feroz que robaba y asesinaba por placer: en sus últimos años, era la misma bestia sin garras y sin dientes”. (Acevedo I, pp.81-2)

Sobre sua conduta política, Acevedo cita alguns decretos e cartas do ditador paraguaio José Gaspar de Francia que fazem referências a Artigas, escritos após 1820. Em uma carta datada de 12/05/1821, Francia, dirigindo-se ao comandante do Forte Borbón (hoje Forte Olimpo), menciona que Artigas lhe pediu permissão para refugiar-se em algum lugarejo paraguaio, e que foi “un acto no sólo de humanidad, sino aun honroso para la República [paraguaia] el conceder un asilo á un jefe desgraciado que se entregaba” (“Ofício ao comandante de Fuerte Borbón”, citado em Acevedo I, p.72).

Em um decreto de 03/08/1833 (citado em Acevedo I, pp.74-5), Francia chega a mencionar “el malvado caudillo de bandidos y perturbador de la pública tranquilidad José Artigas” como um conspirador contra seu governo, mas Acevedo recorda que tal decreto compõe um sumário jurídico para a tomada de posse dos bens do falecido coronel Manuel Cabañas, que apenas supostamente, junto com Artigas, tramava contra o governo paraguaio. Acevedo afirma que esse documento foi elaborado como desculpa para se confiscar a fortuna do coronel Cabañas, que morrera sem herdeiros, e completa:

¿Qué fe puede merecer el testimonio del dictador Francia, viciado por circunstancias morales y políticas que creaban un medio ambiente de profundas subversiones, en que el carácter, las doctrinas y las altiveces de Artigas debían inspirar las más grandes aprensiones y sobresaltos? (I, p.75)

Assim, nem o único documento que provaria alguma dissidência ou conspiração política por parte de Artigas, no período de sua reclusão, é aceito como válido por Acevedo.

Sobre as tentativas do governo oriental estabelecer contato com Artigas, neste período, Acevedo cita o editorial e um artigo da edição do jornal uruguaio *El Nacional*, de 22/09/1841. Após a morte de Francia, em 20/09/1840, iniciou-se uma campanha de repatriação do caudilho oriental. O artigo, escrito baixo o pseudônimo “Un soldado”, além de evocar o dever do então presidente em exercício, Rivera, de oferecer asilo a Artigas, dizia o seguinte:

El general don José Artigas á quien ella (la patria) debió su primer pensamiento de libertad... existe todavía en donde la adversidad lo condujo cuando sucumbimos ante la poderosa invasión portuguesa. (...) ... nególe el destino el placer de mirar nuestros días felices.

La tumba de Francia encerró, es verdad, los hierros que lo agobiaban... ¡Oh! Calculemos la dolorosa ansiedad con que el noble anciano espera esa prueba de justicia [seu pedido de repatriação] por parte de sus compatriotas...

La Providencia... que ha salvado su cabeza de la cuchilla sangrienta del Dictador [Francia]... quiere visiblemente que goce en ella [sua pátria] en serenidad y paz los últimos días que restan á la vejez. (citado em Acevedo I, pp.240-2)

A citação deste artigo, por parte de Acevedo, confirma algumas de suas teses: o pioneirismo de Artigas enquanto defensor da autonomia oriental; o infortúnio (e não a escolha) de sua reclusão no território paraguaio; sua inevitável derrota por conta do poderio das tropas portuguesas.

O editorial, escrito por José Rivera Indarte (o autor das famosas *Tablas de sangre*, caluniadoras de Rosas), também enfatiza a necessidade de promover a repatriação – e confirma a idéia de que injustamente Artigas estaria vivendo no Paraguai; que se regozijaria com a condição política uruguaia do período; e que deve ser desculpado de tudo aquilo que foi acusado em sua luta revolucionária:

El general Artigas volverá muy pronto á su país. (...) El general Artigas tan amante de su país, se complacería en verlo próspero, rico, temido, ilustrado, llamando la atención del mundo y presidido por el principal autor de tanta prosperidad y gloria [o presidente Rivera]... El general Artigas no puede terminar su vida desterrado. ¿Quién tiene derecho para condenarlo á tan doloroso castigo?  
(...)

No acusemos ni justifiquemos la vida revolucionaria del general Artigas. Nuestros nietos serán más imparciales jueces que nosotros. Dejemos á la época, á las circunstancias, á la tendencia irresistible de la Revolución, lo que es suyo; y acojamos con honor al glorioso vencedor de Las Piedras. (citado em Acevedo I, pp.243-4)

Esse último dado de Rivera Indarte é recuperado na tese de Acevedo, a de que o futuro lhe devotaria as devidas glórias, exíguas em meados do século XIX.

Outro testemunho contemporâneo citado por Acevedo, postumamente à morte de Artigas, diverge quanto ao motivo que deteve o caudilho no Paraguai. Trata-se do artigo do político argentino Juan Francisco Seguí (filho), publicado no dia 14/03/1860 em *El Nacional Argentino*, de quem era diretor na época:

... el héroe oriental don José Gervasio Artigas... acabó su existencia en su ostracismo voluntario en el Paraguay... cuya memoria ha honrado dignamente el gobierno oriental, ordenando pomposos funerales á los manes del héroe y ordenando la traslación de sus restos á la tierra patria, donde descansan hoy con la sencilla y gloriosa inscripción siguiente: *Artigas, fundador de la nacionalidad oriental*.

El general Artigas es el Bolívar del Uruguay. (citado em Acevedo I, pp.248-9)

Seguí é citado, obviamente, pelo modo como elogia Artigas e o compara a Bolívar. Acerca dessa outra interpretação, o “ostracismo voluntario” do caudilho no Paraguai, Acevedo compõe todo um capítulo, “Artigas en el Paraguay”, no último tomo de sua obra.

Nele, afirma-se que a falta de contato de Artigas com quaisquer outras pessoas acompanhava o divórcio do Paraguai com o resto do planeta, obra do ditador Francia. O perfil de Artigas é traçado como o de um ancião serviçal, humilde e liberal – entre outras atitudes altruístas, Acevedo relata a distribuição da pensão de 32 pesos, concedida por Francia a Artigas, aos menos favorecidos da região de Curuguaty, onde se estabeleceu como *chacarero*. Acevedo cita quatro obras que se referiram ao ancião Artigas como “padre y protector de los pobres” de San Isidro Labrador de Curuguaty: *Ensayo Histórico sobre la Revolución del Paraguay*, da dupla Rengger e Longchamp; João Pedro Gay em *La República Jesuítica del Paraguay*; Deodoro de Pascual em *Apuntes para la Historia de la República Oriental*; e Antonio Zinny, no apêndice à obra *Historia de las Provincias Unidas*, do deão Funes.

O estilo de vida agrícola, durante sua reclusão no Paraguai, não destoava de um imutável ideário artiguista, como “el primer Gobierno oriental surgido del Congreso de abril de 1813, había buscado en la agricultura la reacción contra la miseria de la campaña, respondiendo á entusiasmos é iniciativas adquiridas por Artigas al lado de su jefe el gran naturalista don Félix de Azara”, em fins do século XVIII (Acevedo III, p.832). Para Acevedo, o idealizado ancião Artigas de 1820-50 pensava como o chefe dos orientais do

período 1811-20, e como o jovem Artigas de um período muito anterior à revolução, em que aprendera a priorizar a agricultura enquanto a mais fundamental indústria.

O fato da morte de Artigas ter ocorrido em território paraguaio também foi alvo de análises contraditórias. Apesar de, hoje, os restos mortais de Artigas repousarem sob o gigantesco monumento da Plaza Independencia, em Montevideu, o caudilho não retornou ao território oriental em vida. O motivo para que escolhesse permanecer no Paraguai – frustrando a campanha de repatriação do *El Nacional* –, segundo documentos em que expressa essa vontade a autoridades paraguaias, era sua avançada idade, e o fato de ter-se acostumado já à sua nova moradia e estilo de vida.

A divergência quanto à interpretação desse fato serve de parâmetro para a análise da postura teórica de Acevedo. Por uma diligência do então presidente Rivera, duas cartas foram enviadas a Artigas, oferecendo-lhe asilo em Montevideu. “Artigas devolvió, sin enterarse siquiera de su contenido, los dos pliegos del presidente Rivera, y reiteró á las autoridades paraguayas su propósito de morir en el ostracismo” (Acevedo III, p.836).

Qual a explicação para essa atitude de Artigas – além do evocado pelo próprio caudilho, sua avançada idade? Segundo as memórias do cel. Ramón Cáceres, a deserção de Rivera em 1820, após a batalha de Tacuarembó, foi um grande golpe para Artigas, que o tinha como tenente favorito, e que, precipitando tal deserção a derrota da causa artiguista, o caudilho nunca a teria perdoado.

Acevedo diverge dessa explicação. Frutuoso Rivera (1784-1854), enquanto primeiro presidente uruguaio, exercendo por mais duas vezes tal encargo, um dos principais líderes do movimento independentista dos 33 *Orientales* (ao lado de Lavalleja e Oribe), fundador do Partido Colorado, é considerado também grande benfeitor nacional, enquanto uma das personalidades que possibilitou a garantia da soberania oriental – um herói, portanto. Por isso, Acevedo minimiza o fato da deserção de Rivera, não implicando o desentendimento dos dois heróis orientais como uma mancha para a história uruguaia:

Todos los hombres culminantes de Montevideo habían abandonado las banderas de la Patria para plegarse á la conquista portuguesa, cuando la campaña estaba sobre las armas defendiendo heroicamente el territorio nacional. La actitud de Rivera, ya en las postrimerías de la legendaria lucha, era simplemente la última victoria de esos prohombres... (III, p.837)

Deixando de lado o fato do suposto rancor nutrido por Artigas a Rivera, o rechaço artiguista é explicado então, por Acevedo, pela tristeza com que ele observava a guerra fratricida que opunha *blancos* e *colorados* (a chamada Guerra Grande, que durou de 1839 a 1851), mesmo não existindo qualquer documento que mencione uma tomada de consciência acerca da política oriental pós-1820, por parte de Artigas, ou afirme essa desilusão com o convulsionismo uruguaio por parte do outrora chefe dos orientais.

Por essa saída – mencionada por Acevedo, mas não documentada –, o autor se exime de comentar a desavença entre dois grandes heróis nacionais. Acevedo diz que se esmerou em procurar, entre os uruguaios da época, o impacto dessa escolha de Artigas – “hemos buscado inútilmente en la prensa de la época el eco de esta resolución de Artigas” (III, p.836) –, e que o silêncio dos diários de Montevideú evidenciam que a resposta de Artigas não chegou a ser conhecida na época, ou que, a conhecendo, quis-se preservar a imagem do presidente Rivera, não divulgando-se a recusa.

Para chegar à conclusão do desapontamento de Artigas, em 1841, com os desdobramentos políticos orientais, Acevedo remete-se a uma publicação do diário montevidéano *El Constitucional* de 1º/07/1846, que reproduz declarações que Artigas teria dirigido a seu filho, José María Artigas, no mesmo ano, em uma visita à região de Yguialú, última morada do caudilho – a remissão da autoria destes escritos a José María Artigas é confirmada por Isidoro De-María, diretor do periódico na época, em seu *Compendio de la Historia*.

Nessas declarações, afirma-se que “el dolor que le causaban [a Artigas] los males de una guerra fratricida [em 1820] y prolongada por los infelices pueblos flagelados por ella, tuvo tal poder en su corazón, que le decidió á abandonar todo y buscar un asilo en la provincia del Paraguay” (citado em Acevedo III, p.838).

A transposição integral desse posicionamento artiguista, de 1820 a 1841, é realizada por Acevedo através de conclusões próprias, não porque o caudilho o afirmou a seu filho, em alguma outra carta ou documento. Em contrapartida, a única informação contida em

documentos de 1841, que poderia extrair-se sobre o assunto, é que Artigas se achava já em avançada idade, e queria permanecer na localidade em que já se acostumara.<sup>68</sup>

Ao fazer tal transposição, e analisando também os últimos momentos de Artigas, Acevedo garante a abordagem de toda sua vida e a reafirmação da imutabilidade da conduta e pensamento do chefe dos orientais, que permaneceu – embora inconformado com a guerra civil oriental ainda travada em 1850 – interessado àquilo que se referia à vida do povo pelo qual liderara toda uma revolução.

### **Recepção e difusão da visão idealista**

“Artigas, según las pruebas que hemos presentado, es el personaje más alto de la Revolución americana”, afirma Acevedo em suas “Conclusiones” do último tomo, pelas cinco bandeiras que defendeu ao longo de sua luta revolucionária: o republicanismo (“sólo Artigas tenía fe en la república”, contra toda a corrente monárquica); a soberania (resumida no subcapítulo “La soberanía popular y la dictadura gubernativa” – portenha, vale dizer); o federalismo (derivado do sistema norte-americano, e contra o centralismo portenho); o nacionalismo oriental (“como Jefe de los Orientales, puso á contribución todas las extraordinarias cualidades de que estaba dotado para formar un pueblo de grandes tradiciones propias y de vigoroso relieve internacional”); e o humanismo, resumido no subcapítulo “La bandera de Artigas era de humanidad y de orden” (III, p.848-65).

---

<sup>68</sup> Também o fato de Artigas não querer retornar para a cidade de Montevideu, para um centro urbano, é referido em um “artículo necrológico” de *El Paraguayo Independiente*, de 28/09/1850: “El general Artigas no amaba las ciudades: aun en su vejez quería la libertad de los campos, la expansión de los horizontes, la vida de su juventud; en consecuencia, fué acomodado en una chacra de la vecindad de esta capital, donde ha finalizado sus días el 23 del corriente á los treinta años cumplidos de haber entrado á la Asunción” (citado em Acevedo III, p.844).

Tal pensamento de exaltação frente a qualquer outro herói da região, comparado aos grandes da história de humanidade, encontrou eco em discursos nacionalistas que almejavam exaltar também o Uruguai como uma das grandes nações do globo – a crença no mesmo “vigoroso relieve internacional”.

Analizando as obras publicadas sobre Bolívar do mesmo período em que escreve Acevedo (e que praticamente anseiam, dentro de um mesmo contexto historiográfico, consolidar a figura de El Libertador na Venezuela), o historiador Nikita Harwich observou que, “paradójicamente, la consagración de Bolívar como *alfa y omega* del discurso patrio venezolano [na virada dos séculos XIX-XX] inauguraría una ruptura, en términos de producción historiográfica, entre una *vulgata*, repetida y reproducida a la manera de un credo y la dinámica evolutiva de las interpretaciones acerca de su figura, personalidad y actuación” (“Un héroe para todas las causas...”, p.12). O mesmo poderia-se dizer de Artigas e da obra de Acevedo<sup>69</sup> que, inserida neste período, auxilia a consagração da figura de Artigas como pai da nacionalidade uruguaia e, ao mesmo tempo, é procedida por estudos que intentam evoluir as interpretações acerca do papel desempenhado pelo caudilho.

Todas as obras compostas sobre Artigas, em meados do século XX, utilizaram-se dessa obra fartamente documentada de Acevedo, ou de *La epopeya de Artigas*, de Zorrilla de San Martín, e da visão idealista propalada por ambas. Tal visão cumpria o aspecto de eleição de um grande herói para o Uruguai e, a partir da consolidação do eleito, glorificação de todos os aspectos desejáveis para o país na figuração de Artigas: a ordem reverberada na constância do caudilho, a justiça presente nas decisões artiguistas e etc., bem como os cinco aspectos elencados por Acevedo: republicanismo, federalismo, soberania, nacionalidade (também enquanto fraternidade) e humanismo.

A farta documentação e a pormenorização dos assuntos tratados por Acevedo também cumpriram o papel de encerrar algumas problemáticas acerca da vida de Artigas. Como evidenciado na Venezuela por Nikita Harwich, essas duas obras panegíricas, publicadas no início do século XX, encerram momentaneamente o ciclo de debates acerca de determinados assuntos – como o contrabando praticado por Artigas ou sua reclusão paraguaia – na historiografia uruguaia, e abrem caminho para a produção de obras que,

---

<sup>69</sup> Ou de San Martín, e da notoriedade e repercussão da *Historia de San Martín* de Mitre, na Argentina.

discorrendo sobre a pátria e a importância dos heróis uruguaios, já não se colocavam a necessidade de discorrer sobre a legitimidade de Artigas enquanto seu prócer máximo – e refutar a *leyenda negra* de Cavia, por exemplo.<sup>70</sup>

Analisando-se as bibliografias da historiografia uruguaia, percebe-se a maior popularidade de *La epopeya de Artigas*. Essa obra é acusada, por Acevedo, de plagiar a sua, na única nota de rodapé de seus três extensos tomos:

Al corregir estas pruebas de imprenta [em 1910], sale á circulación “La Epopeya de Artigas”, del doctor Zorrilla de San Martín, en que están reproducidas todas las fuentes de nuestros dos primeros volúmenes con ligeras variantes de forma, ó exacta y textualmente como nosotros las hemos extractado... ó traducido de las publicaciones en inglés. (...) Los dos primeros tomos de nuestro Alegato, que el doctor Zorrilla ha tijeado en esa forma, entraron en circulación en noviembre de 1909, es decir, un año justo antes de la publicación de “La Epopeya de Artigas”. (...) ... en galeras de linotipia, ... el doctor Zorrilla nos entregó [uma das edições de sua obra] para que le diéramos opinión y que todavía conservamos en nuestro archivo, constituyen la mejor prueba del enorme poder de endósmosis de la edición definitiva, realizado á expensas de la documentación de nuestro Alegato, que, sin embargo, no ha merecido una sola referencia del autor de “La Epopeya de Artigas”. Y perdónesenos esta nota, impuesta por una regla histórica que nos ha obligado á citar todas las fuentes anteriores de información... (III, p.850)

Tanto Acevedo como Zorrilla, portanto, apresentaram o mesmo Artigas aos uruguaios do início do século XX: discursivamente, um herói perfeito. Em momento algum é feito *mea culpa* de qualquer das ações artiguistas por estes autores, apenas uma alternância entre exaltações e defesas do caudilho;<sup>71</sup> tudo realizado por Artigas (e pelo artiguismo, e por seus subalternos) foi coroado com perfeição heróica e, ao mesmo tempo, seus

---

<sup>70</sup> Ou, inclusive, não discutir o papel funcional e facilitador dessa atribuição de todo o encargo da versão difamadora para Cavia, dirimindo a culpa de historiadores argentinos como Mitre e López.

<sup>71</sup> O esquema de *Alegato*, de eterna defesa das ações artiguistas, que se consagrou por possibilitar a imaculação do herói, instigando-nos a pensar que atitudes diversas assumidas por Artigas haveriam sido também desculpadas, quando comentadas por Acevedo, por Zorrilla, ou outros que usaram as premissas destes dois escritores uruguaios como base teórica – como, por exemplo, se Artigas, fatigado da guerra contra os portugueses, houvesse se rendido à tentação da incorporação argentina; ou como teria sido congratulado se, do Paraguai, aceitasse a proposição de retorno à sua pátria natal.



opositores apresentados sempre como tiranos, vilões, que devem ser imperfeitos em tudo aquilo que praticaram. Tal é a configuração e apresentação idealista de um herói imaculado, sobre-humano.

Essa visão foi desenvolvida e apresentada em uma época particularmente decisiva para o Uruguai, a ascensão política do *batllismo*. Derivada do nome de seu mentor, o presidente José Batlle y Ordóñez (1856-1929), que governou o país entre 1903-7 e 1911-5, essa política do Partido Colorado uruguaio tentou modernizar o Uruguai, através da adoção de várias medidas políticas como a garantia do monopólio estatal a setores primários da economia, a reformulação e extensão de direito civil e a secularização dos encargos sociais – medidas que consolidaram a supremacia política do pensamento urbano, capitalista e desenvolvimentista contra o conservador campesino, defendido pelo Partido Blanco.

A visão panegírica de Artigas corrobora alguns desses posicionamentos políticos – como a refutação do estrangeiro e exaltação dos interesses pátrios, próprios do país – explicando-se também a boa recepção dessa visão no período subsequente.

Por fim, é interessante observar que, justamente sobre a questão pátria, Acevedo refreia a extensão de alguns panegiristas de Artigas. Frente àqueles que lhe imputam o encargo de fundador da ROU (República Oriental del Uruguay), Acevedo diz que, sobre a separação efetivada da região, após a Guerra da Cisplatina, “Artigas no había aceptado antes y no habría aceptado jamás en su noble obsesión de constituir la gran federación del Plata” (III, p.864). Artigas, segundo Acevedo, foi o *pai da nacionalidade oriental*, não o consolidador da nação:

Una sola cosa no hizo Artigas: estimular entre sus compatriotas la idea de segregarse de las Provincias Unidas para organizar una república independiente. [Teria pensado nisto,] Si hubiera sido un caudillo del molde común...

... [Artigas] no es el fundador, ni siquiera el precursor de la “República Oriental”, que á ese título ni podría ni debería erigirle estatua alguna, sin falsear la verdad histórica plenamente documentada en el curso de este Alegato. (III, pp.863-4)

Acevedo complementa que, nem por isso, precisam se preocupar os orientais, que isto não diminui de modo algum o prestígio da personagem e sua importância patriótica – e

que, de maneira mais justa, deveria-se “alzar la vista hasta Washington para el estudio comparativo del Jefe de los Orientales y Protector de los Pueblos Libres!” (III, p.868).

O capítulo seguinte trata das concepções, sobre a conduta artiguista, que apresentaram os historiadores uruguaiois da década de 1950, bem como a apropriação que fizeram dessa visão panegírica defendida por Eduardo Acevedo.

## Capítulo 3

### ARTIGAS NO CENTENÁRIO DE SUA MORTE

“Sólo Artigas – es la única conclusión posible – pudo ser Artigas.

Sólo Artigas tuvo genio para ser Artigas.”

Manuel Flores Mora<sup>72</sup>

Exatamente um ano antes do centenário da morte de Artigas, foi redatado um primeiro projeto de lei que idealizava como seriam realizadas as comemorações da data solene. No dia 13/12/1949, foi apresentado à Câmara dos Senadores<sup>73</sup> pelo senador, advogado, professor e historiador Gustavo Gallinal (1889-1951), que havia participado da redação da constituição uruguaia de 1917 e da criação do Archivo Artigas, em 1944.

Entre diversos empreendimentos – como concursos públicos de livros e obras de arte, exposições, impressão de selos e cunhagem de moedas comemorativas –, o projeto de lei previa:

A la labor oficial se deberá unir la de las Instituciones privadas que la Ley podrá fomentar, especialmente la prensa y la radio para hacer comprender al pueblo en una verdadera cruzada artiguista, la deuda enorme que la democracia rioplatense tiene para con el protector de los Pueblos Libres.<sup>74</sup>

---

<sup>72</sup> “Los secretarios de Artigas”, p.246.

<sup>73</sup> Presidida, na ocasião, por Eduardo Blanco Acevedo, e composta também por Eduardo Acevedo Álvarez – respectivamente, sobrinho e filho do autor do *Alegato Histórico*.

<sup>74</sup> “Proyecto de ley con exposición de motivos del senador dr. Gustavo Gallinal por el que se dispone que el Poder Ejecutivo nombre una Comisión Nacional que organice los actos a realizarse como conmemoración de

Conforme mencionado no capítulo anterior desta dissertação, como parte dessas manifestações extra-oficiais de celebração, uma série de artigos publicados diariamente no jornal *El País*, ao longo do mês de setembro de 1950, sob os cuidados do historiador Edmundo Narancio,<sup>75</sup> procurou também contribuir com o conjunto de homenagens ao caudilho.

Em 1951, tais estudos foram compilados e editados sob o título *Artigas: Estudios publicados en “El País” como homenaje al Jefe de los Orientales en el centenario de su muerte*. A reedição desses textos mostra-se apenas como mais um exemplo de amplitude da importância adquirida pelo caudilho em meados do século XX e ao desejo de perpetuação de sua imagem como a do pai da nacionalidade oriental / uruguaia.

Antes da análise propriamente dita ao modo como Artigas foi apresentado por estes escritores, delinearemos alguns aspectos da intencionalidade de tal projeto.

### ***Plan de la obra***

A escrita de um texto-artigo, a ser publicado em um jornal de circulação nacional como *El País*, acabou por representar a tarefa (aos diversos escritores e historiadores convidados) de produzir, em poucas páginas, uma síntese do pensamento pessoal sobre determinada característica da trajetória artiguista ou das revoluções que aconteciam na região.

---

dicha fecha”, em República Oriental del Uruguay – Cámara de Senadores, *José Artigas: Homenaje nacional en el centenario de su muerte...*, p.6.

<sup>75</sup> Edmundo M. Narancio (1916-2001) publicou diversos estudos sobre Artigas e a história uruguaia, sendo sua obra mais famosa *La independencia de Uruguay* (1992).

Diferentemente de uma obra histórica, portanto, espaço em que as questões acerca do caudilho poderiam ser estendidas e pormenorizadas,<sup>76</sup> no jornal apresentaram-se sínteses do que se considerou mais importante apresentar a um público grande e generalizado,<sup>77</sup> mesmo por questões de delimitação espacial – uma exposição “tal como hoy lo vemos, por medio de estudios escritos en lenguaje llano, sin aparato erudito; brevemente: para que todo el mundo los entienda” (Narancio, “Plan de la obra”, p.6).

Esse aspecto principal – a apresentação breve do que efetivamente se gostaria de inculcar, no imaginário coletivo uruguaio, sobre Artigas – será levado em conta ao serem analisadas tais produções.

Em 1950 os escritores uruguaios já predispunham, evidentemente, de diversas obras escritas sobre Artigas e o artiguismo. Na abertura da edição de compilação dos textos de *El País*, Narancio adverte:

Pero es indudable que no cabía en estas páginas la reproducción de esos magníficos ejemplos de nuestra literatura histórica [se refere a Acevedo, Zorrilla de San Martín, etc.] por ajustada que fuera la selección de los textos; un homenaje como el que organiza EL PAIS se nos ocurrió que debía ser algo así como la concreción del pensamiento histórico que, sobre “El Prócer”, tiene nuestra generación, al tiempo de cumplirse el centenario de su muerte; que hiciera caudal en las opiniones y comprobaciones anteriores, pero aportando lo nuevo que la investigación ha agregado y exponiendo nuestra particular concepción de su figura histórica. (“Plan de la obra”, *idem*)

Os pontos aqui levantados por Narancio são claros: não se iria simplesmente reproduzir os estudos já consagrados, nem se tratava de refutá-los, mas de agregar aos beneméritos estudos do passado (o respeito a esses estudos é explícito) a visão complementar dos historiadores do presente.

---

<sup>76</sup> A maioria dos autores já havia publicado algum livro sobre Artigas ou sobre o período revolucionário, como será mencionado à medida que forem sendo citados.

<sup>77</sup> Grande, segundo Narancio: “Desde las primeras ediciones los estudios tuvieron una acogida sin precedentes, a tal punto que se agotaron y fué necesario tirar dos suplementos especiales los días dieciséis y veintitrés de septiembre [de 1950]” (“Al lector”, p.5).

A reunião dos textos destes historiadores uruguaios, elogiando os discursos e ações de Artigas, cumpre, portanto, neste momento de memorização do centenário de sua morte, não mais a função de torná-lo unânime (engrandecendo uma figura que necessitasse algum reparo), mas desenvolver outros aspectos de sua vida e obra, asseverando tal unanimidade enquanto se celebrasse a data festiva. Comentando, no último artigo da coletânea, a proporção do valor adquirido por Artigas, o historiador Petit Muñoz afirma que sua magnitude e da ocasião impelem a analisá-lo sob certo resguardo, para que não se mitifique o mesmo herói:

El sacudimiento apoteótico que a nuestro pueblo le ha traído la conmemoración del centenario de la muerte de Artigas, ha dado a su personalidad... la potencia de sugestión de un mito de incontrastable fuerza subyugante, a la cual el análisis no se atreve a juzgar en el plano de lo humano y para que se intentan por ello, inconscientemente, nuevas medidas de valoración. (“Valoración de Artigas”, p.299)

Neste capítulo será analisado, portanto, sob quais novas medidas de valorização foi exposto o caudilho uruguaio em 1950, e em que intensidade a produção anterior sobre Artigas (e a visão do Artigas propalada por ela) foi assimilada.

Um último apontamento será feito quanto à nomenclatura do grupo que compõe este corpo de escritores convidados a homenagear Artigas em *El País*. Embora exista um termo consagrado, na historiografia uruguaia, como a “generación del 45”, nos referiremos aos autores aqui mencionados como um grupo separado, já que a “generación del 45” designa um grupo de pensadores ligados às publicações do periódico esquerdista *Marcha*, editado entre 1939 e 1974 – quando foi fechado pelo governo ditatorial de Juan María Bordaberry.

À “generación del 45” – composta por Mario Benedetti, Eduardo Galeano, Arturo Ardao, entre outros –,

Se la llamó con diferentes nombres que sobreviven hasta hoy. Para algunos fue la “Generación crítica”, para otros la “Generación de Marcha” y para otros la “Generación de 1939” (el año en que ese semanario empezó a publicarse). Pero el nombre que terminó por imponerse fue el que acuñó Emir Rodríguez Monegal: “Generación del 45”. La fecha señala el momento aproximado en que varios intelectuales con perfiles diferentes empezaron a ser identificados como miembros de un grupo que tenía un programa de trabajo común.

En rigor no fue una generación sino, como prefiere decir Ángel Rama, varias “oleadas” de intelectuales. (Silveira, p.6)

Dentro destas “oleadas” de intelectuais ligados ao *Marcha*, encontramos apenas Carlos Maggi e Manuel Flores Mora também entre aqueles que foram convidados a escrever um artigo para o *El País*, recorrendo sobre algum aspecto da trajetória artiguista. Por isso, utilizaremos outras denominações ao grupo convidado a escrever, em 1950, um artigo sobre a vida e os feitos de José Artigas – como “grupo de *El País*”, ou outra terminologia correlata.

### **Papá Artigas**

O senador Gustavo Gallinal, que foi convidado a escrever uma introdução para a compilação de artigos, afirma nela que já “pierde valor la discusión de si [Artigas] fué fundador o precursor de la nacionalidad oriental. El título no interesa; la historia uruguaya sería incomprensible sin él, y también nuestra vocación democrática” (“Prólogo”, p.8).

Gallinal permite-se o menosprezo ao aspecto da titulação, neste período, por conta da já consagração alcançada por Artigas – talvez a questão fosse mais relevante durante a época de Acevedo, durante a busca de reabilitação do caudilho. Inabalável permanece, também, a associação de diversos destes escritores à vocação democrática uruguaia, iniciada por Artigas, bem como a idéia de inconcebível dissociação da história pátria com a do caudilho – aspectos que poderiam ser alvo de polêmica, mas que se apresentam como assuntos de discussão já finalizada para Gallinal, por exemplo.

Por conta desta não necessidade de afirmação e reabilitação, é sobre um novo ângulo que o caudilho Artigas será apresentado no centenário de sua morte, diferentemente então da perspectiva sob a qual o interpretou a geração de Acevedo.

Mesmo sob a indiscutibilidade acerca da grandiosidade de Artigas no Uruguai de meados do século XX – como demonstrado na frase que serve de preâmbulo a este capítulo, do político e escritor Manuel Flores Mora (1923-1985) –, alguns autores irão rejeitar, com diferentes intensidades, a visão panegírica que idealizava totalmente o herói – próxima à do herói mitificado de Carlyle. Gallinal se mostra contra a visão do historiador inglês, embora demonstre o respeito devido à Zorrilla, que reproduziu alguns dos aspectos de seu idealismo heróico:

De la Epopeya que escribió Zorrilla de San Martín, para mí obra cumbre de la literatura histórica nacional... no me gustan las interpretaciones tomadas del brumoso libro de Carlyle sobre lo heroico en la historia. El patetismo copioso, y las efusiones sentimentales y las declaraciones ampulosas conducirían a falsear su figura severa [de Artigas]. (p.7)

Ainda assim, feita essa ressalva, a interpretação de Gallinal segue a linha da reprodução de uma visão de heroicidade máxima presente em Artigas, demonstrando que a negação da visão idílica não impede a apresentação de um herói supremo. A condução heróica do caudilho e sua relação de proximidade com os demais uruguaios e americanos (correspondente ao valor idealista do amor fraterno entre herói e cidadão) são aspectos também evidenciados pelo senador, por exemplo:

... en cualquiera calle, en cualquiera plaza de cualquiera ciudad de América en que se sitúe su efigie de bronce los pueblos que pasen a su lado lo reconocerán como uno de los suyos, uno de los guías y orientadores que desde el fondo del pasado les señalan los caminos de la libertad y de la justicia. (p.8)

Muitas outras são as demonstrações, dentre os artigos publicados em *El País*, que provam essa tensão entre a glorificação máxima e as ressalvas contra a apresentação de um herói mítico – para não incorrer no perigo alertado por Petit Muñoz. O resultado, porventura, consta da perpetuidade de aclamação ao *Jefe de los Orientales* e uma coextensiva capacidade do grupo de *El País* de também adaptar suas interpretações, de fatos e documentos, apresentando unilateralmente o maior herói nacional e sua luta com os contornos mais harmoniosos possíveis.



Tal inclinação expõe-se no artigo de Carlos Maggi,<sup>78</sup> “‘La Redota’ (El Éxodo)”. Comentando a migração oriental de 1811-2,<sup>79</sup> seu “sacrificio, la fuerza espiritual y el amor con que se cumpliera” (p.64), e mesmo citando depoimentos que atribuem a migração pelo medo que o povo sentiu da retaliação dos exércitos espanhóis e lusitanos, Maggi insiste na espontaneidade do movimento pela vontade determinada do povo em seguir o prestigioso Artigas. Maggi cita como o próprio caudilho comentou essa decisão dos orientais, em uma carta a Alvear:

... hice uso de cuantos medios estaban a mi alcance para evitar la emigración asombrosa de los vecinos y familiares que me seguían, considerando los embarazos que presentarían para la actividad de mis marchas, las dificultades y tropiezos que ellas mismas deberían de experimentar y los pocos auxilios que yo podía ofrecerles...; no perdoné diligencia alguna para persuadir a todos de los beneficios de la permanencia en sus hogares... (Artigas citado em Maggi, p.63)

O fato de Artigas não concordar com o seguimento dos orientais a seu destacamento militar é interpretado positivamente por Maggi, como um ato de preocupação por parte do caudilho, sendo descartada qualquer reflexão acerca de uma falta de lealdade que esse seu posicionamento pudesse representar.

Outro historiador que demonstra essa capacidade de adaptação, interpretando alguns acontecimentos como resultantes de algum posicionamento de Artigas (mesmo que a relação não seja documentalmente demonstrada), é Edmundo Favaro (1907-1957) – que, no mesmo ano de 1950, havia publicado um ensaio sobre um dos deputados artiguistas, intitulado *Dámaso Antonio Larrañaga: Su vida y su época*. Assim Favaro comenta a eleição que compôs, em 1813, entre os orientais, um governo provisório para a *campaña*:

---

<sup>78</sup> Nascido em 1922, o advogado, teatrólogo e escritor Carlos Maggi (ainda colaborador de *El País*) publicou diversas obras de caráter histórico, ficcional e ensaísta – como, respectivamente, *Artigas y su hijo el Caciquillo* (1991), *Cuentos de humor-amor* (1967) e *El Uruguay y su gente* (1963).

<sup>79</sup> Migração de grande parte dos habitantes da Banda Oriental até a região de Ayuí (na atual província de Entre Ríos, Argentina), conduzidos por Artigas – fato considerado pela historiografia uruguaia como marco inicial do processo de consolidação de sua nacionalidade, pela escolha realizada pelos migrantes de se colocarem sob a proteção de Artigas, não dos portenhos ou da Montevideu realista, neste momento.

Es curioso observar que en el acta de elección se eliminaron los cargos militares y eclesiásticos de sus miembros [as palavras “padre”, “capitão”, “doutor” etc., que antecedian os nomes]... posible influencia del caudillo, quien más adelante habría de dictar aquella frase notable que lo caracterizara: “Los títulos son los fantasmas del Estado”. (“El Congreso de Abril”, p.81)

A “posible” conjectura apresentada aqui por Favaro também estende-se a outros momentos, descrevendo a hipotética vitória, *se* os deputados artiguistas a tivessem ingressado, do partido federalista na Assembléia Constituinte portenha, “que hubiera triunfado decididamente de haber integrado la Asamblea la representación oriental” (p.84).

O arqueólogo suíço radicado na América Latina Daniel Hammerly Dupuy,<sup>80</sup> no artigo “Rasgos biográficos de Artigas en el Paraguay”, igualmente aventura-se a conjecturar desdobramentos “indudables” da história regional, sempre em consonância com a visão panegírica do caudilho:

Si la revolución de Yegros [o capitão Fulgencio Yegros, amigo de Artigas] hubiese triunfado [no Paraguai, em 1820], es indudable que Artigas habría escrito nuevas páginas en la historia de la democracia incorporando esa provincia al sistema de una gran república federal y que con un ejército paraguayo habría emprendido la campaña libertadora de la Provincia Oriental... (p.288)

Petit Muñoz, consoante aos dois últimos autores citados, tece os malefícios que seriam espalhados na região do Prata e no mundo, caso Artigas não houvesse defendido as bandeiras pelas quais heroicamente lutou:

[O artiguismo,] ... al asegurar la República en América después de haberlo hecho en esta parte del continente, la seguró en el mundo. Si uno cualquiera de los tronos proyectados

---

<sup>80</sup> Também autor do ensaio *San Martín y Artigas: ¿Adversarios o Colaboradores?* (1951) e da compilação, publicada no mesmo ano em dois tomos, com a parceria de Víctor Noel Hammerly, de uma antologia literária intitulada *Artigas en la poesía de América*. O autor da presente dissertação não conseguiu informar-se acerca do (provável) parentesco existente entre Hammerly Dupuy e Pedro Lamy Dupuy, autor de *Artigas en el Cautiverio* (1913).

por los políticos porteños para el Río de la Plata... hubiera arraigado o instaládose siquiera en él, teniendo el apoyo de la vecina corona del Brasil, habría perdurado por años y años. (“Valoración de Artigas”, p.315).

À imprescindibilidade do herói (exposta aqui nos prejuízos conjecturados por sua suposta ausência) concorre a visão idealista que reúne nele as qualidades de melhor combatente, guia, legislador, escritor, juiz etc., apresentada na fala de alguns destes autores. Maggi afirma, ao comentar a descrição que Artigas faz do Êxodo: “quien ha mejor escrito sobre la situación de los emigrados es el propio Artigas; aún espera, ese gesto extraordinario, el relator que iguale las páginas insuperables de su Jefe” (p.65).

Edmundo Favaro também reafirma os valores literários artiguistas, no artigo “El Congreso de Abril”. O fato de uma grande quantidade de escritos de Artigas ter sido redigido por seus secretários, principalmente Miguel Barreiro e o padre José Benito Monterroso – a própria *Oración de Abril*, discurso lido por Artigas na abertura do congresso, foi redigida por Barreiro –, foi utilizado como desculpa, por parte de Favaro, para supostos erros que se encontrem em tais documentos, facilitando o processo de justificar e engrandecer o intelecto do chefe dos orientais:

Los que están habituados al estudio de las ideas fundamentales del caudillo, pueden apreciar en cualquier momento lo que le pertenece y lo que es obra de sus diversos secretarios..., desde que despojando a sus escritos de la hojarasca grandilocuente de Monterroso o el pesimismo quejumbroso de Barreiro, queda el pensamiento firme, la expresión cortante y la voluntad ejecutiva de su estilo personal. (p.74)<sup>81</sup>

Assim, para Favaro, os argumentos racionais e práticos da *Oración* são creditados a Artigas; os emotivos, a Barreiro. Só o grande herói, também, é dotado de visão de futuro, em meio à cegueira política imperante entre as demais personalidades históricas do período: “Sólo Artigas supo entrever el final de esta lucha [do federalismo contra o centralismo

---

<sup>81</sup> Concordes a essa opinião são Eugenio Petit Muñoz (“Valoración de Artigas”, p.300) e Flores Mora – que, no artigo “Los secretários de Artigas”, afirma: “véase... la correspondencia de Barreiro o de Monterroso, y se verá cuan lejos están ambas del espíritu magnífico del Jefe de los Orientales” (p.241).

portenho], puesto que aquellos que constituían el partido unitario, carecían de la necesaria visión política para apreciar el futuro” (Favaro, p.84).

A necessidade de desculpar falhas em Artigas, por parte dos panegiristas do grupo de *El País*, é explícita quando Manuel Flores Mora, analisando o período de conflitos artiguistas em “Síntesis de la actuación de Artigas entre 1816 y 1820”, também relata o assassinato do capitão José Genaro Perugorría – o que havia sido apontado por Acevedo como, talvez, a única mácula em toda a história do caudilho. Flores Mora se detém pormenorizadamente no relato deste acontecimento:

Este hombre, en quien Artigas había depositado toda su confianza y con quien lo unía una amistad personal estrecha, procedía, según muchos historiadores, de acuerdo a un plan deliberado convenido con Buenos Aires antes de su incorporación al movimiento artiguista.

(...)

El 17 de enero [1815] llega Perugorría prisionero al campamento de Artigas en Arerungá (Banda Oriental). Ese mismo día, vistiendo pantalones y chaleco blanco, casaco punzó y sombrero de paja, es fusilado. Este hombre, a quien Artigas lloró, según diversos testimonios..., había puesto en peligro con su traición la suerte de la causa. Artigas centrará en él solo las responsabilidades del proceso reseñado, y liberará a quienes lo siguieron. (pp.112-3)

Nota-se, no tocante à apresentação dos acontecimentos, toda uma construção no intuito de, ao mesmo tempo, ir sendo justificado o fuzilamento do capitão e enaltecida a postura de Artigas: primeiro, o relato da traição, daquele que era considerado um amigo por Artigas, mancomunado com os portenhos; depois, o bom trato a ele relegado, pela descrição de sua vestimenta no momento da execução; em seguida, o choro de Artigas (a humanização expressa em sua tristeza e desapontamento); e, por fim, a piedade do caudilho, que liberta os parceiros de Perugorría, depois de ministrada a lição. Dessa maneira, o ato do fuzilamento acaba sendo expresso sob uma ótica positiva, da necessidade de sua realização, não sobrando nenhum resquício negativo que pudesse incriminar o ato da execução.

Eugenio Petit Muñoz também abranda o feito, enquanto totalmente justo, exaltando na ocasião a virtude da piedade do caudilho:

[Artigas] era clemente: lo fué en Las Piedras, lo fué con los enemigos engrillados que le envió el gobierno porteño para que los matara, y con Perugorria lamentó no poderlo ser, lo que es también conocido, porque mediaba un traición taimadamente preparada, que tuvo consecuencias de peligro gravísimo, y tal, que el propio reo reconoció la justicia de su muerte antes de ser ejecutado. (“Valoración de Artigas”, p.301)

Para ressaltar a justiça de Artigas, também o historiador entrerriano Facundo A. Arce,<sup>82</sup> em “La formación de la Liga Federal”, relata a tomada de alguns prisioneiros em 1814 do coronel austríaco-argentino Eduardo Kaunitz de Holmberg (1778-1853) – a quem tinha sido enviada a intimação de Posadas, para que remetessem Artigas “vivo o muerto” a Buenos Aires –, pelo exército artiguista: “Ningún fué dañado ni ofendido, a pesar de la guerra a muerte a que habían provocado. El espíritu magnánimo de Artigas no pudo estar ausente en aquellas circunstancias” (p.88), e diversos soldados colocados em liberdade passaram a ingressar as fileiras federalistas de Artigas.

Sob toda esta ótica que procura apresentar como positivos todos os feitos do caudilho, as inculpações a ele atribuídas serão também contestadas – não na intensidade com que as responderam Acevedo, mas de maneira a deixar claro que eram todas equivocadas. O aspecto anárquico, por exemplo, arrogado por alguns dos detratores à causa artiguista, seria classificado como injusto por Flores Mora, na medida em que seria fruto de um agrupamento precipitado de sua ação com a ação de outros líderes políticos da região:

Las corrientes históricas dominantes durante fines del siglo XIX y principios del XX no han sabido ver el verdadero carácter de esta *montonera*, movimiento de adhesión al Jefe de los Orientales y al sistema federativo. Y suele pintársela un poco sobre el retrato [pejorativo] de lo que vino después del retiro de Artigas y con la jefatura de caudillos inferiores a él [como, principalmente, Francisco Ramírez]. (“Síntesis de la actuación de Artigas entre 1816 y 1820”, p.114)

---

<sup>82</sup> Cujas produções historiográficas, por tratar-se de um historiador argentino, difere um pouco em temática da dos escritores uruguaios analisados nesta dissertação: são obras suas *Don Josef de Urquiza, padre del organizador de la República* (1949), *Entre Ríos en los albores de la Revolución de Mayo* (1960) e *Belgrano* (1974).

Considerado superior, portanto, a caudilhos platinos do mesmo período, o herói uruguaio será também comparado aos grandes da humanidade. Favaro, comentando a famosa frase com que se inicia a *Oración de Abril* – “Mi autoridad emana de vosotros y ella cesa por vuestra presencia soberana” –, declara serem “palabras ejemplares estas de Artigas, sin parangón en la historia de las naciones democráticas” (“El Congreso de Abril”, p.74).

Petit Muñoz, com o mesmo intuito, aponta que as sobrepujantes qualidades expressas em Artigas (porque todas adequadas aos ideais de justiça e razão) coincidiram manifestar-se sob circunstâncias históricas favoráveis que acabaram por conjugar nele “ser sucesivamente resultante, centro, animador, promotor de nuevos ideales y de nuevas realidades, objeto de ataque de las fuerzas contrarias y defensor por rechazo frente al avance permanentemente renovado de las mismas” (pp.299-300) – ou seja, que foi configurado enquanto herói por características particulares que possuía somadas ao acaso circunstancial revolucionário.

Também a colocação dos ideais de liberdade e justiça na frente de quaisquer outros é que proporcionaram ao povo oriental a recepção de tão importantes escritos políticos, de autoria de Artigas:

Gracias a esos sueños [de liberdade e justiça de Artigas] y a esa necesidad de traducirlos en palabras poseemos el breviario democrático más alto y más hermoso de que pueblo alguno pueda gloriarse, y que nuestro pueblo ha hecho suyo y estampa, corea y parafrasea sin cesar. (p.302)<sup>83</sup>

Com a evocação de todos estes exemplos, queremos apenas asseverar que, para a geração de 50, Artigas ainda é, portanto, o herói incomparável, supremo, “único caudillo de la revolución platense consagrado como Jefe en un acto expreso de orden jurídico” (Blanca Paris e Cabrera Piñon, p.60); único, “por su prestigio y por su inteligencia” capaz de guiar o

---

<sup>83</sup> Como ainda podemos observar, pela utilização de frases e pensamentos de Artigas pelos três maiores partidos políticos uruguaios: o Partido Nacional, o Partido Colorado e a Frente Amplio – sobre o assunto, conferir o trabalho de André Lopes Ferreira, “Artigas e o artiguismo no discurso político da Frente Ampla, 1971-1973”, apresentado no VIII Encontro Internacional da Anphlac – Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas, em Vitória/ES, 31/07/08 (disponível em [www.anphlac.org](http://www.anphlac.org)).

povo oriental (Maggi, p.63); “un mandatario austero y sencillo que fué humanitário sin llegar a ser débil, enérgico sin caer jamás en excesos de autoridad” (María Julia Ardao, “El Gobierno artiguista en la Provincia Oriental”, p.134) – exemplos escolhidos dentre muitos entre todos os artigos.

Aclamado tal aspecto de incomparabilidade e preeminência do herói Artigas (considerado como verdadeiro “pai” de toda a história uruguaia), algumas investigações históricas presentes em *El País* alçaram-se ao plano de aspectos secundários de sua trajetória revolucionária – como nos artigos “Las campañas navales de Artigas” e “Las banderas de Artigas”, do historiador Agustín Beraza (que, além de diversas obras relacionadas ao artiguismo, em 1949 havia publicado *Los corsarios de Artigas*); ou a aspectos muito específicos da mesma – como em “Artigas y los indios”, de Eugenio Petit Muñoz; “Artigas como militar”, do tenente coronel uruguaio Oscar Antúnez Olivera; ou “La lucha contra el centralismo y el Tratado del Pilar”, da historiadora Aurora Capillas de Castellanos (autora também de outras obras artiguistas como *Artigas: La consciencia cívica* e *Las elecciones de los congresos artiguistas de 1813*).

Examinando pormenores da vida e trajetória de Artigas, estes e os outros estudos dos aspectos “mais clássicos” (sobre o Êxodo para Ayuí, o federalismo, os documentos artiguistas como as *Instrucciones*, o *Reglamento de Tierras*, etc.), contudo, muito pouco divergiram em sua representação da superioridade do caudilho, do povo oriental conduzido por ele e do sentimento de nacionalidade que pôde se configurar a partir de então.

## A reafirmação da supremacia oriental

Por tratarem-se de discursos panegíricos e nacionalistas, muitos destes escritores, em 1950, apresentaram também o Uruguai, o povo oriental e um Artigas que se sobrepunham a todas as outras nacionalidades e heróis latino-americanos consagrados.<sup>84</sup>

Uma primeira característica que pôde ser observada em alguns destes discursos – articulados em meio a questões, como dito, que envolvem a apresentação glorificada da nação, do sentimento nacional –, correlata a uma característica da geração de Acevedo, é a exageração taxativa de atos e atributos do herói, da nação e povo que ele representa. Edmundo Favaro destaca o “acto libérrimo” (p.69) com que os orientais proclamaram Artigas seu *Jefe* e condutor, em 1811; Manuel Flores Mora diz ser infundada a polêmica da autoria artiguista às *Instrucciones* pela “sencillísima razón” de expressarem os valores que Artigas defendeu antes e depois de sua redação, sendo também “clarísima” sua postura de não almejar debilitar o exército patriota, com sua retirada do sítio de Montevideu, em 1814 (pp.49-50). Comentando o federalismo artiguista, o mesmo historiador diz que foi “el movimiento popular por excelencia entendiendo la palabra em su sentido más vasto... la totalidad de las clases sociales, unificadas por un mismo deseo de dignidad y autonomía” (Flores Mora, p.114), impelindo ao movimento um sentido unificador e coletivista exagerado.

No mesmo sentido de exageração, para Carlos Maggi, Artigas “experimentaba un sentimiento de paternal protección por su pueblo” ao encabeçar o Êxodo, sendo “en esta manera de vivir la revolución donde se halla un más hermoso sentido al título de Protector de los Pueblos Libres, que puede significar tantas cosas” (p.63) – para esses autores, podemos dizer que a significação expandia-se apenas o quanto a ideologia de glorificação permitisse.

Sobre a exaltação de Montevideu, a reafirmação de valores (culturais, sociais) superiores a outras cidades do Prata, da América e até do mundo é evidenciada nessa

---

<sup>84</sup> A recente conquista, em julho/50, do bicampeonato mundial de futebol também pôde assegurar, pelo campo esportivo, o recrudescimento do discurso enaltecedor patriótico no Uruguai.



citação de Maggi: o francês Jullien Mellet, “tan maltratado” em Montevideu em 1808 (pelo fato de ser um francês em território hispano-americano, no período da invasão ibérica napoleônica), “escribe sin embargo en su libro: ‘[Montevideu] es la ciudad más encantadora que he visto, tanto por su agradable posición como por su feliz fecundidad’”; Buenos Aires, por outro lado, segundo Maggi, “luchó sin pausa por descontar las ventajas naturales con que contaba Montevideo” (“La Banda Oriental a fines del siglo XVIII y comienzos del XIX”, pp.11-2).

Em seu outro artigo, “‘La Redota’ (El Éxodo)”, Maggi destaca a originalidade de Artigas e dos orientais ao realizarem o *Congreso de Abril* e redatarem as *Instrucciones del XIII* – “que tanto sorprendieron”, pela oposição que faziam ao governo centralista portenho (p.68). Também Edmundo Narancio, no artigo “El Reglamento de 1815”, comenta a inovação introduzida por este outro documento, preparado para organizar a reforma agrária intentada por Artigas, e sua inspiração “en ideales de justicia social originales para aquella época en nuestro medio” (p.135). Para Petit Muñoz, “por cuanto llevamos dicho, surge claramente que la corriente histórica representada por el artiguismo era la más fecunda de cuantas se movían por entonces en el mundo” (“Valoración de Artigas”, p.314).

O sentimento da identidade oriental e sua unanimidade, neste período revolucionário, são aclamados em alguns destes escritos que concomitantemente almejavam enaltecer os valores pátrios uruguaios. Para Maggi, ultrapassaram fronteiras sócio-culturais ou econômicas:

Y no son sólo los gauchos, los pobres, los que pierden todo y marchan a la Redota, son también los hacendados más ricos... Lo que resulta concluyente en este aspecto es la más leve lectura del “Padrón de las familias emigradas de la Banda Oriental”, que Artigas hiciera levantar en diciembre de 1811, allí está la nómina de carruajes y de esclavos con que cada familia se ha trasladado y son muchas las que tienen dos y tres vehículos... y buena parte posee esclavos. (p.65)

O povo oriental ainda é, portanto, o mais valeroso, o mais heróico, “el más sacrificado del Río de la Plata, en la lucha por la libertad” (Favaro, “El Congreso de Abril”, p.84), que precisou enfrentar a ambição política dos dirigentes portenhos. Montevideu, para

Flores Mora, e no mesmo sentido, é enaltecida enquanto precursora dos movimentos de independência – mesma acepção, desse modo, da de Acevedo:

Con el pronunciamiento popular de setiembre de 1808 y la Junta de él surgida, inaugura Montevideo el vasto movimiento de la revolución americana.

... el procedimiento y la doctrina [de Montevideú]... servirán poco más tarde de fundamento y camino a la revolución de todo el Continente. *Autodeterminándose* y desconociendo las jerarquías virreinales superiores a ella, se ha gobernado a sí misma... Dos, pues, son las cosas que Montevideo inaugura en el Plata: la libertad y la discordia. (Flores Mora, “Síntesis de la actuación de Artigas entre 1811 y 1815”, p.43)

A supremacia política defendida por Artigas e o povo oriental também é sustentada pela maioria dos escritores. Edmundo Favaro, em “El Congreso de Abril”, defende a existência de três grupos políticos que efetivaram o golpe portenho de outubro de 1812, que depôs o Primeiro e instituiu o Segundo Triunvirato: “el grupo de amigos políticos del doctor Juan José Paso”; o grupo ligado à *Logia Lautaro*, conspirador, centralista e unitário, que almejava a autonomia platina mas não a mudança do regime político (e, por isso, “su política y fines no eran revolucionarios”), composto também por San Martín e Alvear; e, por último, “La Sociedad Patriótica”, comandada por Bernardo Monteagudo, “integrada por destacados elementos vinculados a los intereses políticos de los orientales, ... representaba el verdadero espíritu revolucionario y renovador, sustentando en su programa político el sistema federal; mantenía estrechas relaciones... con Artigas” (p.69).

É explícito, neste artigo, o menosprezo ao governo portenho, contrabalanceando-o com a atitude dos orientais e de Artigas. A “errada política gubernamental” de Buenos Aires, continua Favaro, “reafirmó al caudillo y a los orientales en la precisión de mantener los principios de la revolución y autonomía provincial a cualquier precio” (p.70). O historiador ainda apresenta Sarratea, enquanto líder do exército portenho, como o grande vilão combatido pelo herói Artigas.

Manuel Flores Mora mostra-se enérgico ao execrar a política portenha, em favor da sustentada pelos orientais: “política torpe, oligárquica, mitad revolucionaria y mitad entreguista, monárquica y absorbente del Directorio, representada a la sazón por un adolescente [Alvear] infatuado (traidor poco después de la causa americana)”. A

preeminência oriental é destacada também por “el Congreso federal [oriental], que se inaugura el 29 de junio de 1815 [e que] precede, sin embargo, en casi un año al tucumano” (“Síntesis de la actuación de Artigas entre 1816 y 1820”, pp.114-5).

Sobre este aspecto, outros autores dos “Estudios publicados en ‘El País’” reafirmaram a obstinação de Buenos Aires em manter o vínculo de dominação política frente às demais províncias platinas, após 1810 (detratando sua imagem, conseqüentemente) e, em contrapartida, enaltecendo o valor dos que se opuseram a esta política portenha: Artigas, os orientais e Montevideú.

A difamação advinda de Buenos Aires, contra Artigas, só pôde ser então caracterizada também como errônea e perniciosa por estes historiadores. Favaro, por exemplo, concisamente se vê na obrigação de rechaçar aos que detratarem a imagem do caudilho; após expôr o conteúdo político do acordo estabelecido e firmado por Artigas e Rondeau, em 19/04/1813, diz que tal repudia aos

... historiadores caracterizados por sus reiteradas afirmaciones respecto a la carencia de capacidad política y preciso conocimiento de principios constitucionales en el Jefe de los Orientales... [provando também que] existía un profundo conocimiento en la materia y son consecuencia de la compenetración en una escuela constitucional, perfectamente meditada y asimilada [pelo caudilho]. (“El Congreso de Abril”, p.83)

Neste momento, tais acordos conciliatórios com Rondeau (em uma data próxima à ruptura com a oligarquia de Buenos Aires) ainda comprovariam, segundo Favaro, a desunião política portenha do período.

Na comparação com as outras personalidades históricas platinas, alguns autores continuaram proclamando a supremacia de Artigas frente a todos eles. No artigo “Síntesis de la actuación de Artigas entre 1811 y 1815”, Flores Mora resgata a indicação, por parte de Mariano Moreno, da imprescindibilidade de atrair Artigas para a causa revolucionária portenha. Flores Mora também apresenta Artigas como superior a todos os outros heróis portenhos que menciona, Belgrano e Rondeau: refere-se a Belgrano como “el derrotado del Paraguay”, ao comentar sua indicação como “general en jefe” do exército que se encontrava na Banda Oriental, em março de 1811; mas o “prestigio y su comportamiento posterior

determinarán el primer papel para Artigas” (p.45). Em seu outro artigo, “Síntesis de la actuación de Artigas entre 1816 y 1820”, equipara (e mesmo sobrepõe) Artigas a San Martín:

Si desde el punto de vista de la independencia, la revolución americana del Sur encuentra su conductor máximo en San Martín, desde el punto de vista de su contenido ideológico y moral, de reivindicación democrática y republicana, de justicia y libertad entendidas en su sentido total y profundo, ... no hay más “revolución americana” en el Virreinato del Plata que la dirigida por Artigas. (p.114)

O antropólogo Daniel Hammerly Dupuy também compara as atitudes de Artigas com a do “herói de los Andes”: “así como San Martín, aunque decía que se cortaría una de sus manos si ésta conociera sus planes, le comunicó a su amigo Godoy Cruz todo su proyecto de libertar a Chile y al Perú, en la misma forma, Artigas... confió igualmente en la discreción de uno de sus amigos: Andrés Latorre” (“Rasgos biográficos de Artigas en el Paraguay”, pp.285-6). No mesmo artigo, apresenta pejorativamente a José Gaspar de Francia, contrapondo sua imagem de déspota com a do herói democrata Artigas, e cita uma carta do ditador em que compara o tratamento dispensado a Artigas, no Paraguai, ao tratamento dispensado pelos ingleses a Napoleão, na ilha de Santa Helena (p.289).

A comparação aos grandes da história acaba coroando Artigas com os louros romanos, pela letra de Eugenio Petit Muñoz: “Robertson lo muestra dictando a dos secretarios a la vez, virtud, o mejor, proeza, ‘test’ intelectual, que la historia celebra desde hace dos milenios en Julio César” (“Valoración de Artigas”, p.300).

Também Gustavo Gallinal, após afirmar que “no ha existido en América caudillo más ‘popular’, más identificado con los sufrimientos, necesidades y aspiraciones de los pueblos que lo aclamaban... encarnó como ningún otro el tipo austero de la sencillez republicana”, parte para a comparação com outros grandes heróis: Artigas também fora “sobrio y seco, como nuestro abuelo el Cid”; o senador ainda arrisca alfinetar a imagem de *El Libertador* e sobrepô-la com a de Artigas: “los delirios grandiosos de Bolívar no se

conciben en hombre de su contextura espiritual. Sus concepciones [de Artigas] son lúcidas, concretas; su pensamiento de ejemplar realismo” (“Prólogo”, pp.7-8).<sup>85</sup>

Segundo Petit Muñoz, o federalista Artigas se sobressairia, em seu discurso político, a Mariano Moreno e Gaspar de Francia – que haviam, antes do caudilho, apenas vagamente discorrido acerca do federalismo e do sistema de confederação, respectivamente:

En Artigas la idea es ya precisa. Los papeles sabios le irán enseñando simplemente los nombres, y le suministrarán en numerales y cláusulas precisas, lo que la experiencia de otro país americano [EUA] había aprendido ya al respecto. Tomará de esos papeles lo que le convenga, los modificará y los superará, cada cosa en su punto y siguiendo sólo las necesidades de nuestra realidad... (“Valoración de Artigas”, p.303)

Mesmo o discurso desses autores invariavelmente rondando, portanto, a temática de exaltação oriental frente ao elemento portenho, por se tratarem de diversos autores, que comentaram episódios em comum, o posicionamento frente a algumas questões não foi o mesmo. M. Blanca Paris e Querandy Cabrera Piñón,<sup>86</sup> por exemplo, no artigo “Artigas y el primer sitio de Montevideo”, divergem quanto à comum insistência, entre os historiadores uruguaios, da culpabilidade de Buenos Aires pela contenda contra os orientais – autores como Flores Mora e Carlos Maggi, concordes ao pensamento de Acevedo, apontam fatos como a apatia portenha na segunda invasão inglesa, ou o armistício entre a Junta portenha e o vice-rei Elío, da sitiada Montevideu, no final de 1811 (que provoca o Êxodo Oriental), como fatos que desencadearam a divergência, sendo perpetuada pelas reiteradas negativas portenhas do reconhecimento de um governo autônomo e soberano na Banda Oriental. Por seu posicionamento político, Buenos Aires é inculpada por alguns autores que escreveram

---

<sup>85</sup> Eugenio Petit Muñoz compactua com o pensamento de Gallinal, sobre o caráter psicológico de Artigas: “Era hombre de razón por sobre todo, de lucidez lograda, ... como tendiendo vigorosamente hacia lo genial, pero sin los desequilibrios del genio en plenitud” (“Valoración de Artigas”, p.300).

<sup>86</sup> Dupla que editou diversos outros estudos em conjunto, como *Las relaciones entre Montevideo y Buenos Aires en 1811* (1948); a historiadora María Blanca París de Oddone, falecida no ano passado, publicou vasta obra sobre o pensamento artiguista e uruguaio, como *Cronología Comparada de la Historia del Uruguay* (1969), *Artigas* (1970) e *Presencia de Arturo Ardao en la Historia Cultural de Latinoamérica* (2004).

para *El País*,<sup>87</sup> por extensão, da criação e fomento de um desejo de separação por parte dos orientais – livrando esses últimos da acusação de dissidência.

Blanca Paris e Cabrera Piñón, contudo, embora não discordem tacitamente da obstinação portenha como fator que fomentou a discórdia entre as duas margens do Rio da Prata, negam a má-vontade de Buenos Aires ao firmar o armistício com o vice-rei Elío, em 20/10/1811:

... hay que decirlo claramente: es necesario recalcar bien que el Armisticio de octubre no se suscribió contra los orientales sino a pesar de los orientales; en efecto, el gobierno de Buenos Aires intentó evitar el sacrificio a que exponía al vecindario de la Banda Oriental.

... por influjo exclusivo de las circunstancias [acontecimentos desfavoráveis ao exército portenho] y sin malquerencias hacia los orientales, Buenos Aires tuvo que llegar a lo requerido por Elío... (p.59)

Um acontecimento desfavorável aos portenhos, que os forçaram a pactar com os realistas, segundo Blanca Paris e Cabrera Piñón, foi a chegada de tropas portuguesas em Montevideu, em auxílio aos sitiados – além dos reveses sofridos pelo exército argentino em campanhas no Paraguai e Peru, que obrigavam uma reformulação da distribuição militar em todo o antigo vice-reino. Além de afirmarem a necessidade da ratificação do armistício, Blanca Paris e Cabrera Piñón ressaltam que, antes de sua assinatura, Artigas já havia decidido abandonar o sítio no dia 10 de outubro, durante a realização do episódio conhecido como “Asamblea en la Quinta de la Paraguaya” – assembléia na qual, segundo Narancio e outros historiadores, proclamou-se pela primeira vez Artigas como *Jefe de los Orientales*. Os orientais, a partir do dia 23, interados do acordo entre Buenos Aires e Montevideu, decidem seguir Artigas.

Essa afirmação, em meio a outros discursos panegíricos que tecem enormes críticas a todas as atitudes adotadas pelos portenhos – pela sua oposição a Artigas e aos interesses orientais –, mostra-se como um acréscimo, uma nova possibilidade de abertura de

---

<sup>87</sup> Maggi em “‘La Redota’ (El Éxodo)”; Flores Mora em “Síntesis de la actuación de Artigas entre 1811 y 1815”; e Emilio Ravignani em “Trascendencia de los ideales y la acción de Artigas en la Revolución argentina y americana”.

interpretação para os fatos históricos que concernem esse período revolucionário, e não simplesmente a construção de uma polaridade taxativa de um negativo portenho e um positivo oriental.

Uma semelhante abertura podemos encontrar no trato que se dá, pelo historiador Carlos Maggi – em “‘La Redota’ (El Éxodo)” – a este episódio considerado definidor do caráter da orientalidade, a marcha dos orientais, conduzidos por Artigas, até a região de Ayuí. A denominação bíblica da emigração oriental foi outorgada pelo historiador Clemente Fregeiro em 1883, no seu *Artigas: Estudio Histórico*, e desde então se popularizou como tal. Por isso Maggi explica o título que utilizou, no box “Justificación del título”:

Respetando el talento de este estudioso [“el gran historiador Fregeiro”] a quien tanto debemos, creo, sin embargo, de mejor literatura recuperar la expresión Redota, para señalar ese acontecimiento. Redota (derrota) es a la vez, el camino, la huida y el estar vencidos, comprende en su significación la amargura, la contrariedad, la impotencia, el sacrificio; menta, pues, el exacto estado en que se hallaban los orientales. (p.61)

Maggi cita uma testemunha ocular dos acontecimentos, Carlos Anaya,<sup>88</sup> quem afirma que a essa “operación muy amarga... por un equívoco muy particular clasificaron los paisanos como la ‘redota’, por decir otra cosa” (Anaya citado em Maggi, *idem*). Tal palavra “rústica y expresivamente criolla, analfabeta y gaucha; es una expresión única, propia”, e por isso Maggi resolve adotá-la também, em respeito àqueles que realizaram esse grande feito, “para llamarlo según su gusto y manera” (Maggi, *idem*).

Essa justificação demonstra a quantidade de causas a quem Carlos Maggi é tributário: ao mesmo tempo em que exerce o respeito aos antigos historiadores, à tradição historiográfica, demonstra querer resgatar o movimento em sua total particularidade, originalidade e grandeza, e por isso resgata o nome de “redota”. Este, por derivar do erro da pronúncia “derrota”, recebeu um trato eufemístico por parte de Maggi, evocando a tristeza e

---

<sup>88</sup> O militar, político e historiador Carlos Anaya y López Camelo (1777-1862), partidário da causa artiguista, foi um dos redatores da Declaração de Independência do Uruguai (25/08/1825). Eleito senador, a partir de 1832, chegou a presidir interinamente o país entre 1834-5, entre as presidências de Fructuoso Rivera e Manuel Oribe.

impotência dos orientais que a empreenderam – mas, por fim, seu aspecto positivo de sacrifício, que depois reverberará no “hecho más hermoso de nuestra historia” (*ibidem*), o grande ato da fundação da nacionalidade oriental.

O fato é que, em 1950, já exista essa abertura para considerar um dos episódios fundadores da história oriental com uma visão menos carregada de aclamação, demonstrada pela substituição do sacralizado termo êxodo pela expressão derrota.

A abertura que aponta a existência de imperfeições – e, poderíamos dizer, “dessacraliza”, humaniza as ações relatadas – está presente também no artigo de Edmundo Favaro. Apesar de inadvertidamente louvar “El Congreso de Abril”, enquanto fato histórico, como um todo, em determinado ponto comenta a atitude dos congressistas em eleger um governo provisório para pacificar a *campaña* oriental no ano de 1813, enquanto não se recebessem respostas portenhas às *Instrucciones* enviadas pelos deputados orientais:

Aquellos hombres [do Congresso de Abril], imbuidos de ideas de confederación y de federación, ... cayeron en el momento que se vieron urgidos a crear un gobierno [provisório], en lo más contradictorio con el programa de las condiciones del cinco de abril y las “Instrucciones” del día trece... Ese Gobierno Municipal que crearon el veinte de abril... no es otra cosa que un cabildo gobernador. (p.80)

A simples menção da palavra “contradictorio” para uma ação realizada pelos orientais, no aclamado ato de realização do Congresso de Abril, também aponta uma pequena ruptura em relação à visão panegírica que idealiza toda e qualquer ação adotada nesse momento histórico para os uruguaiois, onde falha alguma anteriormente era detectada. Faz-se importante evidenciar essas aberturas, pois demonstram pequenas exceções que provocam algum tipo de divisão dentro do grupo que enaltece o caudilho, diferentemente das rupturas que opunham, num período anterior, panegiristas a detratores artiguistas.

De forma alguma a geração de Acevedo era unânime, sobre todos os aspectos da vida de Artigas. Mas a contenda contra os difamadores artiguistas, realizada por esta geração, em meados do século XX parece já antiquada, com a “vitória” dos panegiristas já consolidada, já decretada dentro na historiografia uruguaia. São sobre outros aspectos, portanto, que surgirão divergências entre esta nova geração.



A revolução dos orientais, Artigas e seu pensamento político, contudo, ainda foram apresentados como superiores a qualquer outra revolução, herói ou ideário americano do período, por diversos destes escritores em 1950. Segue-se uma dificuldade em demonstrar o *eu-uruguaio* sob qualquer aspecto pejorativo, ao relatarem-se a constituição da nação e a trajetória de vida daquele que possibilitou o desligamento inicial entre a Banda Oriental e Buenos Aires; mas essa dificuldade não se apresenta mais como impossibilidade: embora Artigas ainda seja uma personalidade imaculada, existe alguma abertura para a apresentação de um processo revolucionário desempenhado por um povo, também apresentado como heróico, explicitamente, mas que já pôde ter também explícitas algumas pequenas falhas, conferindo-lhe um caráter de maior proximidade com uma realidade repleta de contingências.

Mesmo a versão imaculada de Artigas seria difundida, segundo a citação anteriormente feita do historiador Petit Muñoz, não pelos estudiosos, mas pelo grosso da população uruguaia; ele também afirma, contudo, que pode ser justificada a difusão dessa imagem popularizada de Artigas:

... no hay que echar culpar, sin embargo, sobre la masa, por estos estados de espíritu proclives a la deificación o a la glorificación mítica de Artigas, que están cundiendo en ella. Es que ella se encuentra frente a un acontecimiento que desborda los límites de la apreciación normal de los hechos humanos, porque la personalidad de Artigas es, en estricta verdad, la de un hombre que, por sus ideas y sus actos, tiene en efecto las apariencias de un dios. ("Valoración de Artigas, p.299)

Vejamos como os historiadores uruguaiois desculpam, no entanto, Artigas nos momentos em que supostamente não agiu como deveria agir um herói deificado por seu povo.

## A impostura do Artigas pré-revolucionário, segundo o grupo de *El País*

O fato de haver-se passado quase meio século, desde a produção de Acevedo, não alterou substancialmente o corpo temático acerca da vida do caudilho oriental. Assim, os historiadores uruguaiois do início da década de 50 se depararam novamente com alguns dos problemas biográficos da trajetória artiguista, incutidos principalmente durante o período pré e pós-revolução – o que fez o herói antes de 1810 e depois de 1820.<sup>89</sup>

Como introdução a todos os artigos publicados por *El País*, o de Carlos Maggi, “La Banda Oriental a fines del siglo XVIII y comienzos del XIX”, tenta demonstrar o meio oportuno em que se desencadeou o processo revolucionário oriental. Para tratar do homem que habitava esse meio, Maggi resgata o escritor francês André Malraux (1901-1976): conhecer ao homem consiste “en no poder ser sorprendidos por él. (...) Un hombre que conocemos, es un hombre en el cual un acto imprevisto se relaciona, casi en seguida, a algo ya conocido” (Malraux citado em Maggi, p.9).

Inadvertidamente, essa citação do escritor francês corresponde em teoria ao ideário de outros escritores artiguistas que procuraram explicar todas as ações do caudilho como sendo encadeadas pelo fio condutor de uma correta, íntegra e imutável moralidade – do ano de seu nascimento, 1764, ao de sua morte, 1850.

Para explicar a vida pré-revolucionária de Artigas, incumbe-se o historiador José María Traibel da escrita do artigo “Artigas antes de 1811”.<sup>90</sup> Como evidenciara Acevedo, a

---

<sup>89</sup> No período revolucionário de 1811-20, as altaneiras atitudes artiguistas “encuentran innumerables ejemplos irrefutables en la copiosa documentación que nos queda” (Flores Mora, p.116) – sendo ainda, portanto, em 1950, mais fácil exaltar o caudilho durante essa década do que nas anteriores e posteriores.

<sup>90</sup> O historiador também publicou um estudo sobre a expansão do federalismo artiguista intitulado *La Liga Federal* (1947), e obras como *Breviario Artiguista* (1951) e *La revolución de mayo y el comienzo de la acción pública de Artigas* (1974). Ao final da publicação do projeto apresentado por Gustavo Gallinal à Câmara dos Senadores, a pedido do senador a seguinte nota foi acrescentada, transcrevendo-se suas próprias palavras: “Quiero dejar expresa constancia que, aunque he puesto mi firma al pie del proyecto y de la exposición de motivos, ambos documentos no son míos, sino que han sido preparados y redactados por un distinguido profesor de historia de la Facultad de Humanidades, señor José María Traibel, quien, por mi

ascendência de Artigas é apresentada como heróica por Traibel – mesmo “sin pretender sobrestimar la genealogía del héroe como factor de su grandeza” (p.19). Juan Antonio Artigas, seu avô, é apontado como o maior beneficiado na distribuição de terras na recém-fundada Montevideu, em 1726; segundo Traibel, “un hombre singular”, “soldado infatigable, valiente, sin alardes”, “‘primus inter pares’, a quien Zavala [militar espanhol, fundador de Montevideu] pone al frente de las milicias de la plaza como capitán... ya en 1730” (pp.21-2). A capacidade de ordenar, de apaziguar a *campaña* e o heroísmo de José Artigas procederiam dos passos do avô, que também preparava o terreno para o prestígio do neto e lhe servia de inspiração:

[Juan Antonio Artigas] Es el hombre adecuado para los problemas de extramuros [i.e., fora de Montevideu]. La campaña entera empieza a conocer, respetar, estimar en su real valor al primero de los Artigas. Puede comprenderse así que 80 años después la decisión de un Artigas conmoviera al país de un extremo a otro.

... [podemos] imaginar cómo se arraigaba en el corazón y en la mente del niño [o netinho Artigas] la certeza y el sentimiento de que para un Artigas no había límite al valor, al esfuerzo, al sacrificio por “la causa de los pueblos”. (pp.23 e 25)

Também o pai de José Artigas, Martín José, como “Alcalde de la Santa Hermandad” e capitão de milícias de cavalaria, era chamado à ação “en el medio natural de los Artigas: la campaña”. Traibel segue compondo a linhagem heróica da família, destacando vários feitos memoráveis de Martín José – mostra-se, inclusive, conivente ao narrar o apoio de Martín José (expresso ao vice-rei Juan José de Vértiz y Salcedo) à repressão de “la sangrienta sublevación de Tupac Amarú” (pp.27-9).<sup>91</sup>

---

intermedio lo entrega a la discusión del Senado, para que sirva de base a cualquier estudio sobre la materia” (República Oriental del Uruguay – Cámara de Senadores, p.15).

<sup>91</sup> Fechando o círculo da heroicidade familiar, outros autores destacam como dignos de menção honrosa também os feitos dos filhos de Artigas, José Manuel e José María, e de seu irmão, Manuel Francisco – como Flores Mora, escrevendo já sobre o período revolucionário: “Manuel Francisco, cuyo desempeño correctísimo es reconocido de manera unánime por la generalidad de los historiadores, procedía a la pacificación de todo el territorio entre los ríos Uruguay y Paraná, impidiendo desmanes y protegiendo a la población” (“Síntesis de la actuación de Artigas entre 1816 y 1820”, p.112).

Quando começa a narrar a vida de José Artigas, propriamente, Traibel menciona as inculpações de contrabandista e rebelde, tecidas por seus difamadores. Sobre o assunto, credita como determinante o depoimento de uma sobrinha de Artigas, Josefa Ravía (cuja convivência com o tio asseguraria a veracidade de seu relato), concedido a Justo Maeso (*El General Artigas y su época*), citando suas desculpas para contrapor as visões de Cavia, Nicolás de Vedia e demais detratores artiguistas:

... por los antecedentes todos de la familia, se podrían presentar pruebas irrecusables, demostrando que es una calumnia el que tío Pepe haya hecho parte de una sola de tales cuadrillas de contrabandistas, siendo por el contrario uno de los primeros orientales que las combatieron.

... [é absurda] la afirmación que se ha hecho de que tío Pepe abandonó la casa paterna para entregarse a los trabajos de campo, contra la voluntad de su padre..., desde que se sepa que don Martín Artigas era el que recibía en Montevideo las carretas de cueros que mandaba tío Pepe de campaña... (“doña” Josefa Ravía citada em Traibel, p.32)

A retomada destes temas, por parte de Traibel, não almeja justificar ataques contemporâneos ao caudilho – por isso, não é realizada no mesmo afã com que a fez Acevedo: “no podemos seguir la polémica sobre si Artigas fué o no contrabandista” (Traibel, p.32). A recuperação do assunto cumpre o papel de explicitar apenas mais um dos aspectos de sua vida que, embora polêmico, de alguma forma já havia sido satisfatoriamente discutido – não relegando Traibel nenhuma dessas discussões, ao passo que não apresenta como necessidade refutar enfaticamente as acusações feitas contra Artigas.

Para finalizar o assunto, Traibel cita Carlos María Ramírez e seu *Artigas*, de 1884, em que se assume a posição revolucionária do contrabando praticado, prejudicando a Coroa espanhola:

Si por bandolero se entiende ladrón y salteador de caminos, como dice el diccionario – o cosa parecida – Artigas no fue nunca bandolero.

(...)

Si Artigas fué contrabandista en su juventud, esto es harina de otro costal. El contrabando era la reacción natural contra el sistema restrictivo de la colonia... violaba sin duda alguna,

las leyes escritas de la dominación española – pero era al mismo tiempo ley social de la época. (C.M. Ramírez citado em Traibel, p.33)

Acevedo também é citado por Traibel, em sua idéia de que o meio exigia a prática do contrabando por parte de Artigas. Refutando qualquer infâmia atribuída ao caudilho, prossegue-se a impossibilidade de concepção de um herói com qualquer tipo de mácula, de sua apresentação com uma desejada unicidade de bom caráter – tanto no *José Artigas* de Acevedo, 40 anos antes, quanto no artigo de José María Traibel, de 1950.<sup>92</sup>

Procurar desculpar qualquer insucesso do caudilho, neste período anterior a 1810, mostrou-se portanto como preocupação recorrente também aos historiadores que escreveram para *El País*. O cargo máximo ocupado por Artigas, no regimento dos *blandengues*, foi o de “Ayudante Mayor”, e não o de capitão, fato que é explicado pelo panegirista Traibel: quando relata a escolha de um sucessor, por parte do vice-rei Marquês de Avilés, para o falecido capitão de blandengues Francisco Aldao y Esquivel, e esta escolha não recai sobre Artigas, Traibel se prontifica:

El Virrey se informa, pero no lo hace indagando en la Banda Oriental quién es más útil a la causa del Rey y a la seguridad de los habitantes... En esos informes [escritos que consulta] no queda lugar para los imponderables del genio, y claro que los veinte años de servicios del veterano [o teniente Miguel de Borraz] pudieron más que toda otra superioridad de Artigas. (p.37)

Nesse artigo, novamente, percebe-se o retorno da problemática da interpretação: o discurso de Traibel reverbera em conclusões não fundamentadas documentalmente, mas sempre delineadas sob seu ponto de vista de glorificação de Artigas, ainda no período pré-revolucionário de sua carreira – afirmando que, indagando aos orientais, a escolha de substituição naturalmente incidiria em José Artigas. Em um outro exemplo: ao mencionar a

---

<sup>92</sup> A idealista imutabilidade do caráter heróico, defendida por Acevedo e apresentada aqui por Traibel, é respaldada também no pensamento de vários outros seus panegiristas – como Edmundo Favaro, ao discorrer sobre os escritos artiguistas: em Artigas, “el pensador conciso e imperativo”, “lo esencial, lo auténticamente personal, es siempre lo mismo y permanece sin variantes en la juventud y en la edad postrera” (“El Congreso de Abril”, p.74).

denegação, em 1803, de um pedido de afastamento de Artigas, por motivos de saúde, do corpo de blandengues, Traibel afirma que o coronel Ramírez de Arellano “seguramente deseaba conservar ao soldado ejemplar” (p.38) – este *seguramente* parte de uma premissa totalmente particular; plausível, mas não decididamente exata.<sup>93</sup>

Outra questão apresentada por Traibel, mas não percorrida em minúcias (inclusive, por nenhum outro historiador uruguaio analisado ao longo desta dissertação), refere-se à constituição das famílias encabeçadas pelo caudilho.<sup>94</sup> Traibel apenas comenta que o primeiro filho de Artigas, José Manuel, nasceu em 1791, de Isabel Sánchez, não discorrendo mais sobre essa relação extra-conjugal. O caudilho só viria a casar-se em 1805, com sua prima Rosalía Villagrán – tendo que pagar penitências, pelos laços consangüíneos que os uniam. Dessa união, nasceu José María Artigas e duas meninas que, falecidas com poucos meses de vida, contribuíram para que em *doña* Rosalía “se consuma el desequilibrio psíquico y Artigas pierde esposa y hogar” (p.39).

Eugenio Petit Muñoz investe na apresentação de um Artigas lírico, para relatar sua relação promíscua com as mulheres, ao comentar sobre “ese bailarín que enamoraba a las mujeres y tocaba el acordeón y la guitarra” (“Valoración de Artigas”, p.302). Após elogiar suas características morais e físicas, dispõe de novo ensejo para classificar suas atitudes varonis – que poderiam facilmente ser apreciadas como falta de caráter, por algum de seus detratores:

... su fortaleza moral a todo se sobrepone. Y no es menor su fortaleza física. (...) En 1815 un testigo declara, según me lo ha referido el Prof. Narancio, que encontró el expediente en Buenos Aires, que en Purificación “el general cruza todas las noches el río para ver una mujer”.  
(...)

---

<sup>93</sup> As interpretações acerca da juventude do caudilho, contudo, entre os historiadores que escreveram para *El País*, não foram unânimes. Enquanto Traibel afirma a boa conduta pré-revolucionária de Artigas em todos os momentos possíveis, citando inclusive sua sobrinha para encerrar qualquer discussão acerca de suas relações familiares, Manuel Flores Mora (“Síntesis de la actuación de Artigas entre 1811 y 1815”) afirma “haber [Artigas] huído muy joven aún de su casa y de la carrera religiosa a que estaba destinado” (p.44).

<sup>94</sup> Uma diferença cabal entre as historiografias uruguaia e brasileira, que se incumbe com certa obstinação da vida privada de suas personalidades históricas.

Tal integridad de hombría da la clave de toda su historia. (p.303)

Sob um mesmo aspecto, de adaptação das interpretações para assegurar essa primazia artiguista, sem inconstâncias, é que será interpretado o período pós-1820, em que o caudilho cruza o rio Paraná e se instala definitivamente no Paraguai.

### **A impostura do Artigas pós-revolucionário, segundo o grupo de *El País***

O fato de Artigas ter sido derrotado em 1820, como para Eduardo Acevedo, foi comentado por alguns historiadores em 1950 com certa naturalidade, mencionando-se invariavelmente a superioridade quantitativa de seus opositores e a impossibilidade de uma vitória frente aos mesmos – evocando, portanto, os componentes de apresentação de uma derrota heróica. Manuel Flores Mora aproveita o relato da “resistencia milagrosa” e posterior “inevitable derrota artiguista” (p.118) para culpabilizar a política portenha, conivente com a invasão lusitana, enquanto entreguista:

La respuesta oriental o artiguista a esta traición [portenha] se traduce en cuatro trágicos años de heroica resistencia, donde las huestes del Protector, inferiores en número y en armas, combaten de manera desesperada en la que puede calificarse como máxima epopeya de nuestra historia. (“Síntesis de la actuación de Artigas entre 1816 y 1820, p.117)

Contudo, “el misterio de su destierro en el Paraguay” (como se refere Narancio ao período que abarca os últimos 30 anos do prócer, em “Plan de la obra”, p.6) será um acontecimento rodeado de certa variação interpretativa entre os autores analisados.

Gustavo Gallinal, por exemplo, parte para uma comparação mitificadora. No prólogo à edição de *El País*, afirma que

La poesía griega, que sublimó al hombre en la figura del Héroe, nos enseña desde la antigüedad, que toda humana grandeza necesita para imponerse pasar por el dolor expiatorio. (...) Después de las proezas de la Ilíada, el largo peregrinaje de la Odisea nos muestra a los héroes andrajosos y errabundos juguetes de las olas y de los númenes vengativos. El drama de los Regresos, tras las gloriosas aventuras guerreras, nos presenta a los vencedores perseguidos por la traición, asesinados por puñales alevosos, acosados por la miseria o condenados a doloroso ostracismo. Igual sino trágico se ensaña con los protagonistas de todos los grandes dramas de la historia. (p.7)

A menção à aventura de Odisseu e à tradição de exaltação mitológica grega, na abertura do livro, denota a busca de filiar a história de Artigas às grandes histórias heróicas da humanidade. O inevitável componente trágico pós-proeza é transposto então ao ostracismo artiguista, assegurando seu lugar no panteão dos heróis injustiçados ainda em vida, exaltando por fim toda sua trajetória heróica pré-reclusão:

Expió su gloria, sus tumultuosos y agobiantes diez años de gloria, en treinta años de enclaustramiento en la selva paraguaya. Hay en este ostracismo un misterio histórico aún no descifrado. Gesto de renunciamento o apelación suprema a la alianza paraguaya para librar la última batalla. (...) Cárcel o asilo en la primera hora de su ostracismo, el Paraguay fué el escenario en el que su destino culminó en un desenlace que ofrece un cuadro estético de insuperable hermosura, largo y sereno como una puesta. (Gallinal, p.8)

Mesmo assumindo, como Narancio, as incertezas que rondariam o exílio do herói uruguaio, Gallinal nesse último parágrafo não deixa de compôr um bonito quadro para o desfecho da história aludida – a metáfora do pôr-do-sol completa a beleza de um fim tranqüilo, não revolucionário ou de martírio.

O fato de Artigas ter permanecido tanto tempo em reclusão, praticamente sem comunicar-se com outros uruguaiois, é interpretado por Gallinal de forma semelhante, como algo que apenas o engrandece. Não ter escrito uma memória com reivindicações, queixas ou protestos, e ter se comunicado com parcimônia “revelan aquella misma lacónica claridad de pensamiento, aquella firme fe en su obra” (*ibidem*); Gallinal, seguindo a linha de diversos escritos apologéticos referidos nesta dissertação, cita também um poeta francês, Alfred de



Vigny (1797-1863), e seu “seul le silence est grand; tout le reste est faiblesse” (apenas o silêncio é grande; todo o mais é fraqueza), para coroar o silencioso isolamento de Artigas como algo sublime, não reprovável.

Desdobrando suas conclusões, o senador continua o jogo de equiparação ao relacionar a Revolução Francesa (sobre a qual havia-se dito que, como Saturno, devorara os próprios filhos) às independências da América, que concomitantemente perseguiram seus próprios realizadores – equiparando também a história de Artigas à de San Martín e Bolívar (como já citado, inferior ao caudilho oriental, para Gallinal):

Varones consagrados por servicios memorables [os libertadores da América] subieron las gradas del patíbulo o vagaron por los caminos del destierro. El olvido, la ingratitud y la calumnia se cebaron en víctimas ilustres. La magnitud de la contribución de la mayoría de ellos a la obra de la emancipación continental podría medirse por lo acerbo de sus decepciones o por la intensidad de los odios que los persiguieron. (p.7)

A questão da heroicidade de Artigas não é colocada à prova, portanto, pelo fato dele também não ter terminado seus dias sob a glória que lhe era devida, segundo os historiadores da década de 50. Restou a eles, contudo, explicar a postura do caudilho durante o período 1820-50 – como sua conformação com a situação de trocar as honrarias militares pela condição humilde de um agricultor. A *simplicidade* dessa profissão é, por conta disso, exaltada em alguns artigos de *El País*, como havia sido por Acevedo. Traibel, por exemplo, antes de iniciar a narrativa da virtuosa genealogia que compõe a linhagem de José Artigas, explica assim a origem de seu *apellido*:

... la etimología nos dice que *artiga* es la tierra roturada y pronta para la siembra y en esa interpretación... estará implícita la evocación de aquel anciano fuerte aún, que en el ocaso de su vida ahondaba (*artire* en latín) la tierra en uno de los más remotos rincones del Paraguay, aprontando para la siembra el suelo en que vivía, refugiado de un mundo al que había enseñado el camino de la libertad. (“Artigas antes de 1811”, pp.19-20)

Mesmo Traibel discursivamente reafirmando, como Gallinal, a continuação do heroísmo artiguista no Paraguai – “venciendo traición y fatiga, derrota y desencanto,

abandona todo el núcleo de su afecto para seguir la lucha, tremenda, en la adversidad del destierro” (p.34) –, permanece latente a questão do abandono de Artigas do mundo que ajudara a libertar.

Sobre o assunto, incumbiu-se o arqueólogo suíço Daniel Hammerly Dupuy a escrita de todo um artigo, “Rasgos biográficos de Artigas en el Paraguay”. É iniciado da seguinte maneira, evidenciando a exaltação que fará do caudilho também neste momento da reclusão paraguaia:

El genio de Artigas rubrica todas las páginas de su actuación histórica. El Prócer aparece esculpido para la posteridad en cada una de las etapas de su vida excepcional. La heroicidad a toda prueba, y la vida llena de instantes cargados de significado y de riesgos mortales, dan a la figura del gran démocrata una reciedumbre de monumento. (p.285)<sup>95</sup>

Como Gustavo Gallinal, Hammerly Dupuy compõe um quadro poético para o desenlace da vida de Artigas, evocando também o fim épico (não trágico)<sup>96</sup> e o encanto do entardecer como metáfora para o desfecho paraguaio:

Para los que contemplan la vida como una aventura o como um drama, la existencia de Artigas debiera haberse truncado en forma trágica, epilogando alguna batalla. A falta de esa tragedia militar para la cual el Héroe estuvo tantas veces dispuesto al no eludir los mayores riesgos, la historia nos presenta un desenlace civil, precedido por un lento atardecer en el silencio. (*ibidem*)

Hammerly Dupuy também apresentará, no mesmo sentido, um quadro positivo da atuação artiguista (até com influências políticas) nestes últimos 30 anos. O que chama de “profundo enigma” de sua reclusão pode ser desvendado com algum esforço (de procura em arquivos e de interpretação) e, ao fim, concluir-se que seu significado “no fué el de la

---

<sup>95</sup> Já a introdução do artigo promete, portanto, evidenciar situações perigosas e excitantes, que ofereceram riscos de morte ao “démocrata del Plata” (como inúmeras vezes Hammerly Dupuy se refere ao caudilho), também nos anos que percorrem as décadas de 1820, 1830 e 1840.

<sup>96</sup> Referência épica constatada também pela evocação, realizada algumas vezes por Hammerly Dupuy, de Artigas como “el Héroe”, com letra maiúscula – como nas duas citações que sucedem essa nota.

claudicación sino el de la reafirmación de los rasgos inconfundibles del Héroe” (*ibidem*): o Artigas pós-1820 será, portanto, exposto por Hammerly Dupuy com as mesmas características do Artigas pré-1820.

Uma primeira questão discorrida pelo arqueólogo envolve o motivo pelo qual Artigas refugiou-se no Paraguai, em 1820. Hammerly Dupuy discorre acerca de duas hipóteses: a de que, encurralado pelas tropas de Francisco Ramírez e sem outra opção, apenas garantia sua sobrevivência refugiando-se no território paraguaio; e a de que, consciente e estrategicamente, retirou-se para recobrar forças, para recompôr seu exército e reiniciar a guerra contra Ramírez e os portugueses. Hammerly Dupuy, sem neste momento mencionar uma terceira opção (de frustração e abandono completo, por parte de Artigas, da causa revolucionária), posiciona-se a favor da segunda, de que Artigas ainda mentalizava uma maneira de continuar lutando por sua causa, a causa artiguista.

Em um dos artigos anteriores, já Flores Mora havia afirmado a imutabilidade do pensamento federalista de Artigas, defendido por ele em 1820, “hasta la última hora” (“Síntesis de la actuación de Artigas entre 1816 y 1820”, p.119). O problema tácito, aqui, para todos os historiadores panegiristas de Artigas, é determinar até que momento o caudilho continuaria empunhando a bandeira da revolução – ou, em outras palavras, em que momento a abandonou. Flores Mora o estende a mais um curto período:

En setiembre [1820] cruza [Artigas] el río en Candelaria, a buscar probablemente tropas o alianzas que le permitan continuar luchando por los pueblos.

Pero Francia se niega a recibirlo y lo confina. Con ser su derrota total, que expiará en un cautiverio de 30 años, no es con todo tan grande cuanto fué la que sufrieron las ideas que él combatió... (“Síntesis de la actuación de Artigas entre 1816 y 1820”, p.119)<sup>97</sup>

Hammerly Dupuy, ao contrário, estende essa imutabilidade de pensamento, acerca da persistência revolucionária artiguista. Afirma que algumas inconstâncias não abalariam o firme propósito do caudilho, baseado em uma carta dirigida, em 19/05/1819 (um ano antes

---

<sup>97</sup> Dessas três afirmações, a primeira (busca “probable” de retomada do conflito) nem havia sido apresentada como hipótese no *José Artigas* de Acevedo, e as outras duas (negação de Francia a recebê-lo e seu confinamento durante os 30 anos) foram desmentidas pelos documentos por ele apresentados.

da derrota artiguista, portanto), ao *cabildo* de Santa Fe, e que contém a seguinte frase: “mi decisión por la libertad de los pueblos será siempre superior a todos los contrastes” (Artigas citado em Hammerly Dupuy, p.285). O que o arqueólogo faz, então, é creditar, coestender tal posicionamento ideológico para a etapa seguinte da vida de Artigas.

A recusa a duas ofertas feitas a Artigas, em 1820 – a proposta de auxílio, por parte de indígenas da região do Chaco, para que prosseguisse a luta armada, e a proposta de asilo político da diplomacia norte-americana –, é interpretada por Hammerly Dupuy, então, sob o mesmo ponto de vista: “¿Por qué motivos rehusó el demócrata la invitación de la primera democracia de América? ¿Por qué propósitos no aceptó la oferta de los caciques del Chaco? Obviamente, porque tenía algún proyecto mejor...” (*ibidem*).

Tal “proyecto mejor”, segundo Hammerly Dupuy, foi secretamente combinado entre Artigas e um de seus capitães, Andrés Latorre – enquanto se despediam, às margens do rio Paraná. O único documento que mencionaria esse possível plano secreto é uma carta dirigida por Latorre à sua mulher, em 26/02/1823, em que “le manifestó que Artigas le había prometido regresar” (Hammerly Dupuy, p.286).

Por outro lado, a carta que Artigas teria enviado a Francia em 06/09/1820, pedindo o asilo político, é descreditada por Hammerly Dupuy: “ni el original ni copia alguna de esa nota ha sido encontrado hasta la fecha” (*ibidem*). Muitos historiadores, como Acevedo, haveriam sido ludibriados por uma carta (que, por sua profusa reprodução, acabou por também tornar-se célebre) do ditador Francia, de 12/05/1821, em que afirmaria o pedido de Artigas, e que “era un acto no sólo de humanidad... el conceder asilo a un jefe desgraciado que se entregaba” (Francia, citado em Hammerly Dupuy, pp.289-90, em Acevedo I, p.72, e também já nesta dissertação, pp.87-8) – confirmando a hipótese do ostracismo voluntário de Artigas, descartada por Hammerly Dupuy.

Baseado na carta de Latorre e em sua interpretação da imutabilidade do pensamento artiguista, Hammerly Dupuy conclui sua tese de que Artigas ainda pensava em retomar a guerra contra Ramírez, e diz ser “probable que el Jefe confiara su secreto a algunos de los hombres que se internaron en la selva de Misiones donde esperaron su retorno durante varios lustros” (p.286).

Contudo, um dos documentos mais citados pelos autores que tratam da reclusão artiguista, o resumo das memórias do caudilho redigido por seu filho José María e publicado em El Constitucional de 1º/07/1846 (documento citado quase literalmente por Acevedo), é apenas parcamente mencionado por Hammerly Dupuy. Nele, como já se demonstrou no capítulo anterior desta dissertação, encontram-se elementos favoráveis para a defesa da tese do ostracismo voluntário artiguista.

Os demais documentos passam a ser interpretados então, por Hammerly Dupuy, sempre sob a tônica do ponto inicial proposto por ele, esboçando as mais diversas conjecturas: ao mencionar a carta de agradecimento que Artigas dirige a Francia, durante sua estadia (ou prisão) inicial no convento de La Merced, por exemplo, Hammerly Dupuy complementa que “algún fraile redactó un oficio de tenor cortesano en el que se expresa gratitud por los favores recibidos y que fué firmado por Artigas el 27 de diciembre de 1820” (p.289).

Ao narrar a clausura de Artigas no convento, e ao mesmo tempo a prisão e fuzilamento do capitão Fulgencio Yegros, que conspirava contra o governo de Francia, Hammerly Dupuy insere Artigas como um destes conspiradores, concluindo que foi mantido sob extrema vigilância no Paraguai (transportado sempre “en marchas nocturnas”) por precauções políticas: “Artigas pasó de su reclusión en el convento de la Merced, donde estaba casi tan incomunicado como Yegros y sus amigos encarcelados, al aislamiento político en los alrededores de la villa de San Isidro Labrador”, no “corazón” da selva paraguaia (*ibidem*).<sup>98</sup>

Nota-se, portanto, a transferência de uma “culpa”, acerca da inatividade política artiguista no Paraguai, não à traição de alguns de seus *lugartenientes* ou a uma escolha do próprio caudilho, mas a Francia. Dessa maneira Hammerly Dupuy divide “psicologicamente” o período da reclusão artiguista:

---

<sup>98</sup> Petit Muñoz, ao tratar de “el enigma final” artiguista, indica os autores que concordam com a teoria do aprisionamento de Artigas, por parte de Francia: Maeso, Beaurepaire-Rohan, Unamuno, Lamy Dupuy, “la señorita Elisa Menéndez” e Hammerly Dupuy; ele mesmo aponta para essa conclusão, ao afirmar que “Don Fulgencio Yegros... conspiró con Artigas contra Francia” (“Valoración de Artigas, p.314).

Primeramente respondió a las reclamaciones lógicas de su mente que le sugería proyectos democráticos de vasto alcance político. Cuando la actitud del Dictador Perpetuo trabó su libertad política, entró en una nueva etapa psicológica, que reclamó después de las primeras reacciones un acomodamiento a las circunstancias, superando las dificultades mediante las tareas que contemplaban la satisfacción de la labor misma y el bienestar de los menesterosos. (*ibidem*)

Uma terceira e última etapa psicológica artiguista, “templada por las esperanzas de orden trascendente”, é iniciada com a morte de Francia, em 20/09/1840, e a prisão preventiva (seis meses) de Artigas. A partir de então, e só a partir deste fato, o já ancião Artigas, com seus 76 anos, conformaria-se em abandonar qualquer tentativa de influir nos desdobramentos da política uruguaia, vivendo “sus últimos años en el silencio del renunciamiento” (p.293).

Sua recusa, então, a voltar ao Uruguai – seja pela petição do governo de Rivera ou pelo pedido de seu filho José María – é interpretada por Hammerly Dupuy como uma rejeição a posicionar-se frente à luta política estabelecida entre os recém-fundados partidos políticos uruguaio: “Artigas... había rehusado la invitación a regresar a la Banda Oriental del Uruguay, porque no deseaba que con ello se lo embanderara en algún partido político” (p.297).

A renúncia é exposta por Hammerly Dupuy, desse modo, sob um caráter político. Mesmo as “dolores reumáticos” de Artigas, aos 86 anos, eram “secuela de sus continuas campañas a la intemperie” (*ibidem*) – ou seja, para Hammerly Dupuy praticamente tudo, entre 1820-50, é consequência, advém ou mantém relação com a época revolucionária artiguista. Nota-se aqui a dificuldade, portanto, em desvincular a figura clássica do herói, que mostraria-se psicologicamente sempre como um herói incorruptível, com a de Artigas ancião no Paraguai: “desde el punto de vista psicológico resulta inaceptable la hipótesis de que el Protector de los Pueblos Libres se decidiera a un ostracismo voluntario y de pasivo renunciamiento en el Paraguay” (p.286).

Ao “Patriarca de la Democracia” não coube, dentro do esquema interpretativo de Hammerly Dupuy, a atribuição de uma aceitação passiva de encerramento de suas atividades relacionadas à revolução oriental. Acevedo concluíra, 40 anos antes, de outra maneira – pela maneira diversa como interpretara quase os mesmos documentos. A

diferença, portanto, mostra-se apenas como interpretativa, ou de adaptação ao ponto de vista que se explicita defender, mesmo sendo dois pontos de vista que apontam para uma glorificação do caudilho.

Apenas o ex-chanceler e atual embaixador uruguaio na França, o político Héctor Gross Espiell, na ocasião do centenário da morte de Artigas convidado também a redigir um artigo em sua homenagem, prontificou-se a citar um outro ponto de vista que abarcasse todo o itinerário do pensamento de Artigas:

Comentando ideas hasta cierto punto análogas ha dicho el Dr. Felipe Ferreiro con palabra ajustada: “Artigas fué... su propugnador [do ideal revolucionário] y abanderado invariable y más calificado en todo el continente. Sus victorias y derrotas, sus aciertos y sus errores de 'político', todo, hasta su caída vertical y la opacidad de sus años de vejez y de exilio, se explican por la consecuencia indeficiente que la mantuvo: loca testarudez que diría Guillermo Ferrero refiriéndose a Catón”. (“La formación del ideario artiguista”, p.215)

Uma interessante abertura – a possibilidade de caracterizar o herói Artigas com uma louca teimosia – que poderia ter sido desenvolvida por outros autores.

### **Sobre a recitação**

Após percorrer as idéias que o grupo de *El País* expôs sobre Artigas, podemos afirmar que o caudilho apresentado no centenário de sua morte apresenta apenas alguns traços diferentes do José Artigas da geração de Acevedo. Alguns autores rejeitaram, com diferentes intensidades, a visão panegírica que idealizava totalmente o herói – a visão mitificadora exposta por Carlyle.<sup>99</sup> Outros a abraçaram por completo.

---

<sup>99</sup> Gustavo Gallinal, por exemplo, se mostra contra a visão do historiador inglês, embora demonstre o respeito devido à Zorrilla, que reproduziu alguns de seus pontos do idealismo heróico: “de la Epopeya que escribió

A necessidade de inserir o discurso politicamente, contudo, nos termos da fundação da nação uruguaia, fez com que alguns autores do grupo de *El País* continuassem apresentando as ações revolucionárias do período artiguista com a sacralidade exigida. Elas permaneceram consideradas como as pioneiras do processo de constituição de uma nação uruguaia e desencadeadoras de um desenvolvimento lógico dessa história – e, por isso, muitas vezes aureoladas com características desejáveis para o período em que se escrevia, não do acontecido. Assim Maggi, em 1950, apresenta alguns fatos da revolução artiguista:

El Congreso de Abril de ese mismo año [1813] y las Instrucciones... son la obligada consecuencia lógica, política y ética de los principios sostenidos y expresados a partir del 10 de octubre de 1811, durante los largos meses de la Redota; en ese momento, con el sacrificio mayor, se estableció para siempre y de manera expresa, la independencia de los orientales... (p.68)

E, poderíamos acrescentar, estabeleceu para sempre as diretrizes e princípios políticos que deveriam ser fomentados por todos os uruguaiois após 10/10/1811 (declaratória de Artigas como *Jefe de los Orientales*), na visão de alguns destes historiadores aqui analisados – como, também, para Edmundo Favaro:

En cuanto al Uruguay, pudo ser una nación independiente, desde que su espíritu estadual había sido forjado desde la primera hora, por aquel conductor de hombres y de pueblos, que quería y luchaba por constituir una gran nación, en la cual sería la Provincia Oriental una grande y esplendorosa estrella... (“El Congreso de Abril”, p.84)

A gratidão eterna devida, pelos uruguaiois, a Artigas, é expressa também por Hammerly Dupuy:

La creciente gratitud del pueblo uruguayo hacia el gran demócrata del Sur, halla su expresión en los monumentos recordatorios de Artigas y en la evocación del ideario que

---

Zorrilla de San Martín, para mí obra cumbre de la literatura histórica nacional... no me gustan las interpretaciones tomadas del brumoso libro de Carlyle sobre lo heroico en la historia. El patetismo copioso, y las efusiones sentimentales y las declaraciones ampulosas conducirían a falsear su figura severa [de Artigas]” (“Prólogo”, p.7).



polarizó su actuación a favor de las libertades por las cuales sigue luchando la humanidad. (“Rasgos biográficos de Artigas en el Paraguay”, p.298)

Algumas conclusões apresentadas por Acevedo, portanto, encontram nestas falas sua corroboração, 40 anos depois. Sua grande contribuição, a contribuição da geração de Acevedo, refletida em 1950, foi o que o historiador Eugenio Petit Muñoz classificou como “pulverización de la ‘leyenda negra’”, no artigo que encerra a coletânea, “Valoración de Artigas”. Dele, poderíamos extrair também a “valoración” de Acevedo: Petit Muñoz afirma que o esforço historiográfico de resgate da figura artiguista, realizado por historiadores como Isidoro De María, Maeso, Fregeiro, Carlos María Ramírez e Bauzá, atingiria seu ápice em “don” Eduardo Acevedo, “quien la culminó hasta hacer enmudecer, casi, todo nuevo intento de polémica, por la aplastadora cantidad de pruebas acumuladas y la fuerza de los alegatos que componen su grande Alegato Histórico” (Petit Muñoz, p.299).<sup>100</sup>

Literalmente, o diálogo entre a geração de Acevedo e a recuperação realizada pelos autores citados de *El País* foi estabelecido por Petit Muñoz:

Recuerdo haber dicho un día a Don Eduardo Acevedo, que me escuchó al principio con mezcla de sorpresa y de temor, que Artigas tenía un defecto que, a medida que se le continuara estudiando en el futuro, se iría acrecentando sin cesar, y ese defecto era el de que, por ser tan grande y perfecto, parecía inventado, y nunca nadie acabaría por creerlo totalmente verdadero. (*ibidem*)

---

<sup>100</sup> A visão que engrandeceu e embelezou por demais a figura de Artigas, embora com um intuito patriótico, acaba por apresentá-la em um tom mítico e irreal, segundo Petit Muñoz, e foi desencadeada principalmente pela obra de Zorrilla de San Martín: “una entera y convencional creación opuesta [à de Acevedo, Maeso, Bauzá], la creación del mito Artigas, de un Héroe Nacional legendario, [foi] fraguada, sobre elementos sustanciales de verdad, a base del embellecimiento de sus rasgos cívicos y morales y del agrandamiento de sus proporciones, porque creían sinceramente que era patriótico hacerlo así, para dar raíz y vertebración a nuestras tradiciones y un ideal a nuestro esfuerzo colectivo de perpetuación y de progreso, tarea sin duda nobilísima y a la cual el tono profético y de grandeza emotiva de la Epopeya de Zorrilla de San Martín venía en ayuda y parecía señalar el comienzo de un tipo de trabajos, en la senda de la glorificación, que fuera hermoso y conveniente continuar” (“Valoración de Artigas”, p.299).

Petit Muñoz continua, contudo, afirmando que sua missão e a dos demais historiadores uruguaio era esta: mesmo que difícil de acreditar, era necessário pregar a história e os ensinamentos advindos da trajetória artiguista, sem “tener miedo de medir su verdad”, por mais que Artigas parecesse ser superior à “inmensa mayoría de las personalidades históricas, aún de las mayores” (*ibidem*). A valorização final de Artigas, portanto, para o grupo de *El País*, era continuar pregando sua altivez, no intuito que ela continuasse sendo pregada pra todo o sempre.

## CONCLUSÃO

“O povo quer seus heróis invulneráveis”

Elias Canetti, *Massa e poder*

“O mito é o nada que é tudo.”

Fernando Pessoa, *Ulysses*

Ao longo do século XX, as constantes produções acerca de Artigas, no Uruguai, acabaram por criar um corpus historiográfico sobre o caudilho constantemente revisitado, embora substancialmente pouco modificado, pelo controle que foi se estabelecendo ao longo dessa produção. Dentro desse discurso, a difusão da visão exemplificada pela obra de Acevedo, ao tornar-se canônica, restringiu o espaço a reinterpretações acerca da vida e feitos artiguistas, e mudanças substanciais a essa visão acabaram por não ser realizadas pela historiografia. Passados quarenta anos, os comentários feitos à obra analisada no capítulo 2 não foram de uma crítica satisfatória às suas insuficiências.

A volta das exaltações ao chefe dos orientais foi precipitada pela necessidade latente da comemoração do centenário de sua morte. Os problemas estruturais de articulação lógica de um herói protetor que decide se afastar de seus protegidos é deslocado pela circunstância ou quantidade de citações de discursos que não haviam resolvido tal problema, ou sequer o postulado. Limitando “o acaso do discurso pelo jogo de uma *identidade* que teria a forma da *repetição* e do *mesmo*” (Foucault, p.29), os comentários acerca da anterior visão sobre Artigas se eximiram de resolver alguns problemas anteriormente implícitos na mesma, como sobre as consideradas atitudes abjetas pré e pós-revolucionárias de Artigas. O resultado foi a permanência da primitiva identidade, a consagração de um herói novamente

pintado como imaculado, sem defeitos. O Artigas do início do século XX não foi visto como um produto de sua época, um recorte datado, mas como um Artigas perpétuo e passível de universalização.<sup>101</sup>

A maioria dos autores do grupo de *El País* se viu, portanto, continuadora de um processo panegírico iniciado ainda no século XIX e em grande parte sacramentado pelos escritos sobre Artigas no início do século XX, quando da iniciativa do resgate total de sua boa imagem, embora a problemática fosse outra – não a necessidade de resgatar e desqualificar as injúrias ao caudilho, mas de investigar aspectos da vida de um herói já consagrado.

O resultado final de tais esforços historiográficos não é simples de ser apreendido: num primeiro momento, parece positivo o resultado alcançado pelos historiadores da primeira geração analisada, haja vista sua profícua aparição e reprodução (tanto textual quanto ideológica) na historiografia do segundo período analisado. Mas tentar diagnosticar a reverberação desses intentos historiográficos no imaginário uruguaio acerca de Artigas (quicá na atualidade) só seria possível após necessária extensão dos objetos de estudo para o campo da análise iconográfica, dos processos pedagógicos secundaristas, da representação que se fez do caudilho nos meios de comunicação, entre a história oral e entre outros campos de estudo.<sup>102</sup>

A eficácia, contudo, da evocação de Artigas para corroboração dos discursos nacionais uruguaios, pôde ser constatada nesta dissertação. Alberdi escreveu, e Acevedo o

---

<sup>101</sup> Sobre a rarefação dos temas, Foucault afirmou: “... lá onde, segundo a tradição, cremos reconhecer a fonte dos discursos, o princípio de sua expansão e de sua continuidade, nessas figuras que parecem desempenhar um papel positivo como a do autor, da disciplina, da vontade de verdade, é preciso reconhecer, ao contrário, o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso” (*A ordem do discurso*, pp.51-2).

<sup>102</sup> Nesse sentido, o presente trabalho fornece conclusões acerca da visão historiográfica sobre o caudilho até meados do século XX, não conclusões sobre um imaginário coletivo uruguaio acerca de Artigas nos dois períodos assinalados: “a preocupação com a construção do mito afeta e condiciona o debate historiográfico. Mas ela transcende tal debate, desenvolve-se dentro de um campo de raciocínio que extravasa os limites e os cânones da historiografia... O domínio do mito é o imaginário que se manifesta na tradição escrita e oral, na produção artística, nos rituais. A formação do mito pode dar-se contra a evidência documental; o imaginário pode interpretar evidências segundo mecanismos simbólicos que lhe são próprios e que não se enquadram necessariamente na retórica da narrativa histórica” (Carvalho, p.58).

citou: “En efecto, ¿qué quiere Artigas? Ni portugueses, ni españoles, ni porteños. (...) Eso es lo que hoy existe... no quiso ser sino oriental” (*Escritos póstumos*, em Acevedo I, pp.183-4).

E por que os uruguaiois querem perpetuar Artigas? Por que querem ter uma nacionalidade própria, e a gênese dessa nacionalidade pôde ser encarnada no caudilho, que encampou o primeiro projeto de transformação do território em não-português, não-espanhol e não-argentino. O uruguaio Domingo Aramburú (1843-1902), na edição de *El Siglo* de junho de 1894, comentando a *leyenda negra* portenha sobre a figura de Artigas, explicita esse desejo de evocação:

Artigas... representa la resistencia indomable, eterna, contra la opresión extranjera; que no pacta, ni transige jamás... cuando llegue el momento de los supremos sacrificios, esa gran voz anónima, esa voz de la conciencia nacional que avasalla todas las otras, ha de señalar como ejemplos de gloria á imitar, el de Artigas en los albores de nuestra emancipación política... (citado em Acevedo I, pp.253-4)

E que, durante muitos anos, continuará servindo de modelo de resistência contra tudo aquilo que agride o sentimento nacional uruguaio. A falha contudo, do primeiro projeto, o artiguista, é um fato que não pôde ser contornado pelos panegiristas do caudilho. O desdobramento historiográfico idealizado para louvar a formação do Estado uruguaio, aqui analisado, acabou então por acompanhar os desdobramentos dos insucessos artiguistas.

Acerca destes aspectos é que demonstrou-se a incapacidade, até meados do século XX, de criar uma imagem de herói nacional com qualquer tipo de falhas – ou, poderia-se dizer, de mentalizá-lo em sua multiplicidade, como elemento humano. E este “defeito” da perfeição poderá repercutir, posteriormente, em descrédito, receio exposto por Petit Muñoz que espanta a Eduardo Acevedo.<sup>103</sup>

Sobre o assunto o historiador Eduardo José Reinato, na conclusão de sua obra, nos forneceu um indicativo de onde buscar fontes para pensar o herói fora das delimitações que

---

<sup>103</sup> Conforme lembra também Juan Agustín García (filho), em *Nuestra incultura*: “si nuestros próceres no interesan a las nuevas generaciones, es por culpa de nuestra ciencia histórica. A fuerza de perfeccionar el dibujo, la humanidad desaparece del retrato” (citado em Pomer, p.165).

cerceiam o trato historiográfico: a literatura. García Márquez compõe seu Bolívar em *O herói em seu labirinto*, e expande as interpretações documentais, que são limitadas. Este tipo de registro, segundo Reinato, deve ser encarado não como forma lírica de se descobrir verdades, mas como forma não empírica de apontar possibilidades.

O escritor uruguaio Napoleón Baccino Ponce de León partilha de pressuposto semelhante:

É possível que a ficção seja uma ferramenta adequada para preencher, em parte, os silêncios da história. Talvez seja a mais indicada para preencher as inevitáveis lacunas. (...) A mais apropriada para recuperá-los [aos heróis] como seres humanos. Nem deuses nem santos, nem produto descartável e fora de moda. Nem a ode oficialista, nem o discurso pós-moderno. (“Artigas”, p.9)

Ponce de León prossegue afirmando que, sobre o caudilho, pode “antecipar com a maior honestidade intelectual que foi um americano exemplar e um ser humano admirável” (*ibidem*) – para, em seguida, narrar o ancião Artigas urinando num frondoso ibirapitá, a ainda hoje venerada no Paraguai, pelos uruguaios, como “la Árbol de Artigas”.

É apenas humanizando Artigas, continua Ponce de León, que se possibilitará o surgimento de outros Artigas, e se poderá pensar em outras alternativas de interpretação – como, por exemplo, que o ancião, para este escritor uruguaio, desejando evitar as recordações no Paraguai, “fugia das notícias como jamais havia feito com nenhum dos poderosos exércitos que enfrentara” (p.12).<sup>104</sup>

O modelo da produção historiográfica uruguaia, por outro lado, encarcerou sua principal fonte de análise. A humanização de Artigas não era uma preocupação nos dois períodos analisados nesta dissertação. O caráter prático da evocação panegírica do herói, como ferramenta para a evocação também de uma pátria amada e desejada em sua grandeza, fez com que se tornasse indesejável a apresentação do contrabandista, do

---

<sup>104</sup> Outras conjecturas permite-se criar o literato Ponce de León – ele mesmo afirmando que a ficção lhe permite isso –, como supôr que Artigas, em 1845, com 80 anos de idade, animou-se momentaneamente pela oferta de dirigir um batalhão do exército paraguaio, realizada pelo presidente Carlos Antonio López. “Aceitara entusiasmado. Andara fazendo planos durante algum tempo. Mas quando haviam lhe dito que era para combater Rosas, negara-se. O General Artigas não lutava contra federalistas” (“Artigas”, p.14).

mulherengo, do ancião desencantado, do elemento humano. Louvável foi a evocação do bom exemplo, aquele que também serve de moral e patriótico. Comentando um dos trechos mais famosos do caudilho, assim expressou-se Eugenio Petit Muñoz:

... cuando, en febrero de 1813, escribió a Sarratea: "Esclavo de mi grandeza, sabré llevarlar al cabo conducido siempre de mi justicia y razón. Un lance funesto podrá arrancarme la vida, pero no envilecerme", Artigas, queriendo sólo referirse a su persona, había dado la primera definición el Hombre, del Hombre en sí, que se haya escrito en nuestro suelo: primera en el tiempo y también primera, porque no ha sido superada en la altura y la precisión del contenido, y porque no podrá perder vigencia mientras la especie humana aliente como tal en el planeta. ("Valoración de Artigas", p.300)

Poderíamos acrescentar, finalizando a presente dissertação, que tal discurso não perderá sua vigência tão cedo – ou, ao menos, enquanto a “espécie” uruguaia “aliente como tal en el planeta”.

## FONTES

ACEVEDO, Eduardo, *José Artigas: Su obra cívica; Alegato histórico*, Montevideu: El Siglo Ilustrado, 1909 (T.I e II), 1910 (T.III).

ARCE, Facundo A., “La formación de la Liga Federal”, em NARANCIO, E. M. (dir.), *Artigas. Estudios publicados en “El País”...*, pp.85-97.

ARDAO, María Julia, “El Gobierno artiguista en la Provincia Oriental”, em NARANCIO, E. M. (dir.), *Artigas. Estudios publicados en “El País”...*, pp.121-34.

BERAZA, Agustín, “Las campañas navales de Artigas” e “Las banderas de Artigas”, em NARANCIO, E. M. (dir.), *Artigas. Estudios publicados en “El País”...*, pp.183-99 e 269-84.

BLANCA PARIS, M. e CABRERA PIÑON, Q., “Artigas y el primer sitio de Montevideo”, em NARANCIO, E. M. (dir.), *Artigas. Estudios publicados en “El País”...*, pp.53-60.

FAVARO, Edmundo, “El Congreso de Abril” e “Artigas, el Directorio, el Congreso de Tucumán y la Invasión Portuguesa”, em NARANCIO, E. M. (dir.), *Artigas. Estudios publicados en “El País”...*, pp.69-84 e 149-61.

FLORES MORA, Manuel, “Síntesis de la actuación de Artigas entre 1811 y 1815”, “Síntesis de la actuación de Artigas entre 1816 y 1820” e “Los secretarios de Artigas”, em NARANCIO, E. M. (dir.), *Artigas. Estudios publicados en “El País”...*, pp.43-51, 111-9 e 237-51.



GALLINAL, Gustavo, “Prólogo”, em NARANCIO, E. M. (dir.), *Artigas. Estudios publicados en “El País”...*, pp.7-8.

GROSS ESPIELL, Héctor, “La formación del ideario artiguista”, em NARANCIO, E. M. (dir.), *Artigas. Estudios publicados en “El País”...*, pp.215-25.

HAMMERLY DUPUY, Daniel, “Rasgos biográficos de Artigas en el Paraguay”, em NARANCIO, E. M. (dir.), *Artigas. Estudios publicados en “El País”...*, pp.285-98.

MAGGI, Carlos A., “La Banda Oriental a fines del siglo XVIII y comienzos del XIX” e “‘La Redota’ (El Éxodo)”, em NARANCIO, E. M. (dir.), *Artigas. Estudios publicados en “El País”...*, pp.9-18 e 61-8.

NARANCIO, Edmundo M. (dir.), *Artigas. Estudios publicados en “El País” como homenaje al jefe de los orientales en el centenario de su muerte*, Montevideu: Colombino, 1951.

\_\_\_\_\_, “Al lector”, “Plan de la obra” e “El Reglamento de 1815”, em NARANCIO, E. M. (dir.), *Artigas. Estudios publicados en “El País”...*, pp.5-6, 135-47.

PETIT MUÑOZ, Eugenio, “Artigas y los indios” e “Valoración de Artigas”, em NARANCIO, E. M. (dir.), *Artigas. Estudios publicados en “El País”...*, pp.253-68 e 299-315.

RAVIGNANI, Emilio, “Trascendencia de los ideales y la acción de Artigas en la Revolución argentina y americana”, em NARANCIO, E. M. (dir.), *Artigas. Estudios publicados en “El País”...*, pp.227-35.

*Recopilación de documentos artiguistas*, Montevideu: La república, 1989.

REPÚBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY – Cámara de Senadores, *José Artigas: Homenaje nacional en el centenario de su muerte – Proyecto de ley aprobado por el Senado; Antecedentes y discursos – Sesión Julio 5 de 1950*, Montevideu: Florensa & Lafon, 1950.

TRAIBEL, José María, “Artigas antes de 1811” e “El Congreso de Oriente”, em NARANCIO, E. M. (dir.), *Artigas. Estudios publicados en “El País”...*, pp.19-41 e 99-110.

ZORRILLA DE SAN MARTIN, Juan, *La epopeya de Artigas: Historia de los tiempos heroicos de la República Oriental Del Uruguay*, Montevideu: Imprenta Nacional Colorada, 1930 (c.1907).

## BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict, *Nação e consciência nacional*, trad. Lolio Lourenço de Oliveira, São Paulo: Ática, 1989 (c.1983).

ANSALDI, Waldo (org.), *Calidoscópio latinoamericano: imágenes históricas para un debate vigente*, Buenos Aires: Ariel, 2004.

ALMEIDA, Jaime de, “O segundo centenário da Independência na América Latina, um desafio historiográfico”, *Anais eletrônicos do VII Encontro Internacional da Anphlac*, Campinas, 2006 (disponível em [www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro7/jaime\\_de\\_almeida.pdf](http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro7/jaime_de_almeida.pdf), acesso em 07/06/2008).

ARENDT, Hannah, *A condição humana*, trad. Roberto Raposo, São Paulo: Edusp, 1991 (c.1958).

CANETTI, Elias, *Massa e poder*, trad. Sergio Tellaroli, São Paulo: Companhia das Letras, 1995 (c.1960).

CARLYLE, Thomas, *Os heróis*, trad. Antônio Ruas, São Paulo: Melhoramentos, 2ª edição, 1963 (c.1841).

CARVALHO, José Murilo de, *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2006 (c.1990).

CHARTIER, Roger, *A história cultural entre práticas e representações*, trad. M. Manuela Galhardo, Lisboa: Difel, 1990 (c.1988).

BURKE, Peter, *Cultura popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800*, trad. Denise Bottmann, São Paulo: Companhia das Letras, 1989 (c.1978).

FOUCAULT, Michel, *A ordem do discurso – Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*, trad. Laura F. de A. Sampaio, São Paulo: Loyola, 8ª edição, 2002 (c.1971).

FREITAS NETO, José Alves de, “As histórias de Mitre: A Argentina e seus ‘outros’”, em NAXARA, M.C. e MARSON, I. (orgs.), *Figurações do Outro na História*, Uberlândia: UFU, 2008.

HARWICH VALLENILLA, Nikita, “Un héroe para todas las causas: Bolívar en la historiografía”, conferência de 29/10/2002 em Revista Iberoamericana, III, 10, 2003, pp.7-22 (disponível em [www.iberioamericana.de](http://www.iberioamericana.de), acesso em 07/06/2008).

LENHARO, Alcir, *Sacralização da política*, Campinas: Papirus / Unicamp, 2ª edição, 1989 (c.1986).

MICELI, Paulo, *O mito do herói nacional*, São Paulo: Contexto, 1988.

PONCE DE LEÓN, Napoleón B., “Artigas”, em VV.AA., *A sacração da liberdade: Heróis e mártires da América Latina*, Rio de Janeiro: Revan, 1994.

POMER, León, *La construcción de los héroes: Imaginario y nación*, Buenos Aires: Leviatán, 2005.

QUIJADA, Mónica, “¿Qué nación? Dinámicas y dicotomías de la nación en el imaginario hispanoamericano”, em ANNINO, A. e GUERRA, F.-X. (coords.), *Inventando la nación – Iberoamérica siglo XIX*, México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2003.

REINATO, Eduardo José, *El Quijote de los Andes: Bolívar e o imaginário da independência na América – 1810-1830*, Goiânia: UCG, 2005 (c.2000).

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA – Ministerio de Comunicación e Información, *José Gervasio Artigas, revolucionario del Sur*, Colección Biografías, Caracas, 2005.

SANSÓN, Tomás (org.), *La construcción de la nacionalidad oriental*, Montevideo: Universidad de la Republica, 2006.

SILVEIRA, Pablo da (dir.), “De la Generación del 45 a la Generación del 68”, em *Historia reciente: Desde Hiroshima asta las Torres Gemelas*, Montevideu: El País, fascículo 21, setembro/2007.

VÁZQUEZ, J. Z. e GRIJALVA, M. M. (coords.), *Historia General de América Latina - v.VI: la construcción de las naciones latinoamericanas, 1820-1870*, Paris: UNESCO / Trotta, 2003.